



INSTITUTO DE LINGUAGENS E LITERATURAS (ILL)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM (PPGLin)
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

FRANCISCO SINVAL FARIAS DE SOUSA

**CLÁUSULAS RELATIVAS EM REDAÇÕES ARGUMENTATIVAS: UMA
ABORDAGEM FUNCIONALISTA**

ACARAPE

2022

FRANCISCO SINVAL FARIAS DE SOUSA

CLÁUSULAS RELATIVAS EM REDAÇÕES ARGUMENTATIVAS: UMA ABORDAGEM
FUNCIONALISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito à obtenção do título de mestre em Estudos da Linguagem. Área de concentração: Linguagem e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Fernandes Torres.

ACARAPE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Sistema de Bibliotecas da
UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Sousa, Francisco Sinval Farias de.

S725c

Cláusulas relativas em redações argumentativas: uma abordagem funcionalista / Francisco Sinval Farias de Sousa. - Redenção, 2022.

130f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado em Estudos da Linguagem, Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Fernandes Torres.

1. Funcionalismo. 2. Metafunções da Linguagem. 3. Transitividade. 4. Argumentação. 5. Cláusulas relativas. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 410

FRANCISCO SINVAL FARIAS DE SOUSA

CLÁUSULAS RELATIVAS EM REDAÇÕES ARGUMENTATIVAS: UMA ABORDAGEM
FUNCIONALISTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito à obtenção do título de mestre em Estudos da Linguagem. Área de concentração: Linguagem e Integração.

Aprovada em: 18/11/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fábio Fernandes Torres (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Prof^ª. Dr^ª. Nadja Paulino Pessoa Prata
Universidade Federal do Ceará (UFC)
(1^a examinadora)

Prof^ª. Dr^ª Izabel Larissa Lucena Silva
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)
(2^a examinadora)

Aos deuses e às deusas.

A João.

À Simone.

A Evaldo (*em memória*).

À palavra que resiste.

AGRADECIMENTOS

À vida, que ainda me proporciona conquistas como esta.

Ao Prof. Dr. Fabio Fernandes Torres, pela paciente, generosa e potente orientação, sem a qual este trabalho não se realizaria.

Ao PPGlin – Unilab, pelo espaço e pela oportunidade de desenvolver esta pesquisa.

Às professoras e aos professores do PPGlin – Unilab, pelas preciosas aulas.

Às colegas e aos colegas de Mestrado, pelo amparo de não caminhar solitário.

A meu pai, Evaldo, *in memorian*, por tudo – tudo mesmo.

À minha mãe, Simone, pelos cuidados de ontem, hoje e sempre.

A meu filho, João, pela compreensão de tantas ausências.

À companheira, Talita, pelo zelo, pela parceria e pelo amor depositado.

Axs Amigxs, que tanto insistem em permanecer por perto.

A todas as vítimas da Covid-19, *in memorian*.

À Ciência Brasileira, por permanecer viva.

Ao SUS, Sistema Único de Saúde, pelo compromisso público, a despeito dos inúmeros entraves.

Ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela política de investimento nas universidades que culminou na criação da Unilab.

“Nunca foi sorte, sempre foi Exu”

Emicida

“Ah, comigo o mundo vai modificar-se. Não gosto do mundo como ele é.”

Carolina Maria de Jesus

RESUMO

Este trabalho possui a finalidade de identificar aspectos sintáticos-semânticos e textual-discursivos que regulam o emprego de cláusulas relativas desenvolvidas em textos argumentativos. Para tanto, realizamos uma análise quantitativa e qualitativa, com o intuito de investigar a cláusula relativa no que se refere à transitividade, empregando categorias relacionadas à Linguística Sistêmico-Funcional, em consonância com os postulados teóricos de Halliday e Matthiessen (2004), e categorias ligadas ao Funcionalismo Norte-Americano, em conformidade com os parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980). Ademais, procuramos associar o emprego da cláusula relativa ao tipo de argumento proposto: argumentos quase lógicos, argumentos fundados na estrutura do real e argumentos que fundamentam a estrutura do real (FIORIN, 2015). Extraímos o *corpus* de redações de nota 1000 elaboradas por participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nos anos de 2018, 2019 e 2020, perfazendo, ao todo, 320 cláusulas relativas analisadas. Os resultados revelam que as cláusulas relativas de média e baixa transitividades são as mais frequentes nos textos, evidenciando, em seu emprego, os processos material, mental, verbal, relacional e existencial, e colaborando efetivamente para o encaminhamento argumentativo do texto. Dessa forma, diferentemente do que se costuma verificar nas abordagens normativas tradicionais, procuramos demonstrar que o escopo semântico das cláusulas relativas é diversificado e serve a propósitos textual-comunicativos variados no âmbito da argumentação.

Palavras-chave: Funcionalismo; Metafunções da Linguagem; Transitividade; Argumentação; Cláusulas Relativas.

ABSTRACT

This paper aims to identify syntactic-semantic and textual-discourse aspects that regulate the use of relative clauses developed in argumentative texts. To do so, we carried out a quantitative and qualitative analysis in order to investigate the relative clause with regard to transitivity, using categories related to Systemic-Functional Linguistics, in line with the theoretical postulates of Halliday and Matthiessen (2004), and categories linked to American Functionalism, in accordance with the transitivity parameters of Hopper and Thompson (1980). Furthermore, we tried to associate the use of the relative clause with the type of argument proposed: quasi-logical arguments, arguments based on the structure of the real, and arguments that ground the structure of the real (FIORIN, 2015). We extracted the corpus of 1000-score essays prepared by participants of the Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) in the years 2018, 2019 and 2020, making a total of 320 relative clauses analyzed. The results reveal that the relative clauses of medium and low transivities are the most frequent in the texts, showing, in their use, the material, mental, verbal, relational and existential processes, and effectively contributing to the argumentative routing of the text. Thus, unlike what is usually verified in traditional normative approaches, we seek to demonstrate that the semantic scope of relative clauses is diverse and serves various textual-communicative purposes in the context of argumentation.

Keywords: Functionalism; Language Metafunctions; Transitivity; Argumentation; Relative Clauses.

LISTA DE FIGURAS

Figura	–	Esquema da Progressão Temática Linear.....	115
--------	---	--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Tipos de argumentos encontrados no <i>corpus</i> analisado.....	111
Gráfico 2	Ocorrências de orações relativas de acordo com a estrutura da tipologia argumentativa no <i>corpus</i> 2018.....	117
Gráfico 3	Ocorrências de orações relativas de acordo com a estrutura da tipologia argumentativa no <i>corpus</i> 2019.....	117
Gráfico 4	Ocorrências de orações relativas de acordo com a estrutura da tipologia argumentativa no <i>corpus</i> 2019.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Grau de transitividade nas cláusulas relativas de processo material.....	75
Tabela 2 – Grau de transitividade nas cláusulas relativas de processo mental.....	82
Tabela 3 – Grau de transitividade nas cláusulas relativas de processo verbal.....	90
Tabela 4 – Cruzamento dos tipos de argumento com os tipos de processo e o grau de transitividade (A – alto; M – médio; B – baixo).....	112

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Associação entre as funções de fala e o modo oracional.....	52
Quadro 2 – Propriedades de individualização do objeto.....	56
Quadro 3 – Tipos de processos e suas características.....	65
Quadro 4 – Os processos e seus respectivos participantes.....	67
Quadro 5 – Parâmetros de transitividade.....	68
Quadro 6 – Verbos de processo material empregados nas ocorrências analisadas.....	81
Quadro 7 – Verbos de processo mental empregados nas ocorrências analisadas.....	90
Quadro 8 – Verbos de processo verbal empregados nas ocorrências analisadas.....	93
Quadro 9 – Verbos de processo relacional empregados nas ocorrências analisadas...	97
Quadro10 – Verbos de processo existencial empregados nas ocorrências analisadas..	98
Quadro11 – Exemplo 1 de Tema (Textual/Tópico) e Rema.....	114
Quadro12 – Exemplo 2 de Tema (Textual/Tópico) e Rema.....	114
Quadro13 – Exemplo 3 de Tema (Textual/Tópico) e Rema.....	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ArgAuto	Argumento de autoridade
ArgCaus	Argumento de causalidade
ArgComp	Argumento de comparação
ArgDef	Argumento de definição
ArgIllus	Argumento por ilustração
ArgPrag	Argumento pragmático
ArgProb	Argumento probabilístico
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LSF	Linguística Sistemico-Funcional
SN	Sintagma nominal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ESTUDOS SOBRE AS CLÁUSULAS ADJETIVAS.....	19
2.1	À luz das gramáticas normativas.....	19
2.2	À luz das gramáticas descritivas.....	24
2.3	À luz dos estudos linguísticos.....	28
3	REFERENCIAL TEÓRICO.....	38
3.1	Linguística sistêmico-funcional de Halliday.....	42
3.1.1	<i>Gramática, língua e sistema.....</i>	<i>45</i>
3.1.2	<i>Texto e contexto.....</i>	<i>46</i>
3.1.3	<i>Metafunções da linguagem.....</i>	<i>49</i>
3.1.3.1	<i>Metafunção Ideacional.....</i>	<i>50</i>
3.1.3.2	<i>Metafunção Interpessoal.....</i>	<i>51</i>
3.1.3.3	<i>Metafunção Textual</i>	<i>53</i>
3.2	Transitividade para Hopper e Thompson (1980).....	54
3.3	Argumentação na redação do ENEM	57
4	METODOLOGIA	60
4.1	Categorias de análise.....	61
4.1.1	<i>Categorias relacionadas à transitividade.....</i>	<i>62</i>
4.1.1.2	<i>Tipos de processos.....</i>	<i>62</i>
4.1.1.3	<i>Tipos de participantes dos processos.....</i>	<i>66</i>
4.1.1.4	<i>Parâmetros de transitividade.....</i>	<i>68</i>
4.1.2	<i>Categorias relacionadas aos tipos de argumentos.....</i>	<i>69</i>
4.1.3	<i>Categorias relacionadas à estrutura textual.....</i>	<i>70</i>
5	ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS DADOS	72
5.1	Cláusula relativa e transitividade na perspectiva da LSF e na perspectiva dos parâmetros de Hopper e Thompson (1980).....	73
5.1.1	<i>Processo material.....</i>	<i>73</i>
5.1.2	<i>Processo mental.....</i>	<i>82</i>
5.1.3	<i>Processo verbal.....</i>	<i>90</i>
5.1.4	<i>Processo relacional.....</i>	<i>94</i>
5.1.5	<i>Processo existencial.....</i>	<i>97</i>

5.1.6	<i>Cláusulas relativas e os parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980).....</i>	99
5.2	Cláusula relativa e argumentação.....	100
5.2.1	<i>Argumentos quase lógicos.....</i>	101
5.2.2	<i>Argumentos fundados na estrutura do real.....</i>	104
5.2.3	<i>Argumentos que fundamentam a estrutura do real.....</i>	109
5.2.4	<i>Relação entre os argumentos, os processos e o grau de transitividade.....</i>	111
5.3	Cláusula relativa e sua relação com a estrutura temática e com a tipologia textual.....	113
6	CONCLUSÃO.....	120
	REFERÊNCIAS.....	123

1 INTRODUÇÃO

O estudo das cláusulas relativas constitui tema que instiga discussões no campo da Linguística de base funcionalista, em especial no que concerne à complexidade da composição sintática das sentenças e ao modo como essa complexidade reflete as atitudes do falante em situações reais de uso da língua.

Linguistas como Decat (2001), Oliveira (2001) e Bispo (2009) detiveram atenções sobre o modo diversificado como as cláusulas relativas se realizam nas sentenças enunciativas, considerando não apenas aspectos sintáticos, mas também questões semânticas, discursivas e pragmáticas.

Estudos como esses enfatizam as limitações com que a gramática normativa aborda as chamadas orações subordinadas adjetivas, que, em geral, são descritas com vistas a dar destaque a propósitos taxionômicos, restringindo-se a modelos estanques e exemplos descontextualizados para determinar diferenças alicerçadas em condicionantes semânticos prefixados e universalizantes, como se aplicassem a qualquer situação de uso de uma oração adjetiva, independente de quaisquer fatores intra e extralinguísticos.

Infante (1996, p. 414), à guisa de exemplo, em seu *Curso de gramática aplicada aos textos*, apresenta dois exemplos que corroboram a abordagem gramatical tradicionalista no que se refere ao estudo das cláusulas relativas. A saber:

- (1) O país **que não investe em seu próprio povo** tem poucas possibilidades de crescer.
- (2) O país, **que não investe em seu próprio povo**, tem poucas possibilidades de crescer.

Nesse molde, o gramático orienta que, em (i), está se realizando uma informação de caráter genérico, enquanto, em (ii), está se demonstrando um fato notório a que se dá destaque. Por certo, o que se erige, para a exposição dessa análise, são considerações de ordem estritamente semântica, sem lançar maiores discussões acerca de motivadores textuais e discursivos que podem ter influenciado na seleção das cláusulas.

Outro detalhe que merece destaque é o fato de que a gramática em pauta evidencia em seu título algo bastante louvável para o estudo dos fatos da língua: trata-se de um curso de gramática “aplicada aos textos”. De fato, no decorrer dos capítulos da obra, diversos textos são levantados, mas as propriedades textuais, discursivas e pragmáticas são preteridas, em razão da persistência em fragmentar a estrutura textual em unidades menores para analisá-las,

na maioria das vezes, considerando conteúdos generalizantes e pretensões classificatórias.

Nesse sentido, esta pesquisa apresenta como objetivo geral identificar aspectos sintáticos-semânticos e textual-discursivos que regulam o emprego de cláusulas relativas em textos argumentativos de nota máxima produzidos por participantes do Exame Nacional do Ensino Médio.

Os objetivos específicos são: a) analisar a articulação das cláusulas relativas a partir dos pressupostos da Gramática Sistêmico-Funcional, considerando categorias associadas à metafunção ideacional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004); b) analisar o grau de transitividade e os parâmetros de transitividade (HOPPER; THOMPSON, 1980) associados ao emprego de cláusulas relativas no âmbito do texto argumentativo; c) analisar o conteúdo das cláusulas relativas de modo a determinar seu grau de relevância para a operacionalização do tipo de argumento mobilizado; d) analisar as cláusulas relativas no que diz respeito à sua estrutura informacional, à progressão temática e à ocorrência nas partes do texto argumentativo (introdução, desenvolvimento e conclusão).

Partimos da questão central a seguir: quais aspectos sintáticos-semânticos e textual-discursivos regulam o emprego de cláusulas relativas em textos argumentativos de nota máxima produzidos por participantes do Exame Nacional do Ensino Médio?

Essa questão apresenta os seguintes desdobramentos: a) Em que medida as cláusulas relativas se relacionam à organização do contexto de situação com significados ideacionais (ligados à ação social)?; b) Quais parâmetros de transitividade (HOPPER; THOMPSON, 1980) são operacionalizados na composição da oração relativa, nos moldes do texto argumentativo, de modo a se determinar o grau de transitividade predominante nesse tipo de sentença? c) Em que medida os conteúdos/significados da cláusula relativa são relevantes para a operacionalização do processo argumentativo? d) As cláusulas relativas são proeminentes na composição global da redação Enem, considerando a estrutura informacional e a progressão temática da cláusula, bem como os moldes textuais propostos para o gênero em questão?

Como hipótese básica, acreditamos que, na composição de textos argumentativos no gênero redação escolar nos moldes do Exame Nacional do Ensino Médio, o emprego de cláusulas relativas ocorre, sobretudo, como forma de ampliar o escopo informativo, permitindo, com isso, o desdobramento da própria argumentação, uma vez que as sentenças se inserem na composição do texto de modo a ampliar-lhe o repertório argumentativo.

Por hipóteses secundárias, temos: a) as cláusulas relativas tendem a associar-se a diferentes processos (materiais, mentais, verbais, relacionais, existenciais e comportamentais), com maior destaque aos processos material (ligados ao mundo físico), mental (ligados à percepção e ao pensamento) e verbal (ligados ao dizer); b) as cláusulas relativas tendem a caracterizar-se por sua versatilidade sintático-semântica, refletida na gradiência da transitividade, ao se representarem as experiências externas (mundo exterior) e internas com maior ou menor eficácia; c) as cláusulas relativas, a despeito da orientação das gramáticas normativas, não apenas ampliam ou especificam o conteúdo do sintagma nominal a que se subordinam, mas contribuem para a ampliação do escopo argumentativo do texto, tendo em vista a produção de múltiplos significados; d) as cláusulas relativas tendem a ser proeminentes na composição da redação ENEM, tendo em vista os moldes propostos para a elaboração do texto e a eficiência da cláusula para a construção argumentativa.

É válido salientar que, embora os parâmetros de Hopper; Thompson (1980) não se insiram no arcabouço teórico da LSF de Halliday, tomamos a decisão de testar essa categoria juntamente com outras categorias propostas por Halliday para o estudo das cláusulas. O cotejo com o denominado Funcionalismo Norte-Americano, a nosso ver, não traz prejuízos aos pressupostos da LSF e nos ajuda a compreender o funcionamento das cláusulas nos textos analisados.

Convém salientar o fato de o pesquisador proponente atuar como docente em turmas de língua portuguesa de Ensino Médio há mais de vinte e sete anos, razão pela qual se levanta o interesse por investigar situações relativas ao uso de estruturas gramaticais em redações produzidas por participantes do Enem, pois os itens gramaticais, além de representarem considerável dificuldade para os estudantes/atores, costumam ser abordados em perspectiva mais normativo-taxionômica e menos textual-discursiva.

Além do mais, esse estímulo advém do contato com diversos materiais didáticos que, a despeito das orientações provindas dos documentos oficiais para o ensino de língua de português como língua materna e dos diversos estudos desenvolvidos no campo da Linguística, costumam manter vinculação com abordagens tradicionalistas, especialmente no que se refere ao estudo das cláusulas oracionais, referidas, em geral, nos compêndios com vistas a classificações desvinculadas do uso prático.

Esperamos, dessa forma, que esta pesquisa possa gerar contribuições não apenas os estudos linguísticos de abordagem funcionalista, mas também almejamos contribuir para o modo como livros didáticos e, por extensão, ao modo como docentes de língua portuguesa abordam conteúdo das cláusulas relativas em sala de aula.

Para o provimento da análise, utilizaremos uma abordagem quantitativa e qualitativa, por meio da qual se obtiveram dados em razão do contato direto e interativo do pesquisador com o objeto estudado, aplicando o método descritivo-explicativo, com o objetivo de registrar fenômenos linguísticos, analisá-los, interpretá-los e identificar-lhes as motivações, gerando hipóteses por meio de dedução lógica (LAKATOS; MARCONI, 2003).

O material empírico a ser analisado constitui-se de textos argumentativos encontrados em redações que atingiram a nota máxima (1000 pontos) no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) dos anos de 2018, 2019 e 2020. A escolha desse *corpus* ocorreu, primordialmente, por se tratar de textos representativos de um “modelo ideal” de redação, nos moldes de correção propostos para o referido exame. Com isso, acreditamos que a integridade das estruturas prototípicas do tipo textual é preservada e que as construções oracionais empregadas mantêm sua integralidade, o que atende aos nossos propósitos de investigação.

Além disso, o *corpus* em análise foi coletado em materiais disponibilizados na internet, cujo objetivo é armazenar e divulgar redações de nota 1000 do Enem, o que viabilizou o andamento da pesquisa, uma vez que não se incorreu em impedimentos éticos, em face da publicização dos textos.

Ainda assim, reservamo-nos a garantia de não divulgar a autoria das redações, tampouco reproduzir qualquer possível forma de especificação de autoria, identificando os textos por meio de um código de referência.

Para a realização da análise, mobilizamos o referencial teórico da Linguística Sistemico-Funcional (LSF), que, a nosso ver, constitui base analítica adequada ao objeto analisado – as cláusulas relativas, tendo em vista que a LSF se concentra nas escolhas realizadas em um determinado contexto de uso e nos significados constituídos socialmente.

Por essa concepção, assume-se uma postura funcional de análise, com o fito de dar conta dos propósitos de uso da língua, e sistêmica, uma vez que a língua é compreendida como um sistema semântico operado socialmente em um determinado contexto cultural e situacional, de sorte a construir significados com base nos participantes da interação, na maneira como os participantes interagem e na mobilização das informações nos textos.

Para Halliday (1994, p.26), a rede de sistemas é uma teoria sobre a linguagem como mecanismo para a geração de significados. Dessa forma, cada sistema envolvido nessa rede representa escolhas, que podem ser semânticas, léxico-gramaticais ou fonológicas, a partir de um conjunto de alternativas possíveis.

Ademais, empregamos, para analisar a propriedade da Transitividade nas cláusulas relativas inseridas na redação argumentativa, categorias baseadas no Funcionalismo

Linguístico norte-americano, tendo em vista que Hopper e Thompson (1980) relacionam a transitividade a uma função discursivo-comunicativa, segundo a qual se verifica, na maneira como o discurso é estruturado, o maior ou menor potencial de transitividade.

Encaminhamos, pois, um estudo centrado nas escolhas semânticas e léxico-gramaticais, com foco nas cláusulas relativas, como forma de analisar a geração de significados nas sentenças, os quais se formulem no curso da elaboração das partes do texto argumentativo e do processo argumentativo.

A dissertação está dividida em seis capítulos.

No capítulo I, *Introdução*, apresentam-se o tema, os objetivos central e específicos, a questão central de pesquisa e seus desdobramentos e as hipóteses central e secundárias; além de conter as justificativas para o presente trabalho.

No capítulo II, *Estudos sobre as cláusulas adjetivas*, promove-se uma revisão crítica da literatura, revisitando estudos de base normativa, descritiva e funcionalista aplicados às cláusulas relativas.

No capítulo III, *O referencial teórico*, apresenta-se o referencial teórico funcionalista para o estudo das cláusulas adjetivas, com base nos pressupostos teóricos mobilizados para a pesquisa, considerando o tratamento no estudo da articulação de orações e as categorias selecionadas para a descrição e a análise do *corpus*.

No capítulo IV, *Metodologia*, exhibe-se a metodologia com a qual se caracterizam, se constituem e se delimitam o *corpus*, os procedimentos de análise e as categorias mobilizadas.

No capítulo V, *Análise e discussão dos dados*, explicitam-se os resultados da análise das cláusulas relativas identificadas nas amostras textuais das redações que constituem o *corpus* da pesquisa. Os resultados são apresentados na forma de quadros, tabelas e gráficos, ilustrados por intermédio de exemplos e interpretados com base na fundamentação teórica.

No capítulo VI, *Conclusões*, apresentam-se as conclusões mais salientes com base na análise dos resultados.

2 ESTUDOS SOBRE AS CLÁUSULAS RELATIVAS

Neste capítulo, realizamos um levantamento, ainda que conciso, de como as cláusulas relativas são descritas e analisadas à luz das gramáticas normativa e descritiva, bem como também à luz dos estudos linguísticos.

Consideramos importante estabelecer um comparativo de como ocorrem tais abordagens em relação a cláusulas adjetivas, tendo em vista, principalmente, que propomos neste trabalho um estudo reflexivo de cunho eminentemente linguístico, de viés funcionalista.

2.1 À luz das gramáticas normativas

Nesta seção, apresentamos a visão de diferentes gramáticos tradicionais a respeito da cláusula relativa. Conhecer a posição desses gramáticos é importante para a nossa pesquisa, que, entre outras, suscita reflexões sobre o tratamento das orações adjetivas nas gramáticas tradicionais. Diante dessas reflexões, podemos avaliar as cláusulas relativas e as perspectivas teórico-metodológicas dos que estudaram esse tipo de cláusula.

Ribeiro (1910, p.233) destaca as cláusulas adjetivas pelo valor adjetivo que expressam em relação ao restante da sentença. Silveira Bueno (1951) indica, de maneira bastante resumida, que a oração subordinada adjetiva está às expensas de um pronome relativo ou de um advérbio relativo, não especificando uma classificação formal e ilustrando o conceito com um exemplo apenas, a saber:

(3) “... Peregrino ... aceitou o partido **que a nenhum se nega** quem anda baralhado nas mãos da ventura.” (RODRIGUES LOBO, *Pereg.*I,17) – “O cavalo negro não tardara a aparecer **onde mais acesa andava a briga.**” (HERC., *Eur.*118) (Grifo nosso)

Pereira (1952, p.289) aponta, para as orações adjetivas, as seguintes denominações: qualificativas, relativas ou incidentes. As que se introduzem pelo conectivo pronominal QUE são denominadas *puras*, a exemplo de:

(4) A vida *que levo* não é fácil.

As orações adjetivas que se introduzem por preposição são denominadas preposicionais, como se vê em:

(5) A vida *a que aspiro* é diferente.

As orações adjetivas que se ligam pelo conectivo adverbial ONDE são denominados de locais, que podem também ser preposicionais, ao que se verifica em:

(6) A casa *onde moro* é antiga.

(7) O lugar *de onde viemos* não está no mapa.

Quanto ao conectivo pronominal, o autor lembra que “o pronome conjuntivo ou relativo que, servindo de ligação a uma cláusula adjetiva, é, ao mesmo tempo, membro de uma cláusula subsequente” (PEREIRA, 1952, p. 289). Essa visão pode ser reafirmada ao se perceber, por exemplo, que o pronome relativo é capaz de introduzir a oração adjetiva e, a um só tempo, exercer uma função sintática em relação à oração subsequente. A título de exemplo, o autor nos apresenta:

(8) São estas as leis *que* ele ordenou que fossem promulgadas.

No exemplo acima, o relativo *que*, além de introduzir a oração adjetiva, exerce a função de sujeito da oração integrante subsequente (que fossem promulgadas), que exerce a função de objeto direto.

Melo (1968) classifica as orações adjetivas em restritivas, se exprimem qualidade accidental do substantivo, e em explicativas, se exprimem qualidade essencial, o que se refuta na visão de Bechara (1977), o qual invalida a definição de “qualidade accidental e essencial” por não se aplicar inteiramente às orações adjetivas o mesmo que se aplica ao adjetivo restritivo e explicativo.

Para Said Ali (1971), as orações reconhecidas como subordinadas podem ser *substantivas*, a desempenhar funções propriamente substantivas, tais como sujeito e objeto; *adjetivas ou relativas*, a expressar valor atributivo; e *adverbiais*, a assumir papel de advérbios, como modificadores do verbo.

O autor, ao abordar as orações relativas, utiliza as expressões *parataxe* e *hipotaxe*, embora não se aprofunde em maiores explicações acerca desses termos, ressaltando ainda que da “evolução do pronome demonstrativo anafórico para pronome relativo nasceu a oração subordinada a que chamamos adjetiva ou relativa” (SAID ALI, 1971, p.202).

Além disso, as gramáticas tradicionais costumam dar destaque ao pronome relativo

como identificador conectivo da oração adjetiva, assumindo, nessas condições, funções sintáticas variadas, à luz da classificação normativa.

De acordo com Bechara (1977, p. 171), o pronome relativo define-se por sua capacidade de retomar termos antecedentes, atribuindo o caráter adjetivo à oração introduzida por esse elemento, considerando que essa oração, ao se referir a um sintagma antecedente por intermédio do pronome relativo, passa a desempenhar um papel de cláusula subordinada. Ademais, indicam-se as funções sintáticas que os pronomes relativos costumam assumir, tais como as de sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, predicativo, adjunto adnominal, adjunto adverbial e agente da passiva.

Cegalla (1980) traz que, nas orações adjetivas, na maior parte das ocorrências, o pronome relativo atua como conectivo introdutor, que retoma um substantivo ou um pronome antecedente.

Na concepção desse gramático, as orações adjetivas podem ser restritivas ou explicativas, sendo estas as que “explicam ou esclarecem, à maneira do aposto, o termo antecedente, atribuindo-lhe uma qualidade que lhe é inerente ou acrescentando-lhe uma informação” (CEGALLA, 1980, p. 264), e aquelas as que “restringem ou limitam a significação do termo antecedente, sendo indispensáveis ao sentido da frase” (p.264). Também se destaca o fato de que essas orações se diferenciam no tocante à pontuação, uma vez que as explicativas são isoladas por pausas.

Almeida (1985), seguindo a linha da maioria dos gramáticos de viés tradicionalista, aponta que as orações subordinadas adjetivas podem ser compreendidas como explicativas e restritivas. Segundo o autor, as explicativas são as que indicam qualidade inerente ao substantivo a que estão relacionadas, havendo a possibilidade de excluir essa oração sem prejudicar o sentido da oração principal. Quanto à oração explicativa, o gramático sugere o exemplo a seguir:

(9) O homem, *que é mortal*, passa rápido sobre a terra. (grifo nosso)

As orações adjetivas restritivas são apresentadas como as que se caracterizam por um sentido accidental, inviabilizando a sua exclusão, sob pena de gerar prejuízo para o sentido da oração principal. O exemplo trazido pelo autor é:

(10) O homem *que é justo* deixa na terra memória abençoada. (grifo nosso)

Almeida (1985) também defende a diferença de entoação e de pontuação entre as orações explicativas e as restritivas, uma vez que as primeiras se demarcam por vírgulas e se pronunciam com ênfase de acentuação. Já as restritivas não se colocam entre vírgulas e são proferidas sem ênfase de acentuação.

Sacconi (1989) define as orações adjetivas por meio de propriedades estruturais e semânticas. Para ele, essas orações se caracterizam por ser iniciadas pelo pronome relativo e por assumirem função adjetiva e podem ser explicativas e restritivas, sendo aquelas as que modificam um termo de sentido genérico. Na concepção de Sacconi (1989, p.273), a oração explicativa com o verbo *ser* assemelha-se ao aposto, como se demonstra em:

(11) O Brasil, *que é o maior país da América do Sul*, não possui grandes reservas de petróleo. (grifo nosso)

(12) Brasília, *que é a capital do Brasil*, foi fundada em 1960. (grifo nosso)

O gramático assevera ainda que a adjetiva explicativa ocorre necessariamente entre vírgulas, como se vê nos exemplos:

(13) Esta cidade, *onde nasci*, já possui mais de 300 anos. (grifo nosso)

(14) O rio Tietê, *em que já não se veem peixes*, corta todo o Estado de São Paulo. (grifo nosso)

(15) O rio Paraná, *cujas águas estão poluídas*, divide os Estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. (grifo nosso)

Para o autor, as adjetivas restritivas delimitam o sentido do termo ao qual se referem, conforme se nota no exemplo seguinte:

(16) O Brasil *que eu vi* não é o Brasil *que eu vejo*. (grifo nosso)

Faraco e Moura (1992, p. 262), assim como demais gramáticos, afirmam que a oração subordinada adjetiva apresenta valor de adjetiva e é introduzida por pronome relativo, podendo ser classificadas em restritivas e explicativas. As adjetivas restritivas limitam o significado de um termo da oração principal e são essenciais para o sentido do período, além de não contar com a demarcação por vírgulas. As adjetivas explicativas trazem uma informação acessória relacionada a um termo da oração principal, obrigatoriamente destacada do restante do período por intermédio das vírgulas.

Dessa maneira, pela tradição normativa, as orações relativas, reconhecidas também como orações adjetivas, são definidas com vistas a corroborar conceitos de subordinação, por se tratarem de orações vistas como subordinadas e identificadas com base na determinação do pronome relativo, conectivo pronominal que introduz a oração relativa. Localizam-se nessas orações o valor adjetivo e a função sintática desempenhada por elas, a partir da orientação de que são orações as quais ocupam a função de adjunto adnominal (CUNHA; CINTRA, 2001).

As orações relativas, pelo trato normativo, costumam receber classificações de base semântica e prosódica, preferencialmente. Na visão de Rocha Lima (1998), as orações adjetivas podem subclassificar-se em restritivas e explicativas. O gramático especifica que a oração restritiva “tem por ofício delimitar o antecedente, com o qual forma um todo significativo; em razão disso, não pode ser suprimida, sob pena de a oração principal ficar prejudicada em sua compreensão” (LIMA, 1998, p.271).

O gramático define a oração explicativa como um “termo adicional”, com a intenção de encerrar esclarecimentos ou pormenores do antecedente a que se liga, não sendo, portanto, indispensável à compreensão do conjunto do período. Guarda-se ainda o destaque ao modo como a pontuação se expressa para essas orações, alertando-se que a oração explicativa, via de regra, é separada da principal por vírgulas ou travessões, fato do qual a oração restritiva prescinde.

Infante (1996, p. 411-420) aponta, nos moldes das demais abordagens de base tradicionalista, os aspectos formais das orações adjetivas, considerando as formatações desenvolvidas e reduzidas, além de suas respectivas composições. Na perspectiva desse autor, os aspectos semânticos são igualmente destacados, enfatizando a existência de orações restritivas, capazes de restringir ou individualizar o sentido do termo antecedente, e de orações explicativas, incumbidas de realçar ou amplificar um detalhe sobre o antecedente, que já se encontra suficientemente definido. A pontuação é também motivo de observação, alertando que as orações restritivas não devem ter vírgulas, mas as explicativas devem ser isoladas por vírgulas.

Os estudos de viés normativo, diante do exposto, tendem a partir de frases descontextualizadas, geralmente extraídas de textos literários, para elencar fatores que auxiliem na classificação formal das cláusulas. Os capítulos ou seções reservadas para tratar das orações relativas, em geral, são concisos, limitando-se a observações que priorizam classificações e assumem critérios cujo excesso de objetividade e síntese implica abordagens reducionistas.

2.2 À luz das gramáticas descritivas

Adotando uma abordagem descritiva, Perini (1996) aponta que as orações relativas possuem um caráter subordinado, representando-se como constituintes de nível suboracional por funcionarem como modificadores de um SN.

Para o autor, a oração relativa apresenta aspectos que podem caracterizar sua estrutura, tais como a presença de um pronome relativo (que, o qual, quem, cujo, onde), que se precede ou não de preposição; a organização estrutural aparentemente incompleta; e a articulação da estrutura oracional com um elemento nominal (parte de um SN), estabelecendo uma sequência que corresponde a um SN (PERINI, 1996, p. 140).

Perini (1996) assevera que a classificação tradicional da oração adjetiva decorre de fatores eminentemente semânticos. Dessa forma, segundo o autor, tende-se a confundir aspectos sintáticos com aspectos semânticos. Em vista disso, propõe-se denominar as orações adjetivas como apositivas e não apositivas, que apresentam as seguintes diferenças:

a) só as apositivas se separam por vírgula do resto da frase; b) só as apositivas podem ocorrer com o relativo o qual sem preposição; e c) só as apositivas admitem construções múltiplas [...], resultantes da movimentação de um SN que contém relativo modificador para o início da oração (PERINI, 1996, p. 156).

Neves (2000), na sua *Gramática de Usos*, salienta o fato de que as adjetivas restritivas ocorrem com ou sem a presença de um antecedente, ao passo que as explicativas se estruturam necessariamente com a presença de um antecedente. A título de exemplo, verificam-se a seguir três sentenças em que podemos encontrar uma restritiva com antecedente (17), uma restritiva sem antecedente (18) e uma explicativa (19):

(17) O médico QUE dera o atestado chamava-se Pedro M. Silva. (NEVES, 2000, p. 374)

(18) QUEM vê cara não vê coração. (NEVES, 2000, p. 375)

(19) Parei sob o jataí, QUE vi crescer, abracei-me ao seu tronco, em desespero. (NEVES, 2000, p. 375)

Sob a óptica de Neves (2000), a oração relativa restritiva contém uma informação que representa um subconjunto dentro de outro conjunto. Com a oração relativa explicativa é diferente, pois esta é aplicada para o acréscimo de uma informação complementar, o que não identifica um subconjunto dentro de outro conjunto.

Castilho (2010, p.370-371), diferenciando-se da abordagem gramatical tradicional, ao tratar das orações adjetivas, apresenta quatro classificações para essas sentenças com base em propriedades semânticas, a saber:

- a) Restritivas ou determinativas, que especificam o sentido do sintagma nominal em que estão encaixados.

(20) Aquele sujeito **que foi a Portugal** perdeu o lugar.

- b) Explicativas ou apositivas, que se operam como aposto do sintagma nominal;

(21) A neve, **que é branca**, transforma-se numa lama escura depois de muito pisada.

- c) Restritivas finais, que acrescentam uma noção de finalidade à oração adjetiva;

(22) Mandou retirarem seus sapatos enlameados, **que não sujassem sua sala**.

- d) Restritivas causais, que acrescentam uma noção de causalidade à oração adjetiva.

(23) O cão, **que é amigo fiel**, vigiou a casa durante toda a noite.

Na visão de Castilho (2010, p. 366), “as adjetivas ou relativas são sentenças encaixadas num sintagma nominal, em que atuam como complementadores”.

Nesse sentido, alicerçando-se em critérios sintáticos, o autor destaca a importância de considerarem-se as estratégias de relativização e a tipologia das adjetivas no estudo da sintaxe das orações adjetivas. Quanto à relativização, o autor apresenta três estratégias presentes no português brasileiro (CASTILHO, 2010, p.367):

- i) a sentença adjetiva padrão, em que os pronomes relativos correspondem ao caso que recebem do respectivo verbo, como demonstram os exemplos a seguir, propostos pelo autor:

(24) Perdi o livro **que estava lendo**. (caso acusativo, função de objeto direto)

(25) Devolvi o livro do aluno **a quem ele pertencia**. (caso dativo, função de objeto indireto)

(26) O livro de história **cuja capa está rasgada** merece ser encadernado. (caso genitivo, função de adjunto adnominal)

- ii) a sentença adjetiva copiadora, em que o pronome relativo sofre um processo de despronominalização, assumindo uma condição conjuntiva e perdendo o caráter fórico, como se nota no exemplo seguinte, proposto pelo autor:

(27) Não há uma área em São Paulo **que a polícia não entre nela**.

- iii) a sentença adjetiva cortadora, que ocorre quando se apagam os pronomes pessoais que aparecem na oração copiadora, como ocorre no exemplo a seguir, também do autor:

(28) Não há uma área em São Paulo **que a polícia não entre**.

Castilho (2010), em se tratando das orações reduzidas, afirma que estas são construções à parte, estabelecendo-se como sentenças subordinadas não conjuncionais.

Mateus *et al.* (1989) atribuem às orações relativas a alcunha de construções de relativização, podendo se realizar nas formas restritiva e apositiva. À guisa de exemplo, as autoras apresentam uma sentença contendo oração relativa restritiva com antecedente explicitado:

(29) Vi o homem *que roubou a tua carteira*. (MATEUS ET AL., 1989, p.662)

No que concerne às relativas apositivas, estas podem ser de frase ou de sintagma nominal, como se verifica no exemplo a seguir:

(30) O Antônio, *que/o qual encontrei ontem*, regressou do estrangeiro. (MATEUS ET AL., 1989, p.673)

As autoras, por seu turno, diferenciam-se das abordagens tradicionalistas quando sugerem a classificação das orações relativas como restritivas e apositivas, sendo estas o equivalente às explicativas, nomenclatura empregada de maneira mais comum.

Embora se admita a equivalência entre as orações relativas apositivas e as explicativas,

é possível estabelecer algumas diferenças. Na concepção de Nogueira (1999), a relativa explicativa possui um caráter não simétrico, hipotático e atributivo. A construção apositiva, por sua vez, é simétrica, paratática, além de expressar equivalência distribucional, semântica e referencial entre as sentenças de aposição.

A construção relativa, segundo Mateus *et al.* (1989, p.675), relaciona duas frases por intermédio de um esquema de subordinação, sendo a oração relativa com antecedente o complemento de algum constituinte da oração principal ou o constituinte da oração principal, no caso de ser uma relativa sem antecedente expresso ou, nas palavras da autora, uma relativa livre. Como exemplo de relativa livre, a autora propõe:

(31) **Quem vai ao mar** perde o lugar.

(32) Recebi **quem tu recomendaste**.

Mateus *et al.* (1989, p.680) assevera que as relativas livres possuem uma estrutura sintática paralela à das relativas com antecedente, mas com uma categoria vazia como antecedente.

Vilela e Koch (2001) definem as orações adjetivas como frases relativas, que se introduzem por pronomes relativos ou advérbios relativos. Estes, por sua vez, exercem função sintática na frase subordinada e são preenchidos semanticamente por meio da referência ao elemento de frase presente na oração superior.

Em consonância com demais perspectivas de classificação, os autores afirmam que as relativas atributivas podem ser explicativas e restritivas. A frase explicativa, apositiva ou não-restritiva, pela perspectiva dos autores, apresenta uma informação de caráter suplementar, com importância definida para o status comunicativo. Para exemplificar, os autores fornecem os exemplos:

(33) Estas férias, *que eu passei na montanha*, foram as melhores que tive até hoje. (grifo nosso)

(34) Em Mogadouro, *onde Trindade Coelho nasceu*, há boas artesãs. (grifo nosso)

Salienta-se que são relativas explicativas as de nomes próprios e pronomes pessoais:

(35) Lisboa, *que é uma cidade cheia de luz*, é muito visitada por turistas. (grifo nosso)

(36) Você, *que joga tão bem tênis*, distraído, perdeu ontem. (grifo nosso)

Quanto às frases atributivas restritivas, Vilela e Koch (2001) afirmam que estas fornecem propriedades que restringem indivíduos ou um grupo de indivíduos relacionados a outros de mesma designação. As restritivas são importantes para a explicitação do que se orienta no cômputo frasal e para demarcar a aplicação do termo de referência. Observa-se a ressalva de que essas frases prescindem de pausas. Como exemplo de atributivas restritivas, tem-se:

(37) Apenas vê aquele *que quer ver*. (grifo nosso)

Como se percebe, a abordagem descritiva compreende a oração adjetiva em uma perspectiva mais ampla do que se nota na abordagem tradicional, na medida em que se observam situações reais de uso.

Apresentaremos a seguir o trato com as cláusulas relativas à luz de pesquisas linguísticas.

2.3 À luz dos estudos linguísticos

Esta seção procura trazer uma breve revisão de alguns dos trabalhos desenvolvidos sobre a oração relativa, orientados por perspectivas teóricas diferentes. Com isso, será possível ter uma ideia da importância das orações relativas no escopo das pesquisas linguísticas, além de proporcionar uma visão mais ampliada acerca das possibilidades de abordagem dessas cláusulas no escopo dos estudos linguísticos.

Nesse sentido, um estudo pioneiro é o de Mollica (1977), de viés variacionista, no qual se investigam as ocorrências de relativas copiadoras no português falado da cidade do Rio de Janeiro. A pesquisadora investiga o modo como os falantes recorrem a estratégias copiadoras, tendo o uso variável da anáfora pronominal do SN antecedente como sua unidade de análise, em conformidade com o exemplo a seguir:

(38) Tem um carro *que ele não quer pegar*. (grifo nosso)

No que tange aos resultados, a autora constata que o apagamento é a variante mais utilizada, equivalendo a 92% dos dados. O que mais favorece a incidência da copiadora, segundo a pesquisa, são a distância que pode haver entre o antecedente e o pronome relativo e o traço semântico do antecedente.

Bispo (2009) investiga as relativas cortadoras, utilizando o *corpus* do grupo Discurso & Gramática Natal e Discurso & Gramática Rio de Janeiro, considerando a escrita e a fala. Sob uma orientação cognitivo-funcional, o autor salienta o contraste entre a forma e a função da cortadora e a forma tida como padrão.

Nessa pesquisa, os resultados apontam que as relativas cortadoras ocorrem em todos os níveis de escolaridade (fundamental, médio e superior), com maior número de casos nos níveis fundamental e médio. Também ocorre com maior frequência na modalidade oral. O pesquisador enfatiza que a relativa cortadora ocorre somente com o pronome *que*. Já o relativo *o qual* favorece a incidência da forma padrão na modalidade escrita.

Em estudos mais recentes, Bispo (2014) analisa estratégias de relativização em *corpus* diacrônico do português brasileiro. Dessa forma, o pesquisador verifica a incidência das estratégias padrão, copiadora e cortadora em sincronias diferentes, observando fatores que levam à utilização de uma ou de outra estratégia.

Furtado da Cunha (2001) reforça que, por se considerar a língua como entidade dinâmica, esta se torna sujeita a pressões várias de natureza comunicativa, atendendo a interesses de ordem pragmática.

Percebe-se esse fato na análise das orações relativas empregadas, de maneira efetiva, pelos falantes na comunicação cotidiana. Isso demonstra que, mesmo sendo formas que se afastam do modelo canônico apregoado pela gramática tradicional, as relativas empregadas em situações reais de comunicação apresentam regularidades que motivam análises. Como exemplo, o autor apresenta:

(39) ... assim que você entra assim ... tem uma ... tem um trailerzinho com sorvete ... tem sorvete ... depois ao lado tem uma por/ tem uma porta **que essa porta já fica ao lado** ... embaixo do prédio três ... (Corpus D&G, língua falada, ensino superior, p. 36).

(40) ... num sei como aquele povo mora ali não ... né? porque ... quatro pessoas ... é ... é desse tamanho aqui ... o quarto **que eles moram lá** ... (Corpus D&G, língua falada, ensino médio, p. 258).

Na visão de Bispo (2016), existe, nas cláusulas relativas destacadas, uma construção relativa que reduplica o antecedente do relativo por meio dos elementos correferentes “**essa porta**” e “**lá**”, respectivamente. Esse tipo de construção sugere, para o pesquisador, uma tendência de regularização, com base no mecanismo de organização da cláusula adjetiva.

Mendonça e Tosta (2007) analisam, sob uma perspectiva funcionalista, o emprego do

pronome anafórico *que* em cláusulas relativas encontradas em textos de estudantes matriculados na sexta série do ensino fundamental, com o fito de observar a influência da língua oral sobre a escrita. Pela análise dos dados, chega-se à conclusão de que os usuários recorrem a estratégias de (re)estruturação das cláusulas relativas, contrariando o que se encontra nas gramáticas normativas.

Santos (2018) propõe um estudo sobre o funcionamento sintático e semântico-discursivo da relativização no português brasileiro, considerando os usos na modalidade escrita. O *corpus* de sua pesquisa foi composto de duzentas redações produzidas em processos seletivos de uma instituição federal de ensino e de uma instituição privada. Fundamentada na teoria funcionalista, pela qual a língua é considerada em seus respectivos contextos de uso, a pesquisadora: (i) analisa o nível de integração oracional entre as orações adjetivas e as matrizes ou nucleares; (ii) descreve as estratégias de relativização utilizadas nas redações; (iii) verifica as funções sintáticas e semântico-discursivas dos pronomes relativos nas redações; (iv) examina os tipos de relações retóricas que as orações adjetivas estabelecem com a respectiva oração nuclear ou com a oração matriz; (v) analisa os relativos na perspectiva da gramaticalização; (vi) identifica a prototipicidade dos pronomes e das orações adjetivas.

Nessa pesquisa, destacam-se as ocorrências em que os pronomes relativos não retomam propriamente um antecedente específico, o que confere a esse elemento um caráter próximo de uma conjunção. No que concerne às questões semântico-discursivas, o relativo age na manutenção do tema oracional e introduz novos argumentos. Santos (2018), a título de exemplo, apresenta:

(41) A participação da mulher na política sofre várias críticas machistas por conta do patriarcalismo *que* apesar dos avanços nas leis *é notório atos preconceituosos contra as mulheres*, desprezando-as com piadas ao corpo, à força, à mentalidade entre outros. (grifo nosso)

Nessa ocorrência, o pronome relativo e, por extensão, a cláusula relativa contribuem para a progressão temática e para o desenvolvimento de novos argumentos. A autora observa, contudo, que o pronome relativo, em uma análise cuidadosa, não retoma o antecedente “patriarcalismo”, mas a oração adjetiva possui uma formação completa, pois há a manutenção do tópico da oração anterior e o avanço para o acréscimo de outras informações, mesmo com a perda da retomada do referente anterior, devido, possivelmente, à inserção da oração

concessiva após o relativo.

Entre os estudos de viés funcionalista em relação às orações adjetivas, os trabalhos de Decat (1999; 2001) destacam-se por examinar orações que se desvinculam da oração matriz, ocorrendo de maneira “solta”, razão pela qual se atribui a elas a denominação de “desgarradas”, como se pode ilustrar com o seguinte exemplo, extraído do *corpus* da autora:

(42) A Alemanha ainda pressionava quando, aos 21 minutos, Ronaldo lutou contra Hamann na intermediária. Roubou a bola. Ela ficou com Rivaldo. Que chutou com força e efeito, à meia altura. Kahn errou. Defendeu parcialmente, mas a bola voltou para o meio da área e lá estava Ronaldo, o grande Ronaldo. Que empurrou para o gol; 1 a 0.

Ao examinar os dados colhidos de jornais e revistas de grande circulação, trabalhos acadêmicos e artigos científicos, a autora detecta ocorrências “desgarradas” de orações adjetivas explicativas (ou orações relativas apositivas), considerando o grau de independência dessas orações e apontando diferenças e semelhanças entre o português brasileiro e o português europeu a partir de uma escala de “desgarramento”. As ocorrências de “desgarramento”, de acordo com os estudos realizados pela autora, alcançaram maior incidência no português brasileiro, com diferenças de distribuição a depender do gênero textual examinado.

Sob esse prisma, o gênero textual mobilizado implica funções e formas oracionais. Ainda que não seja, por certo, o único fator a determinar o modo como as orações serão movimentadas no texto, o gênero condiciona determinadas formas de dizer, sobretudo em se tratando de gêneros expostos à apreciação ou correção, como a redação escolar, que, além de se dispor ao exercício das habilidades textuais escritas, também se orientam por projetos de texto bastante fossilizados.

A questão é analisar como as estruturas oracionais se encaixam nesse processo e de que forma esse caráter peculiar das redações escolares influencia as escolhas dos usuários quanto ao emprego de orações no texto.

Convém salientar que, pelos estudos de Decat (1999, 2001), as orações relativas apositivas “desgarradas” assumem um caráter parentético, aproximando-se de um adendo. A partir dessas observações, a autora procura demonstrar que as orações relativas apositivas são semelhantes a SN “soltos”, como uma unidade de informação, com fins à estratégia de focalização com função argumentativa, a exemplo do que a autora destaca no trecho:

(43) Na sua santa burrice, os propagadores do estreitamento, da separação e do isolamento, do nivelamento por baixo, ao que parece desejam que não sejamos continente, mas uma ilha no meio da civilização ocidental. *Que talvez nem seja lá grande coisa, mas é o que temos.*

Adotando a postulação de Meyer (1992), para o qual a aposição é “melhor definida como uma relação gramatical realizada por construções que têm características sintáticas, semânticas e pragmáticas específicas”, a autora apresenta, à luz dos pressupostos funcionalistas, uma análise que considera, principalmente, a função pragmática das orações relativas apositivas. Essa função, pelas observações da autora, é realizada linguisticamente pela estratégia de focalização, o que, conforme salienta Braga (1999, p.281), está relacionado à “saliência ou importância do que dizemos a respeito das coisas”.

Oliveira (2001), adotando um prisma funcionalista, em interface com os trabalhos de Givón (1979) e Hopper e Traugott (1993), propõe uma escala de integração, com base na escalaridade de adjetivação, a partir da qual se estabelece um movimento que vai da oração adjetiva restritiva prototípica, com máximo grau de integração, até a oração tipicamente explicativa, com mínimo grau de integração. Para tanto, critérios formais e funcionais são utilizados, tais como a pausa fonológica, a inserção, o nível de informatividade do SN antecedente e a fundidade da oração adjetiva.

Na perspectiva desse estudo, a oração adjetiva restritiva liga-se a referentes de menor informatividade, sendo, em geral, substantivos imprecisos, normalmente no plural e sem a presença de elementos de determinação. Além disso, esse tipo de oração adjetiva possui menor fundidade, não apresenta pausas e a inserção de termos entre o referente e a oração é menos frequente.

Segundo a autora, a oração adjetiva explicativa, por seu turno, costuma relacionar-se com referentes de maior informatividade, equivalendo, geralmente, a nomes próprios no singular, com a presença de determinantes. Ademais, apresenta maior fundidade, isto é, ocorre como cláusulas que são fundo e não figura¹ (HOPPER; THOMPSON, 1980), contempla as pausas e a inserção de termos entre o referente e a oração é mais comum. Dessa maneira, os estudos de Oliveira (2001) compactuam com os de Hopper e Traugott (1993) em se tratando

¹ Conforme Hopper e Thompson (1980), existe uma alta correlação entre o relevo discursivo e o grau de transitividade de uma sentença. Nesse sentido, em se tratando da organização do pensamento humano e da comunicação, a hierarquização de informações é inevitável, estabelecendo graus de centralidade e de perifericidade. Assim, em uma situação comunicativa, os usuários da língua procuram determinar quais informações são essenciais (figura) e/ou quais são acessórias (fundo).

dos níveis de integração das orações.

A seguir, apresentamos dois exemplos citados pela autora para demonstrar a inter-relação de maior ou menor informatividade do SN com a maior ou menor fundidade da adjetiva:

(44) ...a gente já pune...as pessoas **que estão no comando...**

(45) Caruaru e Urutú, **onde fica o maior porto baiano**, receberão as novas fábricas coreanas Asia Motors e Hyundai.

No exemplo (44), revela-se menor informatividade no SN, por seu caráter genérico, e a oração adjetiva restritiva é mais integrada, com conteúdo mais vinculado ao antecedente. Em (45), o conteúdo do SN tem menor peso, a oração adjetiva é menos integrada, apresentando um conteúdo mais específico e informativo, permitindo, inclusive, a retirada da oração subordinada sem maiores prejuízos à informação principal.

Em tempo, vale salientar que, pelos estudos da autora, as adjetivas explicativas não são subordinadas como as restritivas, pois situam-se em um campo mais hipotático, o que se verifica na separação por intermédio de pausas e inserções. Além disso, as explicativas são situadas no campo discursivo, enquanto as restritivas no campo gramatical. Assim, pelo nível mais alto de integração das restritivas, os pronomes relativos das orações adjetivas explicativas são mais anafóricos do que o das adjetivas restritivas, uma vez que a diminuição do nível de integração demanda uma maior necessidade de recuperação do antecedente.

Em suma, pelos termos citados por Oliveira (2001, p.81-90), compreende-se que a adjetiva explicativa está relacionada ao discurso, à motivação textual, à aposição e à hipotaxe. Já a adjetiva restritiva se relaciona à gramática, à regularização sintática, ao encaixamento e à subordinação.

Souza (2009), mobilizando o arcabouço teórico do funcionalismo sistêmico-funcional, problematiza a dicotomia restrição e explicação, propondo, como faz Oliveira (2001), uma escala de adjetivação. Nesse intento, a autora orienta-se, basicamente, por três fatores, a saber: a prosódia, o grau de definitude e o *status* informacional do SN antecedente.

Quanto à prosódia, os resultados dão conta de que as adjetivas restritivas se particularizam pela ausência de marcas prosódicas, que são a pausa e o tom de fronteira. Esses traços prosódicos já se verificam nas orações adjetivas explicativas, o que indicia uma segmentação em relação à cláusula matriz. A autora assevera que existe uma ascendência de tom antes da oração adjetiva explicativa que corrobora a sua não integração com a oração

principal. No caso das adjetivas restritivas, o que se percebe é uma integração melódica com a oração principal.

No que tange ao grau de definitude, Souza (2009, p.137-138) aponta que o SN com máximo grau de definitude exige a adjetiva não restritiva, o SN de mínimo grau de definitude solicita a adjetiva restritiva e o SN de grau intermediário mobiliza qualquer um dos tipos de adjetiva, a depender da situação específica de produção. A autora, com base nos resultados obtidos, propõe uma subdivisão das orações adjetivas em quatro grupos: as não restritivas prototípicas, as não restritivas não prototípicas, as restritivas prototípicas e as restritivas não prototípicas.

O grau de definição do SN antecedente determina a prototipicidade das orações. O grau máximo de definição indica a não restritiva prototípica; o grau mínimo, a restritiva não prototípica. As não prototípicas se definem pela relação entre o grau de definitude e a informatividade do SN antecedente.

Souza (2009) apresenta também a ideia de que as adjetivas se situam entre as completivas e as adverbiais, a depender do nível de integração com a oração matriz. Com base em tal fato, a autora traz o conceito de adjetivas híbridas, que possuem evidências completivas e adverbiais, expressando um caráter circunstancial. Nesse sentido, na concepção da autora, é possível encontrar *adjetivas completivas* e *adjetivas adverbiais*.

Seguindo essa linha, Leitão (2009), enfocando as orações adjetivas explicativas, busca uma caracterização prototípica desse tipo de oração, estabelecendo um paralelo com as orações adverbiais e com as substantivas apositivas. Quanto aos aspectos sintático-semânticos nesse estudo, a autora procura analisar a função sintática do antecedente, a correspondência entre tempo e modo verbais da oração principal e da oração explicativa, a natureza do verbo da explicativa e os pronomes relativos introdutórios da oração explicativa. Os resultados obtidos revelaram que: (a) os antecedentes das adjetivas explicativas são, em geral, complementos verbais ou nominais da oração principal; (b) a correspondência modo-temporal entre os verbos da oração principal e da adjetiva explicativa inexistem em mais da metade das ocorrências; (c) o sujeito da oração principal não equivale ao da adjetiva explicativa em mais de 70% das ocorrências.

Quanto aos aspectos discursivo-pragmáticos, a autora busca analisar a especificidade, a definitude, o *status* informacional, o tipo de relação inferido na articulação entre a oração principal e a oração adjetiva explicativa e o valor argumentativo da oração adjetiva explicativa. No que diz respeito ao valor argumentativo, um dos alvos de interesse de nosso estudo, Leitão (2009) destaca o valor argumentativo das adjetivas explicativas, elencando-as

da seguinte maneira: (i) explicação definidora por reformulação ou por definição, o que corresponde a uma paráfrase de reformulação do item anterior, estabelecendo com este uma relação de equivalência semântica; (ii) avaliação argumentativo-atitudinal, com base em impressões pessoais e comentários avaliativos acerca do referente discursivo do SN antecedente; (iii) aporte de informação, explicitando o referente quanto à sua identificação. A título de exemplo de adjetivas com valor argumentativo, tem-se:

(46) Simetria seria o cálculo das relações, **que os gregos chamavam de “analogias”**, entre as partes de uma construção, cálculo esse estabelecido através de uma medida comum, denominada “modulus” por Vitruvius. (LD/ HPLD.DOC / 04 apud LEITÃO, 2009, p. 155)

(47) Tais postulados, entretanto, somente podem predominar dentro da ordem e quando os cidadãos, as classes e os grupos sociais vierem-se a guiar pela compreensão altruística dos interesses da Pátria, **que nos cumpre colocar acima dos nossos próprios interesses e pontos de vista**. (LO/TA 1 -OLO.DOC p.08 apud LEITÃO, 2009, p. 156)

(48) Ponho a lanterna no chão, **onde foi o alpendre**, e respiro o ar do vale. (LR / PN.DOC / 05 apud LEITÃO, 2009, p. 154)

No exemplo (46), há uma oração explicativa definidora que apresenta uma outra aceção para a “simetria”, de acordo com o modo como os gregos reconheciam seu conteúdo. No exemplo (47), percebe-se uma oração adjetiva avaliativa em que a voz do enunciador busca persuadir o ouvinte sobre a importância de colocar os interesses da pátria acima dos interesses pessoais. No exemplo (48), a oração adjetiva assume o papel de aporte de informações, detalhando o antecedente.

Leitão (2009) destaca, para além do exposto, semelhanças e diferenças entre as orações apositivas e as adjetivas explicativas. Como semelhança, indica-se que ambas possuem um caráter parentético, bem como a ocorrência de um antecedente nominal, ocupando, predominantemente, a função de sujeito pré-verbal. Como diferença, expõe-se que as orações apositivas tecem uma relação de simetria com o SN, em uma relação tida como de equivalência, enquanto as adjetivas explicativas traçam uma relação de assimetria. No que concerne ao grau de integração, a apositiva realiza a integração por parataxe e as adjetivas explicativas por hipotaxe.

Trindade (2009) realiza um estudo sobre as orações designadas como *pseudorrelativas modalizadoras*, tipo de construção que, segundo a pesquisadora, com base em levantamentos bibliográficos, tem sido negligenciada por gramáticos e linguistas. Tais orações se

determinam por uma constituição sentencial peculiar, como a que se pode verificar no exemplo a seguir:

(49) Ali está o homem *que eu pensei que tivesse desaparecido*.

Como esse tipo de construção exibe um evidente distanciamento das orações relativas padrões, a autora decidiu tratá-las como pseudorrelativas. Utilizando-se da orientação teórica funcionalista, Trindade (2009) analisa ocorrências extraídas de blogs localizados na internet, apresentando os seguintes resultados sobre as pseudorrelativas modalizadoras:

- i) apresentam uma relação de encaixamento;
- ii) constituem-se com verbos de ação, processo ou estado;
- iii) expressam verbos que, em geral, são de cognição ou de elocução, funcionando como predicados encaixadores de proposições relacionadas à modalidade epistêmica e à evidencialidade;
- iv) associa-se ao Argumento I dos verbos o traço [+ Exp];
- v) há uma tendência a ocorrer em passagens de fundo;
- vi) apresenta, em geral, um referente dado ou identificável no SN antecedente.

Destacamos ainda os estudos realizados por Dias e Garcia Reis (2004), que defendem que as orações adjetivas reduzidas de gerúndio podem apresentar-se em uma estrutura paratática, acrescentando que a oração reduzida de gerúndio e a oração principal estabelecem entre si uma relação de adição, assemelhando-se, por conseguinte, a uma relação de coordenação.

Por fim, temos os estudos de Braga (2018), que destacam as relativas livres introduzidas pelo conectivo “quem” no português brasileiro escrito, a exemplo de “eu conheço quem comprou os ingressos”. Para tanto, a autora apoia-se na Linguística Funcional Centrada no Uso para identificar aspectos formais e funcionais desse tipo de oração adjetiva, apontando que essa estrutura atua no escopo do Sintagma Verbal e do Sintagma Nominal e que o conectivo “quem”, nas construções analisadas, perde a propriedade de pronome relativo de retomada do antecedente.

No bojo das pesquisas linguística em relação às cláusulas adjetivas, encontramos uma variedade de estudos, baseados em perspectivas analíticas diversificadas, como demonstra Bispo (2018):

Diferentes estudos empreendidos acerca das orações relativas indicam o quão amplo é o leque de possibilidades de abordagem do fenômeno e como essas orações constituem campo fértil de investigação. Elas têm sido tratadas sob distintos vieses teóricos (formalista, variacionista, funcionalista) e sob aspectos variados (estratégias de relativização, formas alternativas de organização da relativa, aposição vs restrição, diacronia e sincronia, entre outros). Nessa direção, estudos pioneiros, a exemplo de Mollica (1977) e Tarallo (1983), dão conta das estratégias de relativização; outros discutem a variação no uso das relativas, como é o caso de Correa (1998), Pinheiro (1998) e Varejão (2006); outros mais se dedicam a descrever e a analisar formalmente esse tipo oracional, conforme se dá em Brito (1988), Kenedy (2007), Marchesan (2012); alguns se voltam a aspectos funcionais no uso dessas orações, segundo encontramos em Souza (2009), Bispo (2009, 2014a) e Decat (2011); há também pesquisas que contemplam descrição formal-funcional e questões atinentes ao ensino das relativas, de que são exemplos Bispo (2007), Leitão (2009), Amorim (2011), Câmara (2015); estudos contemplam ainda o viés diacrônico, como os de Tarallo (1983), Bispo (2014b), Silva (2011). Por essa pequena lista, é possível observar que as abordagens a esse fenômeno linguístico são diversas. (BISPO, 2018, p. 29)

As pesquisas linguísticas ora resenhadas demonstram ser o estudo da cláusula adjetiva um campo vasto de atuação para o linguista. Nesta pesquisa, pretendemos contribuir com a descrição das cláusulas adjetivas, considerando seu emprego em textos dissertativo-argumentativos no modelo de redação do ENEM. No capítulo que segue, procederemos à apresentação do referencial teórico.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, apresentamos uma síntese dos conceitos que determinam a base de nossa pesquisa, evidenciando que o estudo proposto analisa cláusulas relativas em situações reais de comunicação.

Consideramos, portanto, a atitude do falante e o aparato linguístico mobilizado no processo de interlocução, o que impele à adoção de uma concepção teórica que possibilite a análise dos fenômenos linguísticos em variadas dimensões, de modo a contemplar aspectos pertinentes aos níveis sintático-semânticos e textual-discursivos.

Desse modo, amparamos a pesquisa nos pressupostos teóricos funcionalistas, a partir dos quais a língua é descrita como instrumento de interação social, devendo, pois, ser analisada com vistas a determinar as características funcionais de seu uso, o que, a nosso ver, fornece o arcabouço necessário para o desenvolvimento de nossa pesquisa, nos moldes em que a propomos. Pelo escopo teórico funcionalista, a gramática passa a ser compreendida como um conjunto de regularidades decorrentes das pressões cognitivas e, principalmente, das pressões do uso (MARTELOTTA, 1994).

Nessa abordagem, a língua não se configura como um sistema alheio ao meio social. Destarte, as funções externas ao sistema influenciam sua organização interna, compreendendo o funcionamento da língua como reflexo do comportamento linguístico dos falantes em consonância com as diversas situações de comunicação em que estão inseridos. A título de ilustração, o exemplo a seguir, extraído de Furtado da Cunha (2013, p.157,158), é capaz de reverberar o cerne da análise funcionalista:

(50) Você é desonesto.

(51) Desonesto é você.

Do ponto de vista estritamente sintático, o que ocorre nas duas sentenças é tão somente uma inversão de constituintes, tomando por base a ordenação sujeito-verbo-predicativo. No entanto, a abordagem teórica funcionalista considera outros fatores, de ordem discursivo-pragmática, importantes para explicar as motivações de uso das duas sentenças.

Assim, para descrever a oração (50) como uma sentença de intenção afirmativa e a oração (51) como uma expressão típica de uma réplica, é necessário considerar o contexto comunicativo em que essas expressões foram utilizadas, o propósito de uso e o papel dos participantes nesse contexto, ou seja, fatores os quais se relacionam ao que é externo ao

sistema da língua.

Esse exemplo, para Furtado da Cunha (2013, p.158), “(...)demonstra a essência da análise funcionalista, que amplia seu campo de visão, recorrendo ao contexto de uso, o qual, por hipótese, motiva as diferentes estruturas sintáticas”. Sob essa determinação, o uso é privilegiado na busca por explicações sobre as regularidades e as condições discursivas.

A nossa pesquisa reconhece a importância de adotar a perspectiva teórica do Funcionalismo, sobretudo, consoante Furtado da Cunha (2013, p.159), por reconhecerem-se lacunas no Formalismo e advogar pela incorporação da semântica e da pragmática na análise das estruturas sintáticas da língua.

A gramática funcional, portanto, é tida como um modelo gramatical de competência comunicativa, em que funções e regras são vistas como instrumentais em relação à pragmática. Sendo assim, não se pode conceber a linguagem isoladamente, uma vez que se trata de uma realidade humana, psicológica e social.

A partir dessa concepção, implica-se que o falante natural de uma língua recorre a capacidades variadas, além da capacidade linguística, na execução das práticas comunicativas. Sob esse prisma, o arcabouço teórico funcionalista não reduz o fenômeno analisado a fatos relacionados exclusivamente à dimensão da expressão verbal, mas também se interessa em observar as diferentes necessidades comunicativas relativas ao processo de interação por intermédio da linguagem (BERLINCK; AUGUSTO; SCHER, 2001).

À luz do Funcionalismo, as estruturas linguísticas não se representam como objetos autossuficientes, na medida em que estão expostas a imposições da situação comunicativa, resultantes da interação entre os níveis sintático, semântico e discursivo.

Para Givón (1979; 2001), princípios de ordem comunicativa, tais como o dinamismo na comunicação, o grau de planejamento, o monitoramento face a face e o conhecimento pragmático compartilhado são capazes de influir na forma linguística. Com isso, entende-se que os propósitos comunicativos interferem na seleção das formas linguísticas, que se determinam contextual e situacionalmente, explicitando a relação não arbitrária entre forma e função.

Neves (1997) reforça que, de acordo com os estudos funcionalistas, a língua é tida como uma rede de relações que têm por função principal a comunicação, por tratar-se de um instrumento de interação verbal. Nesse sentido, em se tratando dos estudos do sistema linguístico, a competência comunicativa dos falantes deve ser considerada e mensurada a partir do uso que se faz da linguagem, de sorte que a análise das expressões linguísticas possa fornecer dados para a descrição de seu funcionamento em um determinado contexto

comunicativo.

A gramática funcional, embora demonstre interesse pela análise das estruturas gramaticais, assume também o interesse pelos aspectos relativos à situação comunicativa: o propósito do evento de fala, os participantes envolvidos e o contexto sociodiscursivo.

Tal perspectiva promove uma descrição bem mais englobante, em face da inclusão de aspectos variados da expressão verbal nesse processo, reforçando o caráter dialético da relação entre sistema e uso. As estruturas linguísticas, por extensão, resultam da variedade de funções e das variadas possibilidades semânticas imiscuídas nos enunciados.

No âmbito da corrente funcionalista, a produção dos enunciados, considerando as diversas possibilidades fornecidas pelo sistema linguístico, deve ser avaliada com base nas motivações que governam as escolhas, ou seja, para compreender-se a intenção de uma dada sentença, convém refletir sobre os motivos que levaram à escolha de determinados elementos em detrimento a outros, o que reforça, nesse processo, a importância do falante e do contexto em que a mensagem se construiu.

Sob essa visão, os enunciados de natureza linguística são dimensionados pelo papel que desempenham no âmbito do processo de comunicação, proporcionando análises que consideram não apenas o que concerne a questões internas ao sistema linguístico, mas também o que se condiciona por fatores externos a esse sistema, de cunho eminentemente sociopragmático, conduzindo a uma observação mais ampla, pois centra-se nos efeitos referentes à língua em funcionamento, mobilizada, por conseguinte, em situações concretas de uso.

Furtado da Cunha (2013, p.158) ressalva, por sua vez, duas premissas principais das análises linguísticas funcionalistas: (i) “a língua desempenha funções que são externas ao sistema linguístico em si” e (ii) “as funções externas influenciam a organização interna do sistema”.

Para Pezatti (2004), o Funcionalismo:

(...) vê a linguagem como um sistema não autônomo, que nasce da necessidade de comunicação entre os membros de uma comunidade, que está sujeito às limitações impostas pela capacidade humana de adquirir e processar o conhecimento e que está continuamente se modificando para cumprir novas necessidades comunicativas. (PEZATTI, 2004, p. 211)

Sendo assim, os estudos funcionalistas baseiam-se na análise dos fatores inerentes à relação entre forma e função.

Nichols (1984) indica que é possível determinar três tipos de gramática: a estrutural, a

formal e a funcional. A gramática estrutural se ocupa das estruturas gramaticais (fonemas, morfemas, relações sintático-semânticas, constituintes, sentenças, textos e discurso). A gramática formal encarrega-se de constituir, a partir dos fenômenos elencados anteriormente, um modelo formal de linguagem. A gramática funcional, por seu turno, analisa a constituição da estrutura gramatical em uma perspectiva comunicativa.

Segundo Nogueira (2010, p.6), o cerne do Funcionalismo “é que a língua encontra fins comunicativos. E o que se comunica não é apenas um conteúdo (intelectual, cognitivo), mas também a natureza e o propósito do evento de fala como um fenômeno cultural e cognitivo”.

Nesse sentido, Nichols (1984) ressalta o teor polissêmico do termo função, relacionando-o com cinco diferentes componentes de ordem gramatical:

- i) função como interdependência, que se determina pelas inter-relações e covariações entre os fenômenos gramaticais;
- ii) função como propósito, que está relacionada à intencionalidade comunicativa do uso linguístico;
- iii) função como contexto, que enfoca a relação da linguagem com o cenário extralinguístico;
- iv) função como relação, que demonstra a relação entre um dado elemento linguístico e o sistema linguístico com um todo;
- v) função como significado, que agrega estudos em relação à pragmática e o contexto.

Os estudos de base funcionalista procuram analisar, por conseguinte, as várias possibilidades de seleção/aplicação das formas linguísticas, o que encaminha a análise das funções a que essas formas se associam.

Nesse sentido, para a realização da pesquisa, amparamo-nos na vertente sistêmico-funcional, que se mostra adequada aos objetivos de nosso estudo, mormente por compreender que a linguagem está intimamente relacionada às necessidades humanas de interação verbal (HALLIDAY, 1973).

Com essa visão, uma abordagem multifuncional implica a natureza da língua em sua organização sistêmica, refletindo uma associação entre a estrutura gramatical e as metafunções ideacional, interpessoal e textual.

Dessa forma, a língua é tida como rede de sistemas interligados, o que viabiliza a construção de significados com base na função pretendida com o emprego da língua a partir

das alternativas linguísticas disponíveis (semânticas, sintáticas, morfológicas...).

O uso de cláusulas adjetivas em textos argumentativos produzidos por participantes do ENEM insere-se nesse prisma, considerando que os usos da língua são influenciados pelas funções da linguagem, que se relacionam com os propósitos comunicativos construídos pelo locutor a depender das situações de comunicação.

Encontramos, portanto, na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), um aparato teórico pertinente ao estudo das cláusulas adjetivas, pois entendemos que estas não devem ser compreendidas como meras integrantes de uma lista de estruturas possíveis no sistema da língua ou como parte de um conjunto de regras fixo, mas sim vistas por suas potencialidades de significado dentro de um sistema socio-semiótico por meio do qual o sujeito estrutura a sua fala de acordo com o que se experiencia em seu meio ambiente.

A língua, nesse sentido, proporciona interação, troca e construção de significados em seu meio social. Assim, a LSF pode ser definida como uma teoria de base semântica e de uma língua que é concebida a partir de seu potencial de significados, o que atende, sobremaneira, aos interesses de análise das cláusulas relativas em nossa pesquisa.

Nesta pesquisa, adotamos ainda a perspectiva funcionalista de análise que compreende a transitividade não como uma propriedade inerente ao verbo como elemento lexical, mas sim como um complexo de dez parâmetros sintático-semânticos independentes, focalizando diferentes ângulos da transferência da ação em porções diferentes da oração.

A transitividade, portanto, não se trata de uma propriedade exclusivamente verbal, mas de uma propriedade manifestada ao longo do discurso. Nessa perspectiva, analisamos as cláusulas relativas, considerando os dez parâmetros sintático-semânticos interdependentes defendidos por Hopper e Thompson (1980).

Ainda que os parâmetros de Hopper e Thompson (1980) não se enquadrem no arcabouço teórico da LSF de Halliday, optamos pelo cotejo dessa categoria com outras categorias propostas por Halliday para o estudo das cláusulas relativas, o que, a nosso ver, não acarreta prejuízos aos pressupostos da LSF e auxilia na compreensão do funcionamento das cláusulas nos textos analisados.

Na seção subsequente, apresentamos pressupostos teóricos da LSF.

3.1 Linguística Sistêmico-Funcional de Halliday

A vertente funcionalista da Escola de Londres tem como principal representante Michael Halliday, com a proposição da perspectiva sistêmico-funcional, segundo a qual a

língua é concebida como um fenômeno essencialmente social. O alvo principal dessa teoria é verificar como a língua atua no contexto social, e como este interfere naquela, ancorando-se na noção de função.

Conforme Nogueira (2006):

Na introdução à obra *An Introduction to Functional Grammar*, Halliday (1985) explica por que sua gramática é de natureza funcional. Primeiro, porque se trata de uma investigação de como a língua é usada; é, portanto, uma gramática “natural”. Segundo, porque os componentes de significado são componentes funcionais: ideacional (entender o ambiente), interpessoal (agir sobre o outro) e textual (dar relevância aos anteriores). Terceiro, porque cada elemento na língua é explicado pela referência a sua função no sistema linguístico como um todo. Desse modo, todos os elementos da língua são construídos como configurações orgânicas de funções. (NOGUEIRA, 2006, p.19).

Para o linguista britânico, a língua possui um caráter sociosemiótico e, em razão de ser um construto socialmente erigido, está sujeita a processos de transformações. Desse modo, Halliday e Hasan (1989) definem, inicialmente, o termo *função* do seguinte modo:

No seu sentido mais simples, o termo ‘função’ pode ser entendido como um sinônimo para a palavra uso, de maneira que, quando tratamos sobre as funções da linguagem, podemos compreender não mais do que o modo como as pessoas utilizam a língua, ou as línguas, se tiverem mais de uma. Em termos gerais, as pessoas fazem diferentes coisas com a linguagem; ou seja, elas esperam atingir, através da fala e da escrita, do ato de ouvir e da leitura, um grande número de diferentes objetivos e propósitos. (HALLIDAY; HASAN, 1989, p.15)²

Todavia, sobre tomar *função* como sinônimo de *uso*, os autores ressaltam:

Em todas essas interpretações de funções da linguagem, nós podemos afirmar que função se iguala a uso: o conceito de função é sinônimo de uso. Porém, a fim de aprofundar nossas próprias investigações, devemos dar um passo à frente: ao patamar onde as variações funcionais não são apenas interpretadas como variações no uso da língua, e sim como algo que é inerente e fundamental à organização da língua, e, particularmente, à organização do sistema semântico. Em outras palavras, função será interpretada não apenas como uso da língua, mas como uma propriedade fundamental da língua, algo que é essencial para a evolução do sistema semântico. Isso equivale a dizer que a evolução de cada língua deve ser

² “In the simplest sense, the word ‘function’ can be thought of as a synonym for the word ‘use’, so that when we talk about functions of language, we may mean no more than the way people use their language, or their language if they have more than one. Stated in the most general terms, people do different things with their language, that is, they expect to achieve by talking and writing, and by listening and reading, a large number of different aims and different purposes.” (HALLIDAY; HASAN, 1989, p.15)

explicada em termos de uma teoria funcional. (HALLIDAY; HASAN, 1989, p.17)³

Desse modo, Halliday (1989) aponta para uma teoria que não apenas considera fatores extrínsecos no que se refere às funções da linguagem, mas que também acata fatores intrínsecos, orientando-se para o fato de que a multiplicidade de funções se reflete na organização interna da língua, e a investigação da estrutura linguística revela as várias necessidades a que a linguagem serve (NEVES, 1997).

A noção de sistema, na perspectiva de Halliday, é desenvolvida com base na postulação de que, por se desenvolver no construto formal de uma rede sistêmica, a gramática configura-se por estruturas sistêmicas diversificadas, que se representam nas escolhas associadas a um dado tipo de constituinte. O modelo de Halliday (1989), portanto, amolda-se a uma gramática sistêmica, que se interpreta por intermédio de metafunções. O autor, dessa forma, propõe *macrofunções* ou *metafunções* da linguagem: *a ideacional*, *a interpessoal* e *a textual*.

Na *metafunção ideacional*, o que se realça é a expressão do conteúdo, correspondendo ao *significado cognitivo*, por meio do qual o falante e o ouvinte mobilizam suas experiências e percepções dos eventos do mundo real (externo) ou dos fenômenos perceptuais relativos à consciência (interno).

Na função *interpessoal*, adquire relevo a atitude dos interlocutores, que agem sobre o outro por meio da emissão de julgamentos e de avaliações, reafirmando, no estabelecimento dessas faces no âmbito do evento de fala, o papel comunicativo dos envolvidos na interlocução.

Na função *textual*, instrumentalizam-se as duas funções anteriores, estabelecendo uma relação com a organização interna da frase e com o significado da frase, ao considerar a mensagem em si mesma e sua relação com contexto comunicativo.

A Linguística Sistêmico-Funcional - LSF, pois, baseia-se na concepção de que a gramática funcional é, ao mesmo tempo, uma gramática de sistema e de texto. Alicerçando-se nessa premissa, a teoria interpreta a língua como um sistema linguístico que se organiza em componentes funcionais ancorados nas três metafunções, determinando o uso das formas a

³ In all these interpretations of the functions of language, we can say that function equals use: the concept of function is synonymous with that of use. But in order to pursue our own investigations, we have to take a further step: a step that interprets functional variation not just as variation in the use of language, but rather as something that is built in, as the very foundation, to the organization of language itself, and particularly to the organization of the semantic system. In other words, function will be interpreted not just as the use of language but as a fundamental property of language itself, something that is basic to the evolution of the semantic system. This amounts to saying that organization of every natural language is to be explained in terms of a functional theory. (HALLIDAY; HASAN, 1989, p.17)

partir dos significados.

A sentença, dessa maneira, é definida como um processo reflexivo e perceptivo de ações, eventos, processos de conscientizações e relações, o que se relaciona à *função ideacional*. Para a *função interpessoal*, o processo está relacionado com as trocas de papéis nas interações retóricas, estabelecendo-se em atos de fala que determinam as relações intersubjetivas.

Na *função textual*, o processo caracteriza-se como uma mensagem que organiza o fluxo do discurso em razão de sua continuidade, o que se pode exemplificar com as relações de Tema e Rema, no plano sentencial e oracional, e com as noções de Dado e Novo, na alçada do Estatuto Informacional.

Para uma compreensão mais abrangente do aporte teórico, discutiremos os conceitos de gramática, língua e sistema na visão da Gramática Sistemico-Funcional.

3.1.1 Gramática, língua e sistema

Em relação aos princípios da LSF, Halliday (1985;1989) aponta a gramática da língua como unidade central do processamento da linguagem, o que implica compreender que as gramáticas das línguas são passíveis de interferências por parte de seus usuários, ou seja, evoluem em razão das necessidades dos falantes, dado o contexto sócio-histórico e intersubjetivo.

É diante desse conjunto complexo de sistemas de opções que o falante/ouvinte estrutura e interpreta enunciados. Nessa perspectiva, dois conceitos são importantes para se compreender o que seja linguagem aos moldes da LSF: os conceitos de sistema e de função. De acordo com Halliday e Matthiessen (2004), pode-se entender a língua organizada em dois níveis – o sintagmático, ou nível da estrutura, e o paradigmático, ou nível das escolhas.

O nível sintagmático está relacionado ao modo como os signos se amoldam às sequências ou estruturas. Trata-se, pois, da cadeia de estruturação oracional, com base na qual os signos se ordenam.

O nível paradigmático está ligado às relações de oposição e, por extensão, às escolhas a que os falantes procedem no âmbito do uso da língua. Esse nível é de profundo interesse para a LSF, uma vez que, para além de sequências de elementos ordenados linearmente, é a partir das escolhas dos falantes em contextos particulares que, efetivamente, se produzem significados.

Nas palavras de Halliday e Matthiessen (2004, p.23), “uma língua é um recurso para a

produção de significado, e significado reside nos padrões sistêmicos de escolha”⁴. Não por acaso, a abordagem sistêmico-funcional prioriza, em seu arcabouço teórico, às escolhas realizadas no sistema da língua.

Com isso, pode-se concluir, a partir do que propõe a LSF, que os textos produzidos nas mais variadas esferas de comunicação mantêm uma imbricação com as escolhas e com a organização de significados localizadas tanto no nível sintagmático, quanto no paradigmático. Dessa maneira, concebe-se o nível sintagmático como o da realização, na medida em que se localizam as unidades realizadas a partir das escolhas feitas nos sistemas.

Sob essa visão, com base em Neves (2006, p.47), pode-se definir a língua como um instrumento de interação social, estabelecendo a comunicação como sua principal função. Ao estudar-se o sistema, faz-se necessária a observação do quadro de uso, o que se orienta a partir da descrição das expressões para se chegar à descrição de seus funcionamentos quando inseridas em um determinado contexto de uso.

A ideia de uma teoria sistêmica alicerça-se no fato de que os significados possíveis, em um dado momento de interação, relacionam-se às escolhas mobilizadas diante dos interesses comunicativos.

A gramática, por sua vez, constitui-se nessas escolhas, que se apresentam como uma rede inter-relacionada à disposição dos usuários. Longe de conceber a língua como um mero sistema de regras preestabelecidas, o que se erige é participação efetiva dos falantes na construção de significados em face de escolhas, atribuindo à língua interatividade e dinamismo, sobretudo porque, em cada momento em que o sistema é acessado, os significados se constroem e se reconstroem.

Nesses moldes, convém remeter aos conceitos de texto e contexto com base na LSF.

3.1.2 Texto e contexto

À luz da LSF, o texto é um fenômeno social sujeito aos condicionamentos de outros sistemas. Assim, a linguagem se estabelece como um sistema de significados, organizada não apenas em torno do sistema linguístico no qual se inscreve, mas também ao redor dos sistemas de dados ativados no contexto social.

Halliday e Matthiessen (2004) apontam que o ponto fulcral dos estudos linguísticos, durante muitos anos, foi o sistema, arregimentando o texto como algo tão somente a

⁴ “A language is a resource for making meaning, and meaning resides in systemic patterns of choice.” (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p.23)

evidenciar as formas. A LSF, todavia, toma, em suas descrições, sistema e texto como complementares e interdependentes, ou seja, ergue-se a ideia de que não se pode compreender um sem o outro, pois, para se entender o texto, faz-se necessário conhecer o sistema, enquanto o próprio sistema, em face do dinamismo das interações comunicativas, é influenciado pelas estratégias mobilizadas pelos falantes no uso da língua. Nesse sentido, “uma análise do discurso que não está baseada na gramática não é uma análise e sim um simples comentário de texto” (HALLIDAY, 1994, p.16).

Na visão de Halliday (1994), os textos são unidades semânticas que se realizam por meio de fraseados, ou seja, a materialização das escolhas do falante. Por sua base essencialmente paradigmática, os fraseados são a concretização dos significados nas estruturas escolhidas para a constituição do texto, considerando o que foi dito a partir das inúmeras possibilidades que o sistema oferece. A gramática, de acordo com isso, configura-se uma teoria de fraseados, e os textos devem ser analisados a partir dessa concepção.

A noção de texto como processo, não como produto, aplica-se nesse ínterim, porque, na análise das expressões empregadas nos textos, é possível enveredar por aspectos funcionais e pressupor movimentos cognitivos em prol de um resultado comunicativo, frente a questões como os participantes envolvidos no processo, o gênero textual escolhido etc.

O texto torna-se, por conseguinte, um *continuum* de escolhas semânticas a partir das possibilidades disponíveis. Dessa forma, a LSF possibilita uma descrição alicerçada nos usos materializados nos textos, e todos os tipos de textos, sejam em expressão escrita, sejam na feição oral, podem ser analisados pelos moldes desse aparato teórico, uma vez que resultam das escolhas dos usuários diante da formulação de sentidos determinados.

A linguagem mostra-se como um sistema a partir do qual os falantes realizam suas escolhas de acordo com o que for conveniente para se atingir os significados esperados. Com isso, o significado determina a forma, o que sugere a necessidade de estudar a língua em seus contextos de uso, na medida em que esses mesmos contextos determinam as maneiras como os significados são negociados.

Texto e contexto, por extensão, representam faces do mesmo processo. O contexto indica que outros textos acompanham o texto que está em primeiro plano, considerando aspectos de ordem pragmático-discursiva e estabelecendo uma ligação entre o texto e a situação comunicativa (HALLIDAY; HASAN, 1989).

O contexto de situação, ou “ambiente de texto”, é o espaço imediato em que o texto se desenvolve, consoante Halliday e Hassan (1989).

Nessa noção de contexto, incluem-se os elementos que se relacionam à realização do

texto, a saber: o cenário (espaço), as pessoas envolvidas e as expressões empregadas em face desses circunstantes.

Ao considerar esses elementos, os usuários conseguem determinar/antecipar os significados que poderão ser negociados em dados eventos comunicativos. Pode-se, nesse sentido, observar três variáveis ou elementos de contexto: campo, relações e modo.

O campo está relacionado às ações verbais ou não verbais executadas, considerando seus objetivos. As relações, na concepção de Halliday e Hassan (1989), envolvem os participantes do texto e as relações interpessoais envolvidas no processo. O modo faz referência ao papel que a linguagem desempenha da interação. Trata-se da “variável configuradora do modo como a linguagem funciona na interação verbal particular, se é escrita ou falada, se é argumentativa, descritiva, etc.” (GOUVEIA, 2009, p.27). Em tempo, é importante ressaltar que cada uma dessas variáveis se liga a uma Metafunção da linguagem.

É preciso, contudo, considerar que as culturas institucionalizam procedimentos comportamentais e formas de agir que são determinantes para se chegar a dados objetivos. Assim, os significados se modelam em formas ritualísticas de polidez, de convencimento, de sedução etc.

Para Halliday e Hasan (1989), existem elementos imediatos relacionados ao evento de comunicação, porém é preciso incluir nesse movimento o histórico cultural dos participantes e das práticas nas quais eles se engajam, determinando significados práticos ou rituais.

No que concerne ainda ao contexto de situação e ao contexto de cultura, é possível estabelecer um vínculo com os construtos *registro* e *gênero*.

Registro está relacionado à maneira como utilizamos as estruturas linguísticas de acordo com os tipos de contexto em que se mobilizam, atribuindo a textos que apresentem aspectos linguísticos comuns, em função de motivações contextuais, a ideia de que manifestam um mesmo registro por sua inserção em contextos de situação iguais ou semelhantes.

Gênero, por seu turno, além de referenciar a relação entre texto e contexto, considera o objetivo sociocomunicativo que se almeja atingir quando se interage por meio da linguagem, relacionando-se, pois, ao contexto de cultura.

Importante é acrescentar que as análises de textos estabelecidas a partir do referencial teórico da LSF pressupõem uma relação direta entre os elementos léxico-gramaticais e o contexto social, da qual emergem o vínculo entre linguagem e contexto e a possibilidade de se verificar como esse movimento desemboca no texto.

Nesse viés, as estruturas da língua estão sujeitas a modificações resultantes das

funções de produção de significados com bases em propósitos estabelecidos no ambiente dos contextos sociais e/ou culturais em que são mobilizadas.

Nós podemos definir texto, talvez da forma mais simples, dizendo que ele é a língua que é funcional. Por funcional, queremos dizer simplesmente que a língua está sendo usada em algum contexto, em oposição a palavras ou sentenças isoladas que poderiam ser colocadas em um quadro (...). Assim, qualquer instância de língua viva inserida em um contexto de situação, podemos denominar texto. Ele pode ser escrito ou falado, ou de fato em qualquer outro meio de expressão que nos leva a refletir. (HALLIDAY, 1989, p. 10).⁵

Segundo o autor, existe uma relação dialética, interna e dinâmica entre texto e contexto, visto que a relação entre o texto e as condições de produção é negociada no contexto de produção.

Vale salientar, contudo, que as escolhas linguísticas, as mesmas que engendram o contexto social, são, simultaneamente, construídas pelo contexto, constituindo a ideia de uma operação mútua e interativa. Ainda pelo que propõe Halliday (2004),

[...] não há nenhuma faceta da experiência humana que não possa ser transformada em significado. Em outras palavras, a linguagem fornece uma teoria da experiência humana, e certos recursos léxico-gramaticais de cada língua são dedicados a esta função. (HALLIDAY, 2004, p. 29).⁶

Compreendendo, portanto, que a linguagem se estabelece em razão de propósitos, o autor determina, para os componentes funcionais da língua, três metafunções: a ideacional (construção de conteúdo), a interpessoal (a negociação nas interações) e a textual (organização do texto).

3.1.3 Metafunções da linguagem

As variáveis do contexto *campo*, *relações* e *modo* relacionam-se, respectivamente, às funções da linguagem identificadas por Halliday (1994), as quais o autor denomina de

⁵ “We can define text, in the simplest way perhaps, by saying that is language that is functional. By functional, we simply mean language that is doing some job in some context, as opposed to isolated words or sentences that I might put on the black-board (...). So any instance of living language that is playing some part in a context of situation, we shall call a text. It may be either spoken or written, or indeed in any other medium of expression that we like to think of.” (HALLIDAY; HASAN, 1989, p.10)

⁶ “(...) there is no facet of human experience which cannot be transformed into meaning. In other words, language provides a theory of human experience, and certain of the resources of the lexicogrammar of every language are dedicated to that function” (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2004, p. 29)

Metafunções Ideacional, Interpessoal e Textual da linguagem.

Para Halliday e Hassan (1989), a noção de *função* pode ser tida como *uso*, em linhas gerais. Isso encaminha à ideia de que, ao se tratar das funções da linguagem, observa-se de fato a maneira como os usuários usam a língua em face a objetivos e propósitos diversificados. Os autores apontam algumas classificações das funções da linguagem, alojadas em concepções teóricas diversas.

Malinowski (1923) associa as funções da linguagem a usos ritualísticos e práticos da língua. Bühler (1934) assenta os estudos nas atitudes do indivíduo, com base em conceitos originados nos estudos de Platão. Britton (1970) dá foco ao desenvolvimento da escrita em crianças. Morris (1967) ancora seus estudos em princípios de natureza behaviorista.

Halliday e Hassan (1989), a partir da observação dessas abordagens, encontraram pontos convergentes para estabelecer os propósitos dos falantes ao utilizar a linguagem: entender o mundo e falar de coisas e eventos; estabelecer relações intersubjetivas e agir sobre o outro; organizar a linguagem internamente, de forma linear e coerente.

A percepção desses pontos auxiliou na formatação das funções da linguagem propostas por Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (2004), a saber:

- a) a função relacionada a falar sobre o mundo, chamada de Ideacional, associada à variável *campo* de situação;
- b) a função localizada nas relações intersubjetivas, chamada de Interpessoal, associada à variável *relações* do contexto;
- c) a função direcionada à organização interna da linguagem, chamada de Textual, associada à variável *modo* do contexto.

Halliday (1994) defende ser a função o elemento central para se determinar a forma como a linguagem se desenvolve, ressaltando a importância das Metafunções como substrato teórico da LSF. Passaremos, portanto, a uma síntese dessas Metafunções.

3.1.3.1 Metafunção Ideacional

A Metafunção Ideacional está relacionada à possibilidade de expressar ideias sobre o mundo físico ou mental, direcionando atenções para o conteúdo da mensagem e para os recursos disponibilizados aos usuários da língua para realizar representações da vida social.

Há, nessa Metafunção, duas funções: a experiencial e a lógica. A experiencial associa-

se ao conhecimento de mundo no texto. Dessa maneira, a linguagem espelha a visão de mundo dos usuários como uma concepção de acontecimentos (Processos), envolvendo entidades (Participantes) e informações de tempo, lugar, modo, entre outras (Circunstâncias).

Na perspectiva da LSF, o significado se realiza no campo da oração. Inserida na dimensão ideacional, a oração é entendida como representação, ou seja, utilizada para descrever as experiências humanas, seus eventos e acontecimentos. Halliday e Matthiessen (2004, p.172) indicam o sistema de transitividade da língua como fator de ordenação e de representação das experiências.

Existe uma condição de entrada – a experiencial, que permite representar fragmentos da experiência com base em um dos seis processos disponíveis (verbal, mental, comportamental, material, existencial ou relacional). Isso levanta questões sobre quem age, quais ações estão sendo despendidas e quem ou o que está de acordo. Os significados ideacionais, portanto, direcionam-se a como se representam as experiências na linguagem, com base na ideia de que se fala sobre algo ou alguém realizando algo.

No que tange aos seis processos supramencionados, Halliday (1994) aponta três tipos principais (materiais, mentais e relacionais) e três tipos secundários (verbais, comportamentais e existenciais).

Quanto ao nível lógico da Metafunção Ideacional, o que se observa é o modo como as partes do texto se associam para garantir a organização lógica dos conteúdos. De acordo com Gouveia (2009, p.16), “Quer na forma de instantâneos soltos (experiencial), quer na forma de conjugação desses instantâneos (lógica), a função ideacional não deixa de ser a função que serve à representação”.

3.1.3.2 Metafunção Interpessoal

A Metafunção Interpessoal caracteriza a linguagem como utilizada para o estabelecimento de trocas entre os participantes da interação.

Halliday e Matthiessen (2004) asseveram que, no evento interacional, o falante assume um papel discursivo, atribuindo ao ouvinte uma função complementar para que este se encaixe. A linguagem, nesse sentido, estabelece e mantém relações sociais a partir dos papéis sociais dos interlocutores, incluindo os papéis comunicativos criados pela própria linguagem.

Hasan (1989) admite que, nessa Metafunção, é preciso considerar a característica hierárquica ou não hierárquica das relações, uma vez que, pela hierarquia, existirá um controle maior de um dos participantes, o que se estabelece, certamente, no cômputo das

estruturas sociais ou no curso da própria ação, a depender de sua natureza.

Ademais, é possível considerar as relações entre os agentes envolvidos, a se definir pela distância ou proximidade sociais, tendo em vista que a distância social pode ser atenuada por relações de amizade ou parentesco entre os interlocutores.

Para Halliday (1994), há dois tipos de papéis principais adotados na interação: *dar* e *demandar*. A intenção, com esses papéis estabelecidos, é resumir, até certo ponto, os papéis que podem ser adotados na vida social. Além disso, dar e demandar interligam-se dialogicamente na interação comunicativa, pois um pressupõe o outro e vice-versa (Gouveia, 2009).

Existem ainda dois elementos que podem ser negociados na interação: *bens e serviços* e *informação*. Quanto a bens e serviços, a língua é empregada como auxílio no processo de troca, visto ser o elemento trocado um objeto ou uma ação de natureza não verbal. Quanto à troca de informações, a língua é o meio a partir do qual o processo de troca se efetiva, mas também é o fim, pois a resposta que se espera é de natureza verbal, tomando forma única e exclusivamente por meio da língua.

Halliday (1994) propõe que, quando a língua é tomada para a troca de informações, a oração se assume como proposição, que pode ser argumentada, confirmada, negada, questionada etc. Quando a língua funciona para a troca de bens e serviços, a oração se assume como proposta, limitando as escolhas do interlocutor.

Convém ressaltar que a Metafunção Interpessoal se organiza em dois componentes: o Modo Oracional, componente que contém o argumento da oração e pode ser dividido em sujeito (grupo nominal) e operador finito (grupo verbal); e o Resíduo, formado pelos elementos funcionais *predicador*, *complemento* e *adjuntos*.

O peso maior da oração recai sobre o Modo Oracional, pois o sujeito é a entidade responsável pelo funcionamento da oração em um evento comunicativo. Além disso, por meio do operador finito, argumenta-se a validade da oração em termos de polaridade/modalidade e tempo.

É possível, pois, observar que as orações se apresentam sob três modos: o interrogativo, o declarativo (ou indicativo) e o imperativo. Esses modos, por sua vez, realizam determinadas funções de fala (pergunta, declaração, oferta e comando). O quadro 1 demonstra essa associação:

Quadro 1 – Associação entre as funções de fala e o modo oracional

Exemplos	Função de fala	Modo oracional
Ele me deu o recibo.	Declaração	Declarativo

O que ele deu?	Pergunta	Interrogativo
O senhor quer o recibo?	Oferta	Interrogativo
Dê-me o recibo.	Comando	Imperativo

Fonte: Elaborado pelo autor

3.1.3.3 Metafunção Textual

A Metafunção Textual relaciona-se aos significados que se erigem no texto em razão das decisões tomadas pelo falante frente à distribuição e à organização das informações no texto.

Trata-se, nessa perspectiva, de organizar significados de ordem ideacional e interpessoal em um todo linear e coerente, estruturando as demais funções – Ideacional e Interpessoal – simbolicamente. Para tanto, os usuários da língua precisam encaminhar a interação verbal de modo a situar os interlocutores em relação aos encaminhamentos da interação, aos itinerários da mensagem no curso do evento e às relações do enunciado com os demais enunciados do discurso. Compreende-se, pois, a oração como uma unidade na qual os significados de diferentes matizes se combinam, organizam-se as redes lógicas de representação de significados pela estrutura Tema/Rema e Dado/Novo.

O Tema constitui a base a partir da qual o enunciado é construído. Trata-se, portanto, do ponto de partida da mensagem, ocorrendo em primeiro lugar na sentença, ou seja, o primeiro elemento ideacional da sentença. Halliday (1994), todavia, orienta que a posição inicial não é fator necessário e indispensável para se definir a categoria Tema, interessando antes o modo como o Tema pode ser identificado na mensagem.

Por certo, atribuir a essa categoria um aspecto formal rígido, tal como a necessária posição inicial, contraria às expectativas de uma abordagem sistêmico-funcional, que evoca, sobretudo, propriedades semânticas e funcionais da língua nas análises.

Ao se estabelecer um Tema, o usuário da língua decide pela evidência desse elemento, pondo-o em posição destacada, estabelecendo ali o ponto a partir do qual a mensagem se desenvolve.

Sendo assim, o Tema é definidor do que é tratado na mensagem, e parte significativa da oração se constrói em função da escolha do elemento temático. À vista disso, a configuração Tema + Rema promove a organização da oração como mensagem.

Em língua portuguesa, assim como acontece em outras línguas naturais, em face de estrutura sintagmática SVO (sujeito, verbo e objeto) ser a ordem canônica e mais frequente, o Sujeito assume, em geral, a condição de Tema, isto é, as funções de Tema e Sujeito realizam-

se por intermédio das mesmas unidades linguísticas. Diante dessa correspondência, diz-se que o Tema é não marcado, a exemplo de:

(52) Maria perdeu as chaves.

(53) Ontem, por alguma razão, Maria perdeu as chaves.

(54) Memória curta tem Maria, que vive esquecendo as chaves.

Na oração (52), *Maria* incorpora as funções de Tema e Sujeito, preenchendo, desse modo, a posição inicial. Entretanto, por razões situacionais, outra unidade, que não a de função Sujeito, pode constituir o Tema da oração. Nesse caso, está-se diante de um Tema Marcado, que pode ser preenchido por adjuntos, sobretudo em razão de sua flexibilidade de posicionamento na oração, ou mesmo por complementos, a depender das motivações contextuais para tanto.

Na oração (53), o adjunto circunstanciador de tempo *Ontem* aparece como Tema, o que não se torna algo incomum frente às possibilidades de estruturação oracional que a língua oferece.

Na oração (54), o papel de Tema é exercido pelo complemento *Memória curta*, que se apresenta em posição temática por motivações do contexto, embora se admita esse tipo de ordenação distante do que se compreende como ordem canônica dos elementos estruturais da oração.

Salientemos que a distinção entre Tema marcado e Tema não marcado, da maneira como foi apresentada, assenta-se na observação de orações de cunho declarativo, nas quais Tema e Sujeito tendem a coincidir, sendo realizados pela mesma unidade linguística. Contudo, em outros tipos oracionais, essa asserção pode se dar de forma diferente.

Na seção seguinte, realizaremos uma síntese do conceito de transitividade elaborado por Hopper e Thompson (1980).

3.2 Transitividade para Hopper e Thompson (1980)

Publicado inicialmente na revista *Language*, em 1980, no artigo *Transitivity in grammar and discourse*, o conceito de transitividade de Hopper e Thompson aborda o fenômeno como uma propriedade central da linguagem. Nesse sentido, os autores propõem isolar as partes que compõem a noção de transitividade e estudá-las de modo a verificar como elas se codificam pela e na linguagem.

De acordo com Furtado da Cunha (1996, p. 45), o conceito de transitividade proposto pelos autores norte-americanos constitui um universal linguístico de função discursivo-comunicativa, na medida em que o maior ou menor grau de transitividade reflete a maneira como o falante estrutura o seu discurso para atingir seus objetivos comunicativos.

Com isso, Hopper e Thompson (1980, p. 251) apontam dez parâmetros de transitividade, que funcionam juntos e articulados, sugerindo a classificação das orações sob uma perspectiva contínua e escalar.

O parâmetro *Participantes* considera a presença de dois ou mais participantes na ação (alta transitividade) ou de apenas um participante (baixa transitividade). Dessa forma, somente pode haver a transferência da ação se pelo menos dois participantes estiverem envolvidos.

O parâmetro *Cinese* envolve noções de ação e não ação aplicadas aos verbos na oração. Uma ação pode ser transferida de um participante a outro, mas um estado não. Ao se dizer, por exemplo, “Pedro abraçou Maria”, temos a transferência efetiva da ação do Sujeito para o Objeto. O mesmo não ocorre em “Pedro gosta de Maria”, pelo fato de o conteúdo do verbo sugerir um estado mental/emocional.

O parâmetro *Aspecto* envolve a perfectividade ou a não perfectividade da ação. Assim, uma ação télica, ou seja, devidamente concluída, é transferida de forma mais eficaz do que uma ação ainda em desenvolvimento. Na oração “Pedro abraçou Maria”, a ação é completa e totalmente realizada, diferentemente do que ocorre em “Pedro está abraçando Maria”, em que temos a ação em duração, indicando que a transferência se deu de forma parcial.

O parâmetro *Pontualidade* está relacionado a ações pontuais ou não pontuais, compreendendo-se que ações sem nenhuma fase de transição óbvia entre o início e o fim possuem um efeito mais eficaz e marcado do que ações de caráter contínuo. Nessa perspectiva, uma oração como “Pedro fez exercícios” (pontual) contrasta com “Pedro faz exercícios” (não pontual).

O parâmetro *Intencionalidade* contempla ações intencionais ou não intencionais, considerando que o efeito de uma ação proposital sobre o paciente é tipicamente mais aparente. Desse modo, a oração “Pedro anotou o telefone” (ação proposital) tem efeito diferente do que se nota na oração “Pedro esqueceu o telefone” (ação não proposital).

O parâmetro *Polaridade* envolve ações afirmativas ou negativas, compreendendo que ocorre a transferência da ação quando ela se realiza (afirmativa), o que não acontece no caso das negativas. Em “Pedro não abraçou Maria”, não houve transferência da ação porque esta não se realiza.

O parâmetro *Modalidade* refere-se à distinção entre os modos *realis* (real) e o *irrealis* (irreal), entendendo ser a ação que não ocorre ou que é situada em um mundo não real menos eficiente do que a ação asseverada como um evento real. Na oração “Pedro abraçou Maria”, a ação é tida como evento real, devidamente realizado, o que difere da oração “Pedro abraçaria Maria”, que situa a ação em um campo hipotético, não correspondendo, portanto, a um evento real.

O parâmetro *Agentividade* considera a presença de participantes agentivos ou não agentivos, indicando que participantes com alta agentividade efetuam a transferência da ação com maior eficácia do que participantes com baixa agentividade. A oração “Pedro abraçou Maria” apresenta sujeito agente dentro de um evento perceptível com consequência igualmente perceptível, o que não se aplica à oração “Maria está nervosa”, em que se determina um estado interno do participante.

O parâmetro *Afetamento do Objeto* considera se o paciente (objeto) é afetado ou não pela ação, uma vez que o grau de transferência da ação está relacionado ao grau de afetamento do objeto. Na oração “Pedro abraçou Maria”, o afetamento do objeto é mais efetivo do que ocorre em “Pedro falou de Maria”.

O parâmetro *Individuação do Objeto* observa se o paciente é devidamente individualizado ou se não é individualizado. Essa individuação pode ser constatada tanto pelo fato de o paciente ser distinto do objeto como pelo fato de haver uma distinção entre o paciente e o plano de fundo. Para a observação desse parâmetro, propõem-se propriedades de individualização, especificadas no quadro a seguir:

Quadro 2 – Propriedades de individualização do objeto

Objeto individualizado	Objeto não individualizado
Próprio	Comum
Humano, animado	Não humano, inanimado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Incontável
Definido	Não referencial

Adaptado de Furtado da Cunha e Souza (2011, p.49) e Hopper e Thompson (1980, p.253)

Segundo Oliveira (2009, p.55), “o estudo da transitividade passou, a partir desses parâmetros, a ser observado em termos da gradiência que a oração pode assumir em termos de transitividade, sendo esta, portanto, entendida como um fenômeno escalar, que se dá em um *continuum*”.

As orações a seguir, fornecidas por Hopper e Thompson (1980, p.253-254),

exemplificam, respectivamente, sentenças de alto e de baixo grau de transitividade.

(55) *Jerry knocked Sam down.*⁷

(56) *There were no stars in the sky.*⁸

A primeira sentença apresenta maior grau de transitividade, em razão de apresentar dois participantes, ação, perfectividade, pontualidade, intencionalidade do sujeito, afirmação, modo *realis*, sujeito agentivo, afetamento total do objeto e alta individuação do objeto (humano, próprio e singular). Já a segunda sentença apresenta baixo grau de transitividade, pois atende positivamente apenas aos parâmetros de pontualidade e modalidade.

Optamos, portanto, em nossa pesquisa, por empregar os parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980), pois compartilhamos da ideia de que o fenômeno da transitividade deve ser percebido não como uma propriedade exclusivamente verbal, mas inerente à composição da oração. Assim, no que concerne às cláusulas relativas, optamos por observar a gradiência dos componentes oracionais com base em uma escala de alta, média e baixa transitividade. Assumindo a premissa de que as orações carregam intenções comunicativas no nível do discurso, acreditamos que a observação desses parâmetros e da gradiência da transitividade nas cláusulas relativas pode auxiliar na percepção de como o falante estrutura o discurso em face das estratégias argumentativas mobilizadas no texto.

Na seção seguinte, apresentaremos uma síntese do que se orienta sobre argumentação no âmbito da redação do ENEM.

3.3 Argumentação na redação do ENEM

De acordo com a Cartilha do Participante – ENEM (2020), as propostas de redação solicitam que os participantes redijam um texto dissertativo-argumentativo, orientando-se pela modalidade escrita formal da língua portuguesa, a partir de um tema determinado.

Como a tipologia textual proposta é a dissertativo-argumentativa, o participante deve avaliar uma determinada situação-problema e levanta opiniões sobre ela, de tal modo a construir teses, normalmente apresentadas no início do texto. Para isso, a proposta de redação conta com textos motivadores, cuja função principal é auxiliar no esclarecimento do tema e na geração de ideias.

⁷ Jerry nocauteou Sam.

⁸ Não havia estrelas no céu.

Nos parágrafos seguintes, é necessário apresentar fatos e argumentos em defesa das teses levantadas, com coesão e coerência, bem como apresentar propostas de intervenção para a situação-problema avaliada, tendo em vista a exequibilidade e o detalhamento. Com base nessa constituição retórica, as intervenções tendem a ser apresentadas no parágrafo de conclusão. Ademais, como se espera de um texto a ser avaliado de maneira a obter-se uma nota final, a redação precisa ser redigida em consonância com a modalidade escrita formal da língua portuguesa.

A Cartilha do Participante – ENEM (2020) indica que a correção da redação é realizada com base nas seguintes competências:

- a) Competência 1: Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.
- b) Competência 2: Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
- c) Competência 3: Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
- d) Competência 4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.
- e) Competência 5: Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

Para se atingir a pontuação máxima (1000 pontos), a redação precisa cumprir exigências relacionadas às cinco competências, contendo proposta de intervenção detalhada para o problema abordado, observando o respeito aos direitos humanos (Competência 5); apresentando características textuais fundamentais, tais como coesão, coerência, informatividade, sequenciação etc. (Competências 2, 3 e 4); e demonstrando domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa (Competência 1) (INEP, 2020).

Outrossim, espera-se do participante a utilização de estratégias argumentativas para discorrer sobre o problema discutido no texto, procurando detalhar os argumentos utilizados. Entende-se, nesse sentido, como estratégias argumentativas os recursos empregados para o desenvolvimento dos argumentos, de tal maneira atingir o convencimento do leitor. Como possível estratégias de argumentação, é possível empregar: i) exemplos; ii) dados estatísticos; iii) pesquisas; iv) fatos comprováveis; v) citações ou depoimentos de pessoas especializadas

no assunto; vi) pequenas narrativas ilustrativas; vii) alusões históricas; viii) comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos (INEP, 2020).

Com base na tipologia encontrada em Perelman e Tyteca (1996), Fiorin (2015) propõe a seguinte repartição quanto aos tipos de argumento:

- a) **O emprego de argumentos quase lógicos.** Esses argumentos, segundo Fiorin (2015), são aqueles que conseguem lembrar a estrutura de um raciocínio lógico, mas com conclusões que não são logicamente necessárias. Trata-se, pois, de um argumento aparentemente lógico. Podem ser fundados no princípio da identidade, que dá sustentação à tautologia, à definição, à comparação, à reciprocidade, à transitividade, à inclusão, à divisão, ao *argumento a pari*, à regra do precedente, ao *argumentum a contrario* e ao argumento dos inseparáveis.
- b) **O emprego de argumentos fundados na estrutura da realidade.** Esses argumentos se alicerçam no sistema de significações consideradas existentes no mundo, tal como o concebemos objetivamente. Nesse cômputo, encontramos argumentos de causalidade, sucessão, coexistência e hierarquização (FIORIN, 2015).
- c) **O emprego de argumentos que fundamentam a estrutura do real.** Esses argumentos, em vez de se apresentarem em conformidade com o modo como a realidade se estrutura, são tidos como modos de organização da realidade. Dessa forma, determinam-se argumentos por indução ou por analogia. No caso da indução, existem os argumentos por exemplificação, por ilustração ou por modelo. No caso da analogia, temos o *argumentum a simili* (FIORIN, 2015).

Para Fiorin (2015, p.78), “argumentação é uma questão de linguagem”. Por certo, tal afirmação impele à ideia de que a estrutura textual argumentativa reflete a organização do pensamento ao analisar os fatos do mundo real. Nesse bojo, as cláusulas relativas movimentam-se, e é de interesse de nossa pesquisa observar como elas se inserem na construção dos segmentos que compõem o arcabouço argumentativo do texto, considerando a função dessas cláusulas nesse processo.

Ressaltamos que o tipo de argumento não faz parte do arcabouço teórico funcionalista. Contudo, como essas cláusulas são empregadas em textos argumentativos, pareceu-nos adequado estabelecer um vínculo entre a estratégia argumentativa empregada e a Metafunção Interpessoal, já que as cláusulas relativas se mobilizam em função de argumentos que têm como finalidade persuadir a audiência.

O capítulo a seguir especifica a metodologia de pesquisa que aplicamos para obtenção dos resultados.

4 METODOLOGIA

Esta pesquisa é de natureza quantitativa e qualitativa, por meio da qual se obtêm dados pelo contato direto e interativo do pesquisador com o objeto estudado, com vistas a mensurá-los e interpretá-los. Caracteriza-se também pelo emprego do método descritivo-explicativo, com o objetivo de registrar fenômenos linguísticos, analisá-los, interpretá-los e identificá-los as motivações, gerando hipóteses por meio de dedução lógica (LAKATOS & MARCONI, 2003).

A técnica empregada para obter-se o *corpus* da pesquisa é o da coleta de dados, em vista da qual se seleciona e se organiza um *corpus* de pesquisa com base em material já existente. Utilizamos exclusivamente um *corpus* sincrônico, não existindo, portanto, comparações entre ocorrências em períodos históricos distintos.

O material empírico a ser analisado constitui-se de textos argumentativos encontrados em redações que atingiram a nota máxima (1000 pontos) no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) dos anos de 2018, 2019 e 2020. Ao todo, selecionamos 60 redações, sendo 20 de cada ano, todas extraídas da cartilha *Redação a mil*, organizada por Lucas Felpi, em colaboração com os autores dos textos, devidamente disponível no sítio < <https://www.lucasfelpi.com.br/redamil> >.

Nessa cartilha, produzida e distribuída gratuitamente nos anos de 2018, 2019 e 2020, podemos encontrar a reprodução de redações nota 1000 nas edições do ENEM referentes aos anos de publicação do material. As redações são ali divulgadas tanto em sua versão original, manuscrita pelos candidatos, quanto em versão digitada.

A escolha desse *corpus* ocorreu, primeiramente, por se tratar de textos representativos de um “modelo ideal” de redação, nos moldes de correção propostos para o ENEM. Com isso, acreditamos que a integridade das estruturas prototípicas do tipo textual será preservada e que as construções oracionais empregadas servem aos propósitos de investigação desta pesquisa.

Além disso, o *corpus* de análise foi coletado de material disponível na internet, sem fins lucrativos e de acesso irrestrito, o que viabilizou o encaminhamento da pesquisa, uma vez que não se incorre em entraves de natureza ética, em razão de os textos terem sido previamente publicizados. Mesmo assim, reservamo-nos a garantia de não divulgar a autoria das redações, tampouco reproduzir qualquer possível forma de identificação de autoria.

Como forma de preservar o anonimato de autoria, o *corpus* de análise, como já mencionado, não apresentará qualquer menção à autoria dos textos. Visando a um maior sigilo,

os textos foram digitados, o que impossibilita a identificação da autoria por meio do reconhecimento da letra.

Esse procedimento, em nosso entendimento, é importante para resguardar todos os envolvidos, visto que o interesse da pesquisa reside, exclusivamente, nos fatos linguísticos. As ocorrências analisadas e os respectivos textos, por sua vez, foram identificados por códigos, a exemplo de **(O14R10E18)**, que indica Ocorrência 14, Redação 10, ENEM 2018.

Para análise das cláusulas adjetivas nos textos dissertativo-argumentativos das redações do Enem, seguimos os passos expostos abaixo:

1. Identificamos as cláusulas relativas em cada uma das redações selecionadas para o *corpus*;
2. Analisamos cada ocorrência disposta em uma ficha de análise, com base em categorias relacionadas definidas para esta pesquisa. É importante salientar que, para cada ocorrência de cláusula adjetiva, foi empregada uma ficha de análise individual;
3. Procedemos à quantificação e ao refinamento dos dados obtidos;
4. Discutimos os resultados com base nos objetivos e nas hipóteses levantadas para a pesquisa, apoiados no suporte teórico que ancora a pesquisa. A seção seguinte explicita as categorias de análise aplicadas.

4.1 Categorias de análise

As categorias de análise empregadas em nossa pesquisa estão em consonância com postulados teóricos do Funcionalismo Britânico, com base nos estudos da LSF, sistematizada por Halliday (1985) e Halliday e Matthiessen (2004); e do Funcionalismo Norte-Americano, a partir do conceito de transitividade cunhado por Hopper e Thompson (1980). Em nosso entendimento, tais postulados constituem a base teórica adequada a esta pesquisa, tendo em vista que nossas observações se concentram nas escolhas de cláusulas relativas realizadas em um determinado contexto de uso (argumentação em redações) e no fenômeno de transitividade que considera os propósitos comunicativos dos usuários da língua.

Por essa concepção, assume-se uma postura funcional de análise, com o fito de dar conta dos propósitos de uso da língua, e sistêmica, uma vez que a língua é compreendida como um sistema semântico operado socialmente em um determinado contexto cultural e situacional, de sorte a construir significados com base nos participantes da interação, na maneira como os participantes interagem e na informatividade envolvida.

Segundo Halliday (1994, p.26), a rede de sistemas é uma teoria sobre a linguagem

como mecanismo para a geração de significados. Dessa forma, cada sistema envolvido nessa rede representa escolhas, que podem ser semânticas, léxico-gramaticais ou fonológicas, a partir de um conjunto de alternativas possíveis.

A LSF e o modelo de Hopper e Thompson têm em comum a rejeição à concepção tradicional de transitividade, adotando a transitividade como sistema (ou meio) de descrição da oração como um todo.

Neste trabalho, realizamos um estudo centrado nas escolhas semânticas e léxico-gramaticais, com foco nas cláusulas relativas, como forma de analisar a geração de significados nessas construções, os quais se formem no curso da elaboração das partes do texto argumentativo, bem como o papel das cláusulas relativas na constituição argumentativa.

Com isso, a partir de uma abordagem sistêmico-funcional, investigamos as ocorrências das cláusulas relativas em redações argumentativas, empregando categorias analíticas relacionadas à transitividade, considerando os parâmetros propostos por Hopper e Thompson (1980) e à Metafunção Ideacional, concepção desenvolvida na LSF. Em seguimento, detalharemos as categorias mobilizadas.

4.1.2 Categorias relacionadas à Transitividade

Quanto às categorias relacionadas à Transitividade, analisamos o tipo de processo e o tipo de participantes presentes nas cláusulas relativas, com base nos parâmetros de Halliday e Matthiessen (2004), segundo os quais a configuração *processo + participante* constitui o centro experiencial da oração. Por essa razão, os processos e os participantes das cláusulas relativas são foco de análise desta pesquisa, pois acreditamos que, no âmbito da argumentação, essa configuração é predominante na expressão das experiências relacionadas ao mundo real (exterior) ou ao mundo interior.

Partindo dessa premissa, define-se processo como o elemento central da configuração, que indica o desdobramento da experiência através do tempo. Como participantes, compreendemos as entidades envolvidas, pessoas ou coisas, seres animados ou inanimados, que encaminham à ocorrência do processo ou são afetadas por ele.

4.1.2.1 Tipos de processo

Há três tipos de processos por meio dos quais se representam as experiências humanas: o material, o mental e o relacional. Há outros três, que podemos considerar secundários e que

se colocam na fronteira dos já mencionados: o verbal, o existencial e o comportamental.

Esses processos são identificados por verbos ou grupos verbais, correspondendo à ação propriamente dita. Sobre isso, Halliday (1994) identificou seis tipos de processos verbais: materiais, mentais, relacionais, verbais, existenciais e comportamentais.

Os processos materiais representam a experiência do usuário da língua no mundo exterior, expressando variações geradas por ações que constituem mudanças externas, físicas e perceptíveis (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.179). Dessa maneira, constituem-se com os processos do *fazer* e podem ter como participantes: Ator, Meta, Extensão e Beneficiário, entre outros. Halliday e Matthiessen (2004) ainda classificam os processos materiais em dois tipos principais: os criativos e os transformativos.

Os processos mentais são os que dizem respeito a uma apreciação humana do mundo. Segundo Thompson (1994, p.82), relaciona-se à representação de nosso mundo interior. Dessa forma, é possível detectar crenças, valores e desejos representados no texto. Para Halliday e Matthiessen (2004, p. 208-210), esses processos podem ser divididos em quatro grupos:

- a) Os processos mentais de cognição, que envolvem questões de decisão e de compreensão (pensar, saber, compreender, perceber etc.);
- b) Os processos mentais de percepção, que se orientam para a observação de fenômenos (ver, ouvir, perceber etc.);
- c) Os processos mentais de afeição, que se relacionam à expressão de sentimentos (gostar, amar, odiar, agradar etc.);
- d) Os processos mentais de desejo, que se estabelecem pelo estabelecimento de vontades ou aspirações (querer, desejar, pretender, esperar, tencionar etc.).

Thompson (1998, p.82) reforça as diferenças gramaticais entre os processos mentais e os materiais com base em algumas premissas, a saber:

- i) quanto ao tempo verbal nos processos materiais, as ações tidas como processos materiais tendem a apresentar início e fim na sua representação, diferentemente do que ocorre nos processos mentais, em que o tempo não marcado é o presente;
- ii) quanto às orações de processos mentais, o que é sentido, pensado ou percebido equivale a uma coisa, a um fato ou a um participante construído por projeção;

- iii) quanto à natureza do Experienciador, o participante do processo deve ser uma entidade dotada de consciência, o que se diferencia do que ocorre nos processos materiais, cujas entidades podem se representar por algo não dotado de consciência;
- iv) quanto à manutenção do significado nos processos mentais, isso pode se dar pelo emprego de um processo de significado semelhante, diferente do que se identifica nos processos materiais.

Os processos relacionais são os processos de *ser*, estabelecendo conexão entre entidades, definindo-as, caracterizando-as, generalizando-as e identificando-as. De acordo com Halliday (1994), tais processos podem ser de três tipos:

- a) Intensivos, quando se atribui uma qualidade a uma entidade;
- b) Circunstanciais, quando se atribui a uma entidade circunstâncias de tempo ou lugar;
- c) Possessivos, quando há uma relação de posse de uma entidade em relação à outra.

Ressalte-se, portanto, que, no âmbito dos processos relacionais, podemos encontrar seis categorias, a saber: processos intensivos de modo atributivo, processos intensivos de modo identificativo, processos circunstanciais de modo atributivo, processos circunstanciais de modo identificativo, processos relacionais de modo atributivo e processos relacionais de modo identificativo. Para a análise de cláusulas relativas, é interessante considerar essa categoria, tendo em vista o caráter atributivo e identificador dessas cláusulas.

Os processos verbais são os processos do dizer, compreendidos como uma troca de significados expressos verbalmente. Tratam-se, pois, de relações simbólicas construídas na consciência humana. Situados entre os processos relacionais e os mentais, configuram relações simbólicas expressas na mente e materializadas em forma de linguagem (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

O conteúdo que está sendo veiculado pode se dar pela forma de citação direta ou de um discurso reportado, o que pode ser encontrado em uma oração secundária, também reconhecida como oração projetada. Esses processos podem ser associados ao SN que é especificado por meio da cláusula relativa, à semelhança dos demais processos. O produtor do texto pode utilizar, por exemplo, processos verbais para atestar a fonte de uma informação.

Os processos existenciais representam algo no campo da existência ou da ocorrência, construindo-se com apenas um participante, tido como Existente. As proposições existenciais

realizam-se pelos processos *haver* e *existir*. Processos como *emergir*, *surgir* e *ocorrer* também podem ser lidos como existenciais, a depender da forma como se enquadram no contexto. Nas ocorrências das cláusulas relativas, esses processos estão relacionados à introdução de elementos no discurso por meio de construções apresentativas.

Os processos comportamentais são responsáveis pela externalização de processos de consciência e de estados fisiológicos, situando-se na fronteira entre os processos material e mental. Nesses processos, é o Comportamento que define o escopo do processo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), embora esteja mais próximo do que ocorre com os processos de *fazer*.

Dessa forma, em cotejo com os postulados de transitividade de Hopper; Thompson (1980), procuramos verificar o número de participantes e os tipos de participantes envolvidos na constituição das cláusulas relativas no âmbito das redações argumentativas, bem como a especificação dos tipos de cláusula com base no continuum de transitividade.

O quadro 3 resume características centrais desses processos.

Quadro 3: Tipos de processos e suas características

Tipos de processos	Características
MATERIAL	➤ Representação da experiência externa; ➤ Ações e eventos; ➤ “fazer, construir, acontecer, criar, mudar”.
MENTAL	➤ Representação da experiência interna; ➤ Lembranças, reações, estados de espírito, reflexões; ➤ “lembrar, pensar, refletir, imaginar, sonhar, gostar”.
RELACIONAL	➤ Representação das relações; ➤ Identificação e caracterização; ➤ “ser, estar, parecer, ter”.
VERBAL	➤ Representação dos dizeres; ➤ Atividades linguísticas dos participantes; ➤ Situado entre os processos mentais e os relacionais; ➤ “dizer, responder, perguntar, indagar, falar, afirmar”.
EXISTENCIAL	➤ Representação da existência de um participante; ➤ Correspondente ao “estar no mundo”; ➤ Situado entre os processos relacionais e os materiais; ➤ “existir, haver”.

COMPORTAMENTAL	➤ Representação de comportamentos; ➤ Manifestações psicológicas ou fisiológicas do ser humano; ➤ Situado entre os processos materiais e os mentais; ➤ “dormir, tossir, espirrar, bocejar”.
----------------	---

Fonte: elaborado pelo autor.

4.1.1.2 Tipos de participantes dos processos

No que se refere aos processos materiais, a oração se mobiliza em função de uma representação, ou seja, de uma interpretação de algum processo em andamento. O referente-participante na oração adjetiva, sob esse prisma, pode apresentar-se como:

- a) Ator, participante ativo do processo, retratado como aquele que pratica a ação;
- b) Meta, participante a quem o processo se dirige, diretamente afetado pela ação do processo material;
- c) Beneficiário, participante que se beneficia da ação verbal;
- d) Extensão, participante que complementa e especifica a ação.

Além desses, existem outros participantes que podem estar envolvidos no processo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.190-195):

- a) O Escopo, que corresponde a um participante que, de forma alguma, é afetado pelo desempenho do processo;
- b) O Atributo, que é utilizado para construir o estado qualitativo resultante do Ator ou Meta, após a conclusão do processo.

No que tange aos processos mentais, os participantes são o Experienciador (participante que experimenta um sentir) e o Fenômeno (fato que é sentido, percebido ou compreendido).

Em relação aos processos relacionais, em orações com processo relacional atributivo, um participante é tido como o Portador, que recebe as qualificações, sendo representado por um nome ou sintagma nominal, enquanto o outro participante é o Atributo, que se realiza por um adjetivo ou por um sintagma adjetival.

Nas orações com processo relacional identificativo, existe a definição ou identificação

da entidade por meio de outra. Há, nesse processo, o participante tido como Característica, que corresponde à entidade definida, e um participante tido como Valor, que equivale ao termo definidor ou identificador. Já os processos verbais apresentam os seguintes participantes:

- a) Dizente, que corresponde àquele ou àquilo que diz algo;
- b) Receptor, que corresponde àquele a quem a mensagem se destina;
- c) Verbiagem, que corresponde ao que é comunicado, ou seja, a mensagem propriamente dita.

No caso dos processos existenciais, o participante típico é o Existente, que pode representar pessoa, objeto, instituição, abstração, ação ou evento.

Por fim, quanto aos processos comportamentais, o que se percebe é um participante consciente, tido como Comportante, similar ao Experienciador nos processos mentais, mas que realiza processos com características materiais, da ordem do fazer, e mentais, da ordem do sentir. Além disso, há um participante opcional que estende o processo, chamado de Comportamento.

No quadro 4, apresentamos os processos com os seus respectivos participantes:

Quadro 4: Os processos e seus respectivos participantes

Processos	Participantes
MATERIAL	➤ Ator; ➤ Meta; ➤ Beneficiário; ➤ Escopo; ➤ Atributo.
MENTAL	➤ Experienciador; ➤ Fenômeno.
RELACIONAL	➤ Portador; ➤ Atributo; ➤ Característica; ➤ Valor.
VERBAL	➤ Dizente; ➤ Receptor; ➤ Verbiagem.
EXISTENCIAL	➤ Existente.
COMPORTAMENTAL	➤ Comportante; ➤ Comportamento.

Fonte: elaborado pelo autor.

4.1.1.3 Parâmetros de transitividade

No que se refere à transitividade e ao plano discursivo, seguiremos a proposição de Hopper e Thompson (1980), com base na qual a transitividade é vista como algo contínuo, escalar, considerando parâmetros sintático-semânticos independentes, que salientam diferentes modos de transferência da ação. A sentença ordena-se numa escala de transitividade, e, sob essa condição, a oração inteira é tida como transitiva, não apenas o verbo.

Consoante Hopper e Thompson (1980), os elementos centrais do discurso se caracterizam como *figura*; já elementos periféricos compõem o *fundo*. Os autores relacionam esses conceitos aos parâmetros de transitividade, de modo que há uma tendência para que orações mais transitivas sejam interpretadas como partes centrais do discurso (*figura*), enquanto orações menos transitivas ocorrem como partes periféricas (*fundo*).

Os parâmetros aplicados para determinar o maior ou o menor grau de transitividade de uma sentença encontram-se elencados no quadro a seguir:

Quadro 5: Parâmetros de transitividade

	Transitividade alta	Transitividade baixa
1. Participantes.	Dois ou mais	Um
2. Cinese.	Ação	Não ação
3. Aspecto do verbo.	Perfectivo	Não perfectivo
4. Pontualidade do verbo.	Pontual	Não pontual
5. Intencionalidade.	Intencional	Não intencional
6. Polaridade da ação.	Afirmativa	Negativa
7. Modo do verbo.	<i>Realis</i>	<i>Irrealis</i>
8. Agentividade do sujeito.	Agentivo	Não agentivo
9. Afetamento do objeto.	Afetado	Não afetado
10. Individuação do objeto.	Individuado	Não individuado

Fonte: Hopper e Thompson (1980, p.252)

Para a análise das cláusulas relativas em redações argumentativas, nos termos de nossa pesquisa, entre os parâmetros especificados no quadro 5, tomamos como categorias analíticas:

- a) O número de Participantes, de modo verificar cláusulas relativas com dois ou mais participantes ou com apenas um participante;
- b) Cinese, para observar se o verbo da cláusula relativa expressa ou não uma ação;

- c) Aspecto, para observar a completude da ação transferida na cláusula relativa, com base no caráter perfectivo (acabado) ou imperfectivo (não acabado) da ação;
- d) Pontualidade, de modo a observar se o verbo da cláusula relativa determina ou não uma ação de fluxo contínuo;
- e) Intencionalidade do sujeito, com vistas a observar o efeito do sujeito da cláusula relativa sobre o paciente, de modo a identificar se a ação do agente possui caráter volitivo ou não;
- f) Polaridade, para observar se a cláusula relativa se trata de uma afirmação ou de uma negação;
- g) Modo, com o objetivo de verificar se a cláusula relativa expressa uma ação não ocorrida ou de evento hipotético, ou se expressa uma ação de ocorrência efetivamente real;
- h) Agentividade do Sujeito, de modo a observar o potencial de um participante (sujeito) da cláusula relativa na transferência da ação para outro participante (objeto);
- i) Afetamento do Objeto, com a intenção de observar o quão o paciente é afetado no âmbito da cláusula relativa;
- j) Individuação do Objeto, de forma a verificar a distinção do paciente em relação ao agente na construção da cláusula relativa.

Baseando-se, pois, nos princípios de Hopper e Thompson (1980, p.252), consideramos como baixa transitividade as ocorrências que se enquadraram apenas em quatro parâmetros ou menos no quesito transitividade alta. As ocorrências que se enquadraram entre cinco e sete parâmetros de transitividade alta foram tidas como de transitividade média. Já as ocorrências que se enquadraram entre oito e dez parâmetros de transitividade alta foram consideradas de alta transitividade.

4.1.3 Categorias relacionadas aos tipos de argumento

Quanto aos tipos de argumento, o que se percebe é a investigação de como a linguagem subvenciona o falante na interação com os demais entes sociais, definindo papéis e instituindo identidades. Sendo assim, empregando os recursos de que a língua dispõe, o falante consegue se posicionar em relação ao que é comunicado.

Nessas relações interpessoais, observam-se mecanismos de convencimento e persuasão, de modo que o interlocutor possa acatar dados pontos de vista, além de solicitar ou

fornecer ao interlocutor informações e bens e serviços. À vista disso, procuramos investigar as cláusulas adjetivas em redações argumentativas com vistas a analisar o papel dessas cláusulas no curso da argumentação, considerando os tipos de argumentos mobilizados. Para tanto, tomaremos como base os tipos de argumentos propostos por Fiorin (2015).

Procedemos, pois, à análise do papel das cláusulas relativas nas organizações discursivas empregadas na argumentação, tendo em vista

1. o emprego de argumentos quase lógicos: argumento por definição, argumento por comparação e argumento probabilístico;
2. o emprego de argumentos fundados na estrutura da realidade: argumento pragmático, argumento de causalidade e argumento de autoridade;
3. o emprego de argumentos que fundamentam a estrutura do real: argumento por ilustração e argumento por exemplificação.

4.1.4 Categorias relacionadas à estrutura temática e à tipologia textual

Em relação à observação da estrutura da cláusula relativa, interessa ao escopo de nossa pesquisa analisar as cláusulas em redações argumentativas a partir dos seguintes critérios: a) **a estrutura informacional (Tema/Rema)**, considerando a cláusula relativa como responsável por estabelecer uma rede de relações lógicas como forma de representação do significado; b) **a progressão temática (linear, tema constante, tema derivado, rema subdividido, salto temático)**, considerando que o Rema do enunciado anterior torna-se o Tema da cláusula relativa, ; e c) **a estrutura do texto argumentativo: introdução, desenvolvimento e conclusão**, considerando o número de cláusulas relativas nessa divisão.

O texto solicitado na redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deve atender à tipologia textual argumentativa. Trata-se de um texto organizado de modo a expressar um determinado ponto de vista e a mobilizar argumentos com vistas a conferir poder de persuasão ao que é dito.

Por esse viés, de acordo com a Matriz de Referência para a redação do Enem, a produção escrita precisa compreender um texto específico, de cunho dissertativo-argumentativo, contendo a seguinte estrutura textual:

I – Apresentar uma tese, desenvolver justificativas para comprovar essa tese e uma conclusão que dê um fecho à discussão elaborada no texto, compondo o processo argumentativo. II – Utilizar estratégias argumentativas para expor o problema discutido no texto e detalhar os argumentos utilizados. (Inep, 2013, p.16)

Consideramos, para esta pesquisa, a investigação das cláusulas relativas em cada uma dessas partes que compõem a redação argumentativa, nos moldes propostos por Koch e Elias (2016), considerando o número de ocorrências dessas cláusulas e a sua inserção nas estratégias de argumentação.

No capítulo seguinte, procederemos a análises e a discussões dos dados obtidos.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Neste capítulo, apresentaremos e discutiremos os resultados referentes ao emprego de cláusulas relativas em redações argumentativas de nota máxima (1000 pontos) produzidas por participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), nos anos de 2018, 2019 e 2020, baseados nas categorias de análise definidas para esta pesquisa. Nos 60 textos selecionados, 20 para cada edição, foram encontradas 320 ocorrências, das quais 120 foram extraídas de redações de 2018; 105 de redações de 2019 e 95 de redações de 2020.

Cada ocorrência foi identificada pela seguinte notação: a letra E seguida dois números indica o ano de realização do Enem; a letra R seguida de dois números indica a ordem de enumeração do texto em nosso *corpus*; a letra O seguida de dois números indica a ordem da ocorrência no *corpus*, tal como o exemplo: **E18R01O01** (ENEM 2018, Redação 01, Ocorrência 01).

Com base nos processos relacionados à Metafunção Ideacional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), analisamos o tipo de processo envolvido (material, mental, relacional, verbal, existencial e comportamental), bem como aferimos, com base nos parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980), o grau de transitividade (alta, média ou baixa) em relação ao emprego de cláusulas relativas como fator de argumentatividade, uma vez que o *corpus* é composto de textos argumentativos prototípicos.

Em relação às categorias ligadas ao tipo de argumento relacionado ao emprego da cláusula relativa, observamos, em cada ocorrência, com base no que propõe Fiorin (2015), a sua utilização na construção de argumentos quase lógicos, de argumentos fundados na estrutura do real ou de argumentos que fundamentam a estrutura do real.

No que concerne às categorias ligadas à estrutura textual, observamos, em cada ocorrência, a estrutura informacional (Tema/Rema), a progressão temática (linear, tema constante, tema derivado, rema subdividido, salto temático) e a estrutura da tipologia argumentativa, com vistas a determinar o número de ocorrências da cláusula adjetiva em cada parte do texto (introdução, desenvolvimento e conclusão).

5.1 Cláusula relativa e transitividade na perspectiva da LSF e na perspectiva dos parâmetros de Hopper e Thompson (1980)

Nesta seção, analisamos as cláusulas relativas segundo a perspectiva da Gramática

Sistêmico-Funcional de Halliday e Matthiessen (2004), verificando como os tipos de processo encontrados no *corpus* (material, mental, verbal, relacional e existencial) se realizam nessas cláusulas. Associado a isso, verificamos, também, o grau de transitividade das ocorrências, segundo os parâmetros de Hopper e Thompson (1980). Nas ocorrências analisadas, não conseguimos detectar cláusulas relativas pertinentes ao processo comportamental.

5.1.1 Processo Material

Ao todo, localizamos 185 ocorrências de cláusulas relativas materiais, 76 delas encontradas nas redações de 2018; 65 nas redações de 2019 e 44 nas redações de 2020. A tabela 1 apresenta resultados referentes ao cruzamento entre o Processo Material e os parâmetros de transitividade, considerando a gradiência:

Tabela 1: Grau de transitividade nas cláusulas relativas de processo material

	ocorrências com alta transitividade	ocorrências com média transitividade	ocorrências com baixa transitividade	Total de ocorrências por ano
2018	9	37	30	76
2019	3	42	20	65
2020	4	25	15	44
TOTAL	19	101	65	185

Fonte: Elaborada pelo autor

As cláusulas que evidenciam processos materiais definem-se por estabelecer uma quantidade de mudança no fluxo de eventos, estimulada pelo investimento de um participante (Ator) envolvido no processo, que se desenvolve através do tempo, de sorte a conduzir-se a um resultado diverso do da fase inicial (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.203). Nesse processo, um dos participantes (Meta) tem suas características criadas ou alteradas.

Os dados coletados sugerem um maior número de sentenças de média e de baixa transitividade no que se refere ao processo material, com predomínio daquelas sobre estas. Os trechos a seguir trazem ocorrências de cláusulas relativas materiais:

(57) Nesse sentido, esse processo é executado por empresas **que buscam potencializar a**

notoriedade dos seus produtos e conteúdos no meio virtual. (E18R01O01)

(58) Isso acontece porque, desde cedo, a criança tem contato com aparelhos tecnológicos que necessitam da disponibilidade de uma rede de navegação, que memoriza cada passo **que esse jovem indivíduo dá** para traçar um perfil de interesse dele e, assim, fornecer assuntos e produtos que tendem a agradar ao usuário. **(E18R03O10)**

Nesses casos, o desdobramento do processo ocorre com a presença de dois participantes (Ator e Meta). Em (57), o pronome relativo retoma e insere no processo o participante Ator (“empresas”), entendendo que o segmento “a notoriedade dos seus produtos e conteúdos no meio virtual” é a Meta. Em (58), o pronome relativo retoma e atualiza o participante Escopo (“cada passo”), compreendendo o sintagma nominal “esse jovem” como Ator.

O presente do indicativo sugere ação em duração, ou seja, não perfectivas e não pontuais, o que evidencia traços de baixa transitividade. Entretanto, em relação aos demais parâmetros de transitividade, temos: +Dois ou mais Participantes, + Ação, + Intencionalidade do Sujeito, +Afirmativa, + Modo Realis, + Sujeito Agentivo, + Objeto Afetado, + Objeto individuado. Esses traços denotam a alta transitividade das cláusulas adjetivas presentes nas ocorrências, conforme Hopper e Thompson (1980).

Nas sentenças de processo material, a maior parte das ocorrências contém o verbo no presente do indicativo, entretanto outros tempos podem ser observados, pertencendo, contudo, ao mesmo modo verbal. A título de exemplificação, temos:

(59) Somente assim, será possível combater a passividade de muitos dos que utilizam a internet no país e, ademais, estourar a bolha que, da mesma forma **que o Ministério da Verdade construiu em Winston de “1984”**, as novas tecnologias estão construindo nos cidadãos do século XXI. **(E18R16O107)**

(60) Desse modo, o Brasil poderá vivenciar aquilo **que o Marco Civil determinou:** igualdade e segurança no paralelo universo virtual, indissociável da realidade do século XXI. **(E18R13O85)**

Em (59), o tempo verbal é o pretérito perfeito do modo indicativo. Nesse exemplo, podemos detectar o atendimento aos parâmetros: +Dois ou mais participantes, +Ação, +Perfectivo, +Pontual, +Intencionalidade do Sujeito, +Afirmativo, +Modo Realis, +Sujeito Agentivo, +Objeto Afetado, +Objeto Individuado. Temos, pois, pelos critérios de Hopper e Thompson (1980) adotados nesta pesquisa, uma ocorrência de alta transitividade. No caso, o

Sujeito corresponde ao “Ministério da Verdade” e o Objeto afetado é “a bolha”, implícito na cláusula, mas determinado anteriormente no período. Para que se trate de um Objeto individuado, consideramos as propriedades de individuação do Objeto propostas por Hopper e Thompson (1980, p.253), as quais apontam que, para o objeto ser individuado, ele deve ser próprio, humano, animado, concreto, singular, contável e definido. O Objeto “a bolha”, em nosso entendimento, atende a parâmetros de individuação do objeto (humano – por extensão metafórica, pois trata-se de comunidades com afinidades ideológicas –, concreto, singular, contável e definido).

No exemplo (60), novamente o tempo pretérito perfeito do modo indicativo é empregado. Podemos detectar, nesse caso, os seguintes parâmetros: +Dois ou mais participantes, +Ação, +Perfectivo, +Pontual, +Afirmativo, +Modo Realis, +Sujeito Agentivo, +Objeto Afetado. Na cláusula relativa, o sujeito ‘Marco Civil’ possui o traço [-animado], por se tratar de um documento oficial com força de lei, ao qual não se pode atribuir intencionalidade. O Objeto, por sua vez, não é individuado, pois é comum, inanimado, abstrato, incontável e indefinido, representado pelo pronome “aquilo”, retomado pelo pronome relativo. Ainda assim, pelo número de parâmetros acionados na cláusula, identificamos-lhe a alta transitividade.

Há casos de cláusulas relativas materiais com outros tempos verbais, também do modo indicativo, como se nota em:

(61) Tendo em vista a real dimensão do domínio que os algoritmos da internet têm sobre as pessoas, muitas plataformas virtuais se beneficiaram com o poder e capital gerados pela administração das opiniões de massa, como ocorreu com o “Facebook” em 2016 **que direcionou as propagandas políticas de Donald Trump para os usuários** que, de acordo com o banco de dados, seriam mais propícios a votar nesse candidato, fazendo com que ele vencesse as eleições. (E18R14O89)

(62) Por fim, com essas medidas, ter-se-á um Brasil diferente daquele de “Quincas Borba”, no qual Pedro Rubião era estigmatizado até pela criança **que ele salvara**. (E20R10O57)

Em (61), o tempo verbal utilizado é o pretérito perfeito do modo indicativo, indicando a perfectividade e a pontualidade da ação. O Sujeito, embora representado pela marca correspondente à rede social, pode ser, por extensão metonímica, associado aos sujeitos que a administram e gerenciam, razão pela qual consideramos tratar-se de uma ação intencional. O

Objeto é individuado e, em nosso entendimento, afetado pela ação. Assim, os seguintes parâmetros são acionados na cláusula: +Dois ou Mais Participantes, +Ação, + Perfectivo, +Pontual, +Intencionalidade do Sujeito, +Afirmativo, +Modo Realis, +Sujeito Agentivo, +Objeto Afetado, + Objeto individuado. Trata-se, pois, de uma ocorrência com alta transitividade.

Em (62), o tempo verbal empregado é o pretérito-mais-que-perfeito do modo indicativo. Nesse caso, consideramos o fato de que se trata de uma ação definitivamente concluída no passado. Enquadramos a cláusula nos termos da alta transitividade, já que se acionam os dez parâmetros: +Dois ou Mais Participantes, +Ação, + Perfectivo, +Pontual, +Intencionalidade do Sujeito, +Afirmativo, +Modo Realis, +Sujeito Agentivo, +Objeto Afetado, + Objeto individuado.

Observamos também a ocorrência de cláusula relativa material com estrutura passiva:

(63) Essa ideia encontra-se materializada no processo de formação histórica do Brasil, **o qual foi marcado pela disputa por riquezas entre as regiões e grupos sociais**, instaurando um cenário de desigualdade que dificulta o acesso ao cinema pelos grupos menos favorecidos financeiramente. (E19R12O61)

Em (63), temos uma construção de processo material na voz passiva, em que se detectam Meta (“o qual” = “processo de formação histórica do Brasil”) + processo material + Ator (“disputa”). Observe-se que o Sujeito Paciente (Meta) representa a entidade afetada pela ação. O emprego do tempo pretérito perfeito do modo indicativo favorece os parâmetros + Perfectivo e + Pontual. Consideramos, por certo, que, em estruturas passivas, o parâmetro de não intencionalidade do Sujeito é aplicado em consonância com a não agentividade. Sendo assim, a ocorrência apresenta os seguintes parâmetros de transitividade: + Dois ou Mais Participantes, + Ação, +Perfectivo, + Pontual, +Afirmativo, + Modo Realis, + Objeto Afetado + Objeto Individuado. Temos, por conseguinte, pelos critérios adotados para esta pesquisa, uma cláusula relativa material de alta transitividade.

Outras ocorrências de cláusula relativa material despertaram-nos atenção por sua atipicidade, tais como:

(64) Assim, sem o conhecimento a respeito das possíveis maneiras de se usar internet e dos mecanismos nela presentes, o usuário torna-se vulnerável diante da manipulação dos seus

dados, o que prejudica a harmonia social do espaço virtual e, por consequência, a plena vivência da cidadania. (E18R09O54)

(65) Sob essa ótica, constata-se que o discurso hegemônico introduzido, na modernidade, moldou o comportamento do cidadão a acreditar que o cinema deve se restringir a determinada parcela da sociedade, **o que enfraquece o princípio** de que todos os indivíduos têm o direito ao lazer e ao entretenimento.(E19R01O04)

(66) Ademais, é preciso salientar, ainda, que a sociedade atual carece de informações a respeito de tal assunto,**o que gera um estranhamento em torno da questão. (E20R01O03)**

Nesses casos, consideramos a hipótese de que é utilizado, no início da cláusula relativa, um tipo de anáfora encapsuladora, composta pelo pronome demonstrativo O + o relativo QUE. Nos termos de Cavalcante e Koch (2007), a anáfora encapsuladora corresponde a uma função específica da nominalização que sumariza ou encapsula as informações-suporte presentes nos segmentos antecedentes. Por não se tratar do objeto específico desta pesquisa, optamos por não abordar mais aprofundadamente tais formas, embora aconteçam com uma frequência a despertar maiores curiosidades.

Convém salientar que, nessas sentenças em especial, encontramos características estruturais que demonstram certa irregularidade desse tipo de cláusula relativa: O QUE (forma encapsuladora retomando o segmento anterior) + verbo, em geral, no tempo presente do modo indicativo, constituindo, em geral, um argumento pragmático.

Para efeito de análise, compreendemos a forma encapsuladora O QUE como Ator, que retoma as informações do segmento antecedente, atualizando-as na cláusula relativa com vistas ao acréscimo de argumentos. Essa característica nos parece peculiar a esse tipo de cláusula relativa. O participante Meta está também explícito em todas as cláusulas.

Nos exemplos apresentados, o tempo presente do modo indicativo atribui ao verbo da cláusula relativa o aspecto de duratividade, conferindo-lhe os traços +Não Perfectivo e +Não Pontual. Por compreendermos que a forma O QUE encapsula a oração anterior, que funciona como Sujeito da oração relativa, não consideramos que haja intencionalidade do Sujeito no mérito da ação verbal, na medida em que corresponde a todo o conteúdo informacional realizado na oração anterior. Sob esse prisma, nessas ocorrências específicas, verificamos os seguintes parâmetros de transitividade: + Dois ou Mais Participantes, + Ação, +Afirmativa, + Modo Realis, +Sujeito Agentivo, +Objeto Afetado, +Objeto individuado. Esses traços sintático-semânticos definem a média transitividade das

cláusulas.

Além do tempo presente do modo indicativo, considerando o emprego desse tipo de construção, detectamos apenas dois casos de cláusula relativa material com o verbo no tempo pretérito perfeito do modo indicativo, a saber:

(67) No entanto, desde o século XIX, tais investimentos ocorreram apenas nos grandes centros populacionais do país, **o que negligenciou locais menos favorecidos** — como o Norte e o Nordeste —, e fez com que, segundo dados do site "Meio e Mensagem", apenas cerca de 17% da população possa ir frequentemente ao cinema. (E19R11O55)

(68) Tal fato se deve à falta de incentivo governamental — seja no âmbito fiscal ou de investimento — à disseminação do cinema, **o que ocasionou a redução do parque exibidor interiorano.**(E19R17O92)

Nesses casos, conseguimos observar os parâmetros de transitividade a seguir: + Dois ou Mais Participantes, + Ação, +Perfectivo, +Pontual, +Afirmativa, + Modo Realis, +Sujeito Agentivo, +Objeto Afetado, + Objeto individuado. Consideramos que o parâmetro de intencionalidade do Sujeito não é acionado, pois todo o conteúdo informacional da oração anterior corresponde ao sujeito, impossibilitando afirmar que a ação é intencional. Assim mesmo, pelos demais parâmetros contemplados, nota-se a alta transitividade.

É importante ressaltar que foram empregadas, em determinadas ocorrências, formas perifrásticas, ou seja, locuções verbais, com verbo auxiliar no tempo presente ou no tempo pretérito. Isso pode ser verificado, à guisa de exemplo, nas ocorrências que seguem:

(69) Somente assim, será possível combater a passividade de muitos dos que utilizam a internet no país e, ademais, estourar a bolha **que**, da mesma forma que o Ministério da Verdade construiu em Winston de “1984”, **as novas tecnologias estão construindo nos cidadãos do século XXI.** (E18R16O108)

(70) A construção dos feudos, muros que delimitavam uma determinada área no período da Idade Média, segregou milhares de pessoas e impossibilitou o acesso a bens **que somente a nobreza podia usufruir.** (E19R03O12)

Em (69), ocorre uma locução verbal com verbo auxiliar no tempo presente do modo indicativo e o verbo principal no gerúndio. Nela, acionam-se os seguintes parâmetros de

transitividade: +Dois ou Mais Participantes, +Ação, +Afirmativo, +Modo Realis, +Sujeito Agentivo, +Objeto Afetado, +Objeto Individuado. Na locução, o verbo auxiliar notabiliza o presente contínuo, o que inviabiliza os parâmetros de Perfectividade e Pontualidade. O Objeto “a bolha”, retomado pelo pronome relativo, é, em nossa visão, por extensão metafórica, humano, concreto, singular, contável e definido, assim como identificamos no exemplo (59). Trata-se, portanto, de uma cláusula relativa de média transitividade.

No exemplo (70), o verbo PODER é empregado como auxiliar e está no tempo pretérito imperfeito do modo indicativo. Pelo contexto de uso, não consideramos que esse verbo indique possibilidade ou hipótese, o que os enquadraria no parâmetro +Modo Irrealis, pois, em nosso ver, o verbo PODER significa “ter a capacidade de”. Sendo assim, na cláusula, acionam-se os seguintes parâmetros de transitividade: +Dois ou Mais Participantes, +Ação, +Intencionalidade do Sujeito, +Afirmativo, +Modo Realis, +Sujeito Agentivo, +Objeto Afetado, + Objeto individuado. Tais parâmetros são suficientes para enquadrar a cláusula nos casos de alta transitividade.

É possível localizar ocorrências de cláusulas relativas materiais com verbo no tempo presente do modo subjuntivo, como no exemplo:

(71) Isso ocorre devido à falta de políticas públicas efetivas **que auxiliem o indivíduo a “navegar”, de forma correta, na internet**, e à ausência de consciência, da grande parte da população, sobre a importância de saber utilizar adequadamente o meio virtual. (E18R15O93)

Em (71), temos dois participantes, sendo um deles humanizado (o indivíduo). Embora o verbo expresse uma ação, esta é atenuada, pois, na cláusula relativa, reforça-se a ideia de um fim que se pretende alcançar e não de uma ação realizada. O presente do subjuntivo indica que a ação não foi realizada, identificando o modo *irrealis*. Por se tratar de uma conjectura ou de uma proposta de intervenção, não se pode atribuir intencionalidade ao Sujeito. O Sujeito, portanto, não é agentivo e, por consequência, o objeto não é afetado, ainda que seja individuado (“o indivíduo”). Verificamos, então, os seguintes parâmetros de transitividade na cláusula: +Dois ou mais participantes, +Afirmativo, +Objeto individuado. Aplicados os parâmetros de Hopper e Thompson (1980), verifica-se que o grau de transitividade da cláusula é baixo.

O verbo no modo subjuntivo (modo *irrealis*) determina, no encaminhamento argumentativo do texto, o sentido de uma não ação do governo e de suas políticas públicas,

além de encaminhar também para a consequência dessa não ação, que é o indivíduo não navegar de forma correta na internet. Tem, por conseguinte, caráter modal, ligado à opinião do falante.

Algo similar ocorre nas cláusulas relativas materiais com os verbos no tempo futuro do modo indicativo, como nos exemplos a seguir:

(72) Para isso, deveria haver não só a redução do valor dos ingressos nos cinemas já existentes, mas também a expansão de instalações **que transmitiriam filmes gratuitamente em locais afastados dos centros urbanos.** (E19R09O51)

(73) Para tanto, o Ministério da Educação deve, com o suporte do Ministério da Saúde, inserir a discussão acerca das doenças mentais nas escolas, por meio de alterações na Base Nacional Curricular Comum, **as quais afetarão as disciplinas de filosofia, sociologia, biologia e literatura**, a fim de formar cidadãos mais tolerantes e conhecedores dos transtornos mentais. (E20R03O19)

No exemplo (72), o emprego do tempo verbal futuro do pretérito do modo indicativo consegue reforçar tanto a não ação (não há redução do valor dos ingressos nem expansão das instalações de cinemas), como a consequência dessa não ação (em locais afastados dos grandes centros, não há transmissão de filmes gratuitamente). O verbo no futuro do pretérito também expressa um sentido de possibilidade, procurando atenuar o sentido de obrigação, o que colabora para o parâmetro modo *irrealis*, a partir do qual se observam os parâmetros de não ação, não intencionalidade, não agentividade e não afetamento do objeto. No caso, como o Objeto “filmes” ocorre no plural, de forma indefinida e incontável, atribuímos também a não individuação do objeto. Portanto, quanto aos parâmetros de transitividade que se acionam na cláusula, temos +Dois ou mais participantes e +Afirmativo, o que aponta a baixa transitividade.

Em (73), o verbo encontra-se no tempo futuro do presente do modo indicativo. Assim como ocorre para os tempos do modo subjuntivo, o que se destaca é a não ação, ou seja, as disciplinas em questão não são afetadas porque ainda não há alterações na Base Nacional Curricular Comum que busquem inserir nas escolas discussões sobre saúde mental. Temos, portanto, o modo *irrealis* acionado e, com base nisso, notamos a ação não realizada, pois se coloca como algo ainda por acontecer, caso certas condições favoreçam. Assim, detectamos a não intencionalidade do Sujeito, a não agentividade do Sujeito e o não afetamento do Objeto, embora este seja individuado (“as disciplinas de

filosofia, sociologia, biologia e literatura”). Os parâmetros de transitividade detectados na cláusula são: +Dois ou mais participantes, +Afirmativo, +Objeto individuado. Tais parâmetros, pelos critérios desta pesquisa, atribuem à cláusula a baixa transitividade.

Detectamos, além disso, cláusulas relativas materiais negativas, como a que segue:

(74) Outrossim, os preços abusivos de ingressos, a divisão das salas em categorias de conforto e a proibição de entrada de bebidas e alimentos, **que não sejam vendidos no estabelecimento (E19R03O13)**, dividem, ainda mais, a sociedade.

Em (74), o verbo auxiliar está no tempo presente do modo subjuntivo, em uma estrutura passiva, acompanhado da partícula de negação, o que reforça a não ação, dado que, pelo aspecto verbal e pela presença da negação, a ação não se realiza. Em face dessas características, detectamos a não intencionalidade do sujeito, a não agentividade, o não afetamento e a não individuação do objeto, o modo *irrealis*, a oração negativa, a não perfectividade e não pontualidade do verbo. Por fim, há apenas um participante (“bebidas e alimentos”). Dessa forma, todos os parâmetros apontam para a baixa transitividade da cláusula.

O quadro 6 apresenta os verbos de processo material encontrados, dividindo as redações por ano de aplicação.

Quadro 6: Verbos de processo material empregados nas ocorrências analisadas

Ano	Verbos de processo material empregados
2018	aprimorar, atenuar, aumentar, auxiliar, coibir, comprometer, construir, contribuir, controlar, criar, culminar, dar, descumprir, determinar, direcionar, enquadrar, escolher, excluir, exigir, explorar, favorecer, fomentar, frequentar, gerar, inserir, intensificar, interferir, ir, lançar, limitar, manipular, manter, ocasionar, originar, passar, permitir, possibilitar, potencializar, prejudicar, proibir, proporcionar, receber, reforçar, separar, sobressair-se, transformar, trazer, utilizar(-se), veicular.
2019	acarretar, aumentar, buscar, carecer, compor, contemplar, contribuir, criar, culminar, delimitar, demandar, democratizar, deter, determinar, disponibilizar, enfraquecer, excluir, exercer, expandir, facilitar, fazer, fomentar, formar, fornecer, garantir, impedir, limitar, negligenciar, ocasionar, pagar, possibilitar, praticar, precificar, prejudicar, prejudicar, promover, proporcionar, realizar, restringir, trabalhar, transmitir, ultrapassar, usufruir, vender.

2020	abrançar, afastar, afetar, caber, circundar, colaborar, combater, contribuir, destacar, dificultar, disponibilizar, enquadrar, entrar, fazer, garantir, gerar, impedir, incluir, inserir, integrar, intensificar, lidar, lutar, marcar, ocupar, receber, relacionar, restringir, resultar, salvar, sustentar.
-------------	---

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.1.2 Processo mental

As cláusulas mentais estão relacionadas às experiências da consciência, sendo constituídas de modo a indicar afeição, cognição, desejo, percepção, construindo o fluxo de consciência do emissor.

Nessa perspectiva, detectamos no *corpus* analisado 45 ocorrências de cláusulas que indicam processos mentais, das quais 15 estão nas redações de 2018, 11 nas de 2019 e 19 nas de 2020. A tabela 2 exibe esses números, associando o Processo Mental à gradiência de transitividade das cláusulas:

Tabela 2: Grau de transitividade nas cláusulas relativas de processo mental

	ocorrências com alta transitividade	ocorrências com média transitividade	ocorrências com baixa transitividade	total de ocorrências por ano
2018	0	0	15	15
2019	0	0	11	11
2020	0	0	19	19
Total	0	0	45	45

Fonte: Elaborada pelo autor

Em relação às cláusulas relativas mentais analisadas, seguem exemplos extraídos do *corpus* analisado:

(75) Segundo o autor, o crescente desenvolvimento tecnológico, aliado ao incentivo ao consumo desenfreado, resulta numa sociedade **que anseia constantemente por produtos novos e por informações atualizadas.** (E18R06O33)

(76) Além disso, cabe às entidades em governamentais a elaboração de medidas que minimizem os efeitos das propagandas **que visam incentivar o consumismo.**

(E18R06O39)

No exemplo (75), a transitividade é avaliada a partir do atendimento aos parâmetros: + Dois ou mais participantes, +Afirmativa, +Modo Realis, +Objeto Individuado. Por se tratar de um verbo de processo mental, consideramos a cinese negativa, a não agentividade do sujeito e o não afetamento do objeto, embora este possa ser individuado nos sintagmas preposicionais “por produtos novos” e “por informações atualizadas”. O verbo no tempo presente do modo indicativo sugere o aspecto de duratividade, o que inviabiliza os parâmetros de perfectividade e pontualidade. Não consideramos o parâmetro da intencionalidade do sujeito em vista do contexto apresentado, pois a sociedade, em nossa percepção, não tem o controle sobre o anseio por produtos novos, visto que isso é fruto do crescente desenvolvimento e do consumo desenfreado. Assim, pelos critérios desta pesquisa, trata-se de uma cláusula de baixa transitividade.

O exemplo (76) apresenta os parâmetros de transitividade: + Dois ou mais participantes, +Afirmativa, +Intencionalidade do Sujeito, +Modo Realis. Assim como no exemplo anterior, o verbo é de processo mental, sugerindo a cinese negativa, a não agentividade do sujeito e o não afetamento do objeto; detectamos, no objeto “consumismo”, traços que o enquadram como comum, inanimado, abstrato e incontável, razão que nos indica a não individuação do objeto; e está no presente do indicativo, denotando a não perfectividade e não pontualidade. Ainda que o Sujeito seja “propagandas”, retomando pelo pronome relativo “que” na cláusula, consideramos, por extensão metonímica, haver a intencionalidade associada aos elaboradores das campanhas publicitárias. Dessa maneira, detectamos uma cláusula relativa de baixa transitividade.

Consoante Halliday e Matthiessen (2004), existem cinco características prototípicas das orações mentais que as diferenciam, inclusive, das orações materiais. A saber:

- a) O presente do indicativo é o tempo verbal prototípico da oração material. Esse traço é verificado, por exemplo, em:

(77) Com efeito, hão de ser analisadas as causas **que corroboram esse grave cenário: a desinformação e a mentalidade social.** (E20R08O43)

Em (77), a transitividade se determina no atendimento aos parâmetros: + Dois ou mais participantes, +Afirmativa, +Modo Realis, +Objeto Individuado. No caso, o processo mental colabora para a não cinese e, por extensão, para a não agentividade do sujeito e o

não afetamento do objeto, visto não se tratar de uma ação com potencial de transferência de um participante a outro. O objeto, em contrapartida, é individuado no SN “esse grave cenário”. As causas [-animado, -humano], por si mesmas, não podem assumir a intencionalidade de “corroborar” o grave cenário. Por fim, o verbo no presente do indicativo indicia a não perfectividade e não pontualidade. Assim, a cláusula apresenta uma baixa transitividade.

- b) Na oração mental, ocorrem sempre dois participantes, o Experienciador e o Fenômeno, diferentemente da oração material, em que se pode perceber a presença somente do Ator ou do Ator e outros participantes, como Meta, Escopo, Beneficiário e Atributo. Nota-se essa característica no exemplo que segue:

(78) Nesse sentido, é lícito referenciar o filósofo grego Platão, que, em sua obra “A República”, narrou o intitulado “Mito da Caverna”, **no qual homens**, acorrentados em uma caverna, **viam somente sombras na parede**, acreditando, portanto, que aquilo era a realidade das coisas. (E20R01O08)

Em (78), a cláusula relativa mental atende aos parâmetros: + Dois ou mais participantes, +Afirmativa, +Modo Realis. Não consideramos o parâmetro da intencionalidade pelo fato de os homens estarem acorrentados na caverna, indicando que ver somente sombras na parede não se trata de uma percepção intencional. O parâmetro da individuação do objeto também não foi considerado, pelo fato de o objeto “sombras” apresentar traços que o identificam como comum, inanimado, plural e indefinido. Nesse caso, o Experienciador é representado pelos “homens”, enquanto o Fenômeno são “sombras na caverna”. Dessa maneira, verificamos a baixa transitividade da cláusula.

- c) Do ponto de vista semântico, o processo mental é avaliado como não sendo um processo de “fazer”, a exemplo de:

(79) Nesse contexto, como os transtornos mentais não são tão facilmente verificáveis quanto problemas físicos, é comum que as pessoas acometidas desse tipo de doença sejam alvo de preconceito de pessoas **as quais, muitas vezes, acham que aquilo é “frescura”**. (E20R10O52)

Em (79), extraído do *corpus* analisado, os parâmetros de transitividade verificados são: +Dois ou mais participantes, +Afirmativo, +Modo Realis. O verbo “achar”, no caso avaliado, remete ao significado de “pensar, cogitar, avaliar”, o que, do ponto de vista semântico, não refletem ações no âmbito do “fazer”. O parâmetro de

intencionalidade é negatizado, pois entendemos que as pessoas não intencionam achar que preconceito é frescura, mas sim há uma série de questões sociais e culturais que encaminham a esse tipo de comportamento. Dessa forma, se são levadas a pensar assim por fatores outros, não podemos creditar a total intencionalidade do Sujeito. O objeto é não afetado e não individuado, pois se apresenta na forma de uma oração integrante encaixada “que aquilo é ‘frescura’”. Assim, a transitividade da cláusula é baixa.

d) Na oração mental, encontramos seres dotados de consciência na função de Experienciador, como se pode conferir no exemplo:

(80) Devido à falta de atuação das autoridades, grandes empresas sentem-se livres para invadir a privacidade dos usuários e vender informações pessoais para empresários **que desejam direcionar suas propagandas. (E18R20O119)**

Em (80), conquanto o Experienciador tenha sido representado por um nome de valor genérico (“empresários”), trata-se de uma entidade consciente ou dotado de consciência. A cláusulas relativas mentais em questão atende aos parâmetros: + Dois ou mais participantes, +Afirmativa, +Modo Realis, +Intencionalidade do Sujeito. Nesse caso, o verbo DESEJAR, na maneira como se aplica, reflete a intenção dos empresários [+animado, +humano] no direcionamento das propagandas. O objeto não é individuado, pois se apresenta na forma da oração reduzida de infinitivo “direcionar suas propagandas”, o que torna inviável a atribuição de traços de individuação. Assim, com base nos parâmetros de Hopper e Thompsom (1980), detectamos uma cláusula relativa de baixa transitividade.

e) As orações mentais conseguem projetar outras orações, podendo ser o Fenômeno representado por um ato ou por um fato (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p.203), como se pode notar no exemplo:

(81) Outrossim, compete às ONGs, como organizações **que visam suprir as necessidades populacionais**, realizar campanhas em prol de salas bem estruturadas. **(E19R19O103)**

Em (81), o Fenômeno é projetado em uma oração reduzida de infinitivo – “suprir as necessidades populacionais”. Na visão de Halliday e Matthiessen (2004, p.198), tais orações projetadas são “orações em si mesmas” e não propriamente complementos para a oração mental. Para tanto, os autores argumentam que a oração projetada não poderia assumir a posição de Sujeito. No exemplo apresentado, não seria usual a forma passiva:

“Suprir as necessidades populacionais é visado pelas organizações”.

Com isso, em (81), encontramos os seguintes parâmetros: + Dois ou mais participantes, +Intencionalidade do Sujeito, +Afirmativa, +Modo Realis. Atribuímos intencionalidade às ONGs – representações de coletividades humanas, pois, em nosso entendimento, existe a intenção de suprir necessidades populacionais ou, em outra perspectiva, visar o suprimento dessas necessidades é uma intenção das organizações. O objeto não é individuado, pois se expressa na oração reduzida “suprir as necessidades populacionais”, inviabilizando traços de individuação. Dessa forma, pelos critérios adotados nesta pesquisa, trata-se de uma cláusula de baixa transitividade.

É conveniente salientar que, segundo Fuzer e Cabral (2014, p.54), nas cláusulas mentais, embora prototipicamente os participantes sejam humanos ou coletivos humanos, essas funções podem ser representadas por entes desprovidos de consciência ou inanimados, na medida em que se identifiquem como criações da mente humana.

Ademais, as orações mentais, em consonância com Halliday e Matthiessen (2004), são classificadas como perceptivas, desiderativas, cognitivas e afetiva, como exemplificamos a seguir:

(82) Nesse sentido, é lícito referenciar o filósofo grego Platão, que, em sua obra “A República”, narrou o intitulado “Mito da Caverna”, **no qual homens**, acorrentados em uma caverna, **viam somente sombras na parede**, acreditando, portanto, que aquilo era a realidade das coisas. (E20R01O08)

Em (82), o verbo VER ilustra o processo mental perceptivo, pois existe uma relação direta entre o experienciador da percepção (“homens”) e o evento percebido (“sombras na caverna”). A cláusula em questão apresenta baixa transitividade, como já analisado em (78).

(83) Devido à falta de atuação das autoridades, grandes empresas sentem-se livres para invadir a privacidade dos usuários e vender informações pessoais para empresários **que desejam direcionar suas propagandas**. (E18R20O119)

Em (83), o emprego do verbo DESEJAR indica o processo mental desiderativo, ao evidenciar o desejo do direcionamento das propagandas. Como já especificado em (80), a cláusula em questão é de baixa transitividade.

(84) Todavia, a filtragem de informações efetivada pelas redes digitais inibe o contato do usuário com conteúdos **que divergem dos seus pontos de vistas**, uma vez que os

algoritmos utilizados favorecem publicações compatíveis com perfil do internauta. (E18R17O110)

Em (84), o verbo DIVERGIR é indicador de processo mental cognitivo, uma vez que expressa uma noção ligada à ordem do pensar e relacionada à percepção avaliativa da realidade. Quanto aos parâmetros de transitividade, temos: +Dois ou mais participantes, +Afirmativa, +Modo Realis. O parâmetro de intencionalidade do sujeito é negativado, pois compreendemos que os conteúdos [-animado, -humano], por si mesmos, não manifestam intenção de divergir dos pontos de vista dos usuários das redes digitais. Essa intencionalidade, pois, caberia aos elaboradores desses conteúdos. O objeto não é individuado devido ao sintagma “dos seus pontos de vistas” apresentar os traços comum, inanimado, abstrato, plural e indefinido. A não cinese, a não agentividade do sujeito e o não afetamento do objeto devem-se ao fato de se tratar de um processo mental, enquanto o uso do presente do indicativo invalida a perfectividade e a pontualidade. Isto posto, concluímos que a cláusula relativa apresenta baixa transitividade.

(85) Esse mecanismo contribui para o aumento das vendas, já que o indivíduo é sutilmente persuadido a comprar um produto **que, provavelmente, já o interessava.** (E18R09O52)

Em (85), o verbo INTERESSAR, em nossa perspectiva, denota processo mental de caráter emotivo, porquanto estabelece-se uma premissa de afeição ao objeto que desperta interesse. Nesse caso, a transitividade está relacionada à detecção dos parâmetros: + Dois ou mais participantes, +Afirmativa, +Modo Realis, +Objeto Individuado. Ao produto, em si, não se pode atribuir intencionalidade de interessar o consumidor ou, em outros termos, um consumidor específico. Já o objeto é individuado no pronome pessoal oblíquo “o”, que recupera “indivíduo”. Nesses termos, por tratar-se de cláusula relativa mental, observamos nela a baixa transitividade.

Outrossim, entre as ocorrências de cláusulas relativas mentais, detectamos o processo mental com o verbo TER, a exemplo de:

(86) Com essas medidas, o cinema será democratizado, possibilitando a toda a população brasileira o mesmo encanto **que tinha Hugo Cabret com os filmes.** (E19R17O95)

Em (86), a expressão TER + ENCANTO está relacionado à experiência do sentir, compreendendo que Hugo Cabret sente encanto com os filmes, motivo pelo qual esse caso compõe o painel das cláusulas relativas mentais. No que concerne aos parâmetros de transitividade, verificamos: + Dois ou mais participantes, +Afirmativa,

+Modo Realis. No caso, o parâmetro de intencionalidade é negativado, pois, em nosso entendimento, Hugo Cabret não intenciona sentir encanto com os filmes, mas sim esse encantamento é consequência da interação com o filme. Em outras palavras, o encantamento viria após o contato com o filme e não antes. Embora se pudesse imaginar que ele intencionasse assistir ao filme na expectativa do encantamento, tal sentimento somente existiria posteriormente ao filme, portanto o sentir encantamento não é intencional, ainda que a expectativa de senti-lo seja. O objeto é não individuado (“encanto” = comum, inanimado, abstrato, incontável), retomado pelo pronome relativo. Trata-se de uma cláusula relativa mental, logo os parâmetros de cinesa, agentividade do sujeito e afetação do objeto são negativados. O verbo no tempo pretérito imperfeito do indicativo afirma o caráter durativo, o que negativa os parâmetros de perfectividade e pontualidade. Nessas condições, atribuímos baixa transitividade à cláusula avaliada.

Detectamos também ocorrências com perífrases verbais, a exemplo da que segue:

(87) Como resultado, o intenso fluxo migratório provocou o desenvolvimento desenfreado da Região Sudeste e a estagnação das demais, sobretudo a Região Nordeste, **a qual, durante o mesmo período, começou a sofrer com os problemas da seca**, situação retratada pelo artista Candido Portinari na tela "Os Retirantes". (E20R19O93)

Em (87), a cláusula relativa mental é emotiva, em razão do emprego da perífrase verbal COMEÇOU A SOFRER, cujo verbo principal sugere o afetamento causado pela seca a partir de uma perspectiva emocional, fato que contribui para a condução argumentativa, pois a carga emocional pode provocar maior engajamento do leitor na tese discutida. Nesse caso, o Experienciador, metonimicamente, é representado pela Região Nordeste, entretanto é possível levantar questões sobre esse participante se referir exclusivamente a seres dotados de consciência, uma vez que, na própria região, do ponto de vista geomorfológico, também há alterações e contrastes naturais que podem sugerir que a Região Nordeste, como espaço físico, é afetada pela seca e, em termos metafóricos, sofre com isso.

Quanto aos parâmetros de transitividade localizados, temos: + Dois ou mais Participantes, +Afirmativa, +Modo Realis. Embora o verbo auxiliar esteja no tempo pretérito perfeito do modo indicativo, os parâmetros de perfectividade e pontualidade, em nosso entendimento, não são contemplados, em razão do próprio sentido do verbo COMEÇAR, que situa o fato inicialmente no passado, mas que sugere ser algo que se estende sem uma fase de transição evidente entre seu início e seu término. O objeto é não

individuado, pois o sintagma “com os problemas da seca” apresenta os traços comum, inanimado, abstrato e plural. Pelos critérios estabelecidos nesta pesquisa, a cláusula relativa mental em pauta possui baixa transitividade.

A cláusula relativa mental é também empregada na forma negativa, como se verifica em:

(88) Dessa forma, com a disponibilidade de ir ao cinema mediada pelo preço — **que não leva em consideração a renda regional** —, a democratização torna-se inviável. (E19R01O08)

Em (88), a expressão verbal “LEVAR EM CONSIDERAÇÃO” sugere um processo mental cognitivo. Os parâmetros de transitividade observados na cláusula relativa é: +Dois ou mais participantes. Como o fato não ocorre, os demais parâmetros são negativados. Não há, portanto, cinese, agentividade do sujeito e afetamento do objeto; a cláusula é negativa; o modo é *irrealis*, uma vez que o fato não se realiza; a perfectividade e a pontualidade são negativadas também em razão da realização do fato. O objeto “a renda regional” é não individuado (comum, inanimado, abstrato, incontável). Assim, a transitividade da cláusula em análise é baixa.

Ademais, encontramos cláusulas relativas mentais com o emprego do modo subjuntivo, como se exemplifica em:

(89) Tendo em vista que foi discutido, é necessário, portanto, que os governos estaduais promovam uma maior inclusão dos cidadãos no acesso aos cinemas, por meio de investimentos financeiros **os quais visem à criação de locais exibidores nas pequenas e médias cidades**(E19R06O27).

O exemplo (89) apresenta o verbo no tempo presente do modo subjuntivo. Os parâmetros de transitividade observados são: +Dois ou mais participantes, +Afirmativo, +individuação do objeto. Trata-se de uma proposta de intervenção, portanto o que se apresenta é posto como sugestão que, uma vez atendida, pode surtir possíveis efeitos. Sendo assim, no parâmetro de modalidade, podemos detectar o modo *irrealis* e, por conseguinte, a não cinese, a não intencionalidade, a não agentividade do sujeito e o não afetamento do objeto. O objeto, por sua vez, é individuado no sintagma “à criação de locais exibidores nas pequenas e médias cidades”, que tem traços que o identificam como concreto (“locais exibidores”), contável e definido. Trata-se, portanto, de uma cláusula relativa mental de baixa transitividade.

Abaixo, o quadro 7 expõe, dividindo as redações analisadas por ano de aplicação, os verbos de processo mental detectados:

Quadro 7: Verbos de processo mental empregados nas ocorrências analisadas

Ano	Verbos de processo mental empregados
2018	agradar, alinhar-se, analisar, ansiar, associar, atentar, avaliar, avaliar, condicionar, decidir, desejar, divergir, interessar, interpretar, significar, valorizar, visar.
2019	contemplar, contribuir, encantar, estudar, levar em consideração, naturalizar, prezar, visar.
2020	achar, acometer, conhecer, corroborar, desejar, desencorajar, desvalorizar, esquecer, estigmatizar, julgar, necessitar, priorizar, sofrer, ter(+encanto), valorizar, visar.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.1.3 Processo Verbal

As orações verbais relacionam-se ao campo do *dizer* e apresenta como participantes o Dizente (o que fala), a Verbiagem (o que é dito), o Receptor (a quem a mensagem se dirige) e o Alvo (a quem se atinge pelo processo de dizer). No *corpus* analisado, detectamos, ao todo, 39 cláusulas relativas verbais, das quais 12 foram detectadas nas redações de 2018, 14 nas de 2019 e 13 nas de 2020. A tabela 3 discrimina essas ocorrências, considerando a associação entre o Processo Verbal e a gradiência de transitividade:

Tabela 3: Grau de transitividade nas cláusulas relativas de processo verbal

	ocorrências com alta transitividade	ocorrências com média transitividade	ocorrências com baixa transitividade	total de ocorrências por ano
2018	1	6	5	12
2019	1	9	4	14
2020	2	5	6	13
Total	4	20	15	39

Fonte: Elaborada pelo autor

Entre os casos encontrados, ocorrem cláusulas relativas verbais com o verbo no

tempo presente do modo indicativo, como se pode notar na ocorrência a seguir:

(90) Esse contexto de inoperância das esferas de poder exemplifica a teoria das Instituições Zumbis, do sociólogo Zygmunt Bauman, **que as descreve como presentes na sociedade**, mas que não cumprem seu papel com eficácia. (E20R13O70)

Em (90), o verbo DESCREVER é da ordem do dizer, motivo pelo qual enquadrámos a cláusula relativa como de processo verbal. Os parâmetros de transitividade acionados são: +Dois ou mais participantes, +Ação, +Afirmativo, +Modo Realis, +Intencionalidade do Sujeito, +Agentividade do Sujeito, +Individuação do Objeto. Consideramos que o processo verbal também configura ações que se realizam no campo simbólico da linguagem, em cujo sujeito é possível detectar agentividade e intencionalidade. No exemplo em pauta, o sociólogo age ao descrever, o que sugere intencionalidade ao fazê-lo. A perfectividade e a pontualidade são negativas em razão do verbo no presente do indicativo, colocando a ação como ato contínuo, partindo da premissa de que o sociólogo começou a descrever as instituições em um dado momento do tempo e continua descrevendo, mesmo que apenas por intermédio das teorias e reflexões deixadas em sua obra. O parâmetro de afetamento do Objeto não foi considerado, porque o objeto (o pronome “as” = Instituições Zumbis) não é afetado diretamente pela ação, uma vez que o referente preexiste à enunciação. A individuação do objeto foi validada, pois “Instituições Zumbis”, em nosso entendimento, é próprio, humano (por extensão metafórica), concreto, contável e definido. Diante disso, consideramos a cláusula relativa verbal como de média transitividade, pelos critérios adotados para esta pesquisa.

Outro exemplo de cláusula relativa verbal com o presente do indicativo é:

(91) Desse modo, assim como é retratado no filme O Lado Bom da Vida, **o qual mostra a dificuldade da inclusão de pessoas com doenças mentais na sociedade**, parte da população brasileira enfrenta esse desafio. (E20R04O25)

Similarmente ao que ocorre em (90), o exemplo (91) traz o verbo MOSTRAR no tempo presente do modo indicativo. Apesar de esse verbo poder assumir estratos semânticos variados, o caso em questão aponta para um processo verbal, pois MOSTRAR aproxima-se do sentido de “relatar, narrar”, em se considerando que se busca apresentar um detalhe relacionado ao conteúdo narrativo do filme. Os parâmetros de transitividade detectados são: +Dois ou mais participantes, +Ação, +Afirmativo, +Modo Realis, +Intencionalidade do

Sujeito, +Agentividade do Sujeito, +Individuação do Objeto. O filme tem o propósito de mostrar dificuldades da inclusão de pessoas com doenças mentais, atendendo ao parâmetro de intencionalidade. O verbo no presente do indicativo sugere ação contínua, o que negativa os parâmetros de perfectividade e pontualidade. Assumimos o verbo como indicador de ação, como sujeito agentivo e objeto individuado (“a dificuldade da inclusão de pessoas com doenças mentais na sociedade”). Porém não consideramos o afetamento do objeto, na medida em que a dificuldade de inclusão de pessoas com doenças mentais não é afetada pela ação de mostrar. Assim, a cláusula relativa demonstra média transitividade.

Detectamos, além disso, exemplos de cláusulas relativas verbais nas quais se utilizam outros tempos verbais, como no exemplo em seguida:

(92) Dessa forma, sem possuir condições econômicas favoráveis, muitos indivíduos não enxergam o cinema como um meio de entretenimento compatível com suas realidades, programática já denunciada pelo cineasta Alejandro G. Iniarritu, **o qual, em seu discurso após vencer o Oscar de Melhor Diretor em 2017, criticou a visão lucrativa e pouco inclusiva das empresas de cinema. (E19R06O26)**

Em (92), o tempo verbal é o pretérito perfeito do modo indicativo, pontuando a ação em um dado momento no passado. Os parâmetros de transitividade encontrados são: +Dois ou mais participantes, +Perfectividade, +Pontualidade, +Ação, +Afirmativo, +Modo Realis, +Intencionalidade do Sujeito, +Agentividade do Sujeito, +Individuação do Objeto. O Sujeito, representado pelo cineasta, é agentivo, agindo com intencionalidade, e o objeto é individuado (“a visão lucrativa e pouco inclusiva das empresas de cinema”). O único parâmetro não contemplado é o do afetamento do objeto, pois consideramos que a crítica do diretor, por si só, não afeta diretamente a visão lucrativa das empresas. Assim, pelos critérios eleitos para esta pesquisa, a cláusula relativa apresenta alta transitividade.

Há casos de cláusulas relativas verbais com o verbo no presente do subjuntivo, como se exemplifica em:

(93) Somado a isso, o Ministério da Saúde pode dirimir o preconceito por intermédio da divulgação de vídeos em suas redes sociais **que contem a história de portadores de doenças mentais** — ressaltando a necessidade de desenvolver a empatia e o respeito — a fim de que a sociedade seja mais democrática e inclusiva. (E20R08O47)

No exemplo (93), o verbo no presente do subjuntivo sugere o modo *irrealis*, que contempla a ideia de que a ação não é realizada, mas prospectada como forma de indicar uma possível proposta de intervenção. Com isso, os parâmetros de transitividade verificados são: + Dois ou mais participantes, +Afirmativo, +Objeto Individuado. Como a ação não se realiza de fato, não há cinese, intencionalidade do sujeito, agentividade do sujeito e afetamento do objeto. Também não existe perfectividade e pontualidade pelo mesmo motivo. Verificamos, pois, o Dizente (redes sociais) e a Verbiagem (a história de portadores de doenças mentais), sendo esta representada pelo Objeto individuado. Sob esses critérios, consideramos a baixa transitividade da cláusula.

O quadro 8 contém os verbos empregados nas cláusulas relativas verbais presentes no *corpus* analisado:

Quadro 8: Verbos de processo verbal empregados nas ocorrências analisadas

Ano	Verbos de processo verbal empregados
2018	conceituar, debater, definir, detalhar, exemplificar, explicar, expor, indicar, orientar, retratar.
2019	abordar, afirmar, caracterizar, criticar, denunciar, exhibir, informar, mostrar, prever, referir-se, tratar(sobre), trazer ⁹ .
2020	abordar, apresentar, contar, defender, descrever, ensinar, explicar, mostrar, narrar, relacionar.

Fonte: Elaborado pelo autor

5.1.4 Processo relacional

No *corpus* analisado, verificamos, ao todo, 39 cláusulas relativas relacionais, sendo 12 em 2018, 9 em 2019 e 18 em 2020, todas elas de baixa transitividade.

Reconhecemos, entre essas, cláusulas relativas atributivas, considerando que, nesse caso, os dois participantes são Portador e Atributo, sendo o primeiro um Sintagma Nominal e o segundo, em geral, um adjetivo ou locução adjetiva (FURTADO DA

⁹ Da mesma forma, filmes como “Batismo de Sangue”, que **traz denúncias sobre a Ditadura Militar no Brasil (E19R07O35)**, evidenciam as mazelas desse regime e valorizam ideais democráticos, essenciais para a vida em sociedade. Nesse exemplo, consideramos que o verbo TRAZER é empregado para destacar o conteúdo temático-narrativo do filme, aproximando-se de verbos da ordem do dizer, como NARRAR ou CONTAR, razão pela qual o enquadramos no rol de verbos de processo verbal.

CUNHA; SOUZA, 2007). Seguem exemplos extraídos do *corpus*:

(94) Atualmente, um importante constituinte do espectro cultural é o cinema, que, embora possua um relevante papel social, encontra-se, no Brasil, muito restrito a parcelas mais privilegiadas da sociedade, **o que é grave.** (E19R07O30)

(95) Com essas medidas, "Coração da Loucura" será apenas um retrato passado do Brasil, **que será socialmente justo** e promoverá de forma efetiva a saúde mental de seus cidadãos. (E20R09O48)

Em (94), aplicando a forma O QUE para iniciar a cláusula relativa, emprega-se o verbo SER na 3ª pessoa do singular do tempo presente do modo indicativo, estabelecendo como Portador a forma O QUE, que retoma a informação anterior, e como Atributo o adjetivo “grave”. Nesse sentido, no que se refere aos parâmetros de transitividade, temos: Dois ou mais participantes, +Afirmativo, +Modo Realis. Como se trata de um verbo relacional, marca-se pela não cinese e, por extensão, pela não intencionalidade, não agentividade do sujeito e não afetamento do objeto, sendo este também não individuado, pois o Atributo presente na cláusula é um predicativo. A não ação também indicia a não perfectividade e não pontualidade. Assim, detecta-se na cláusula a baixa transitividade.

No exemplo (95), o verbo SER é aplicado na 3ª pessoa do singular do tempo futuro do presente do modo indicativo. Os participantes, nesse caso, são o pronome relativo QUE, retomando “Brasil” e correspondendo ao Portador, e a expressão “socialmente justo”, formada pelo circunstanciador modal “socialmente” e pelo adjetivo “justo”, equivalendo ao Atributo. Os parâmetros de transitividade observados são: Dois ou mais participantes, +Afirmativo. O único parâmetro que diferencia esta ocorrência do que ocorre no exemplo (94) é o da modalidade. O verbo no futuro indica a modalidade *irrealis*, que auxilia na construção argumental, na medida em que sugere um país justo socialmente numa situação futura, contanto que certas medidas sejam aplicadas. Isso constrói a ideia de que o Brasil atual não possui a característica de ser justo socialmente. Sob tais perspectivas, a cláusula relativa determina-se por sua baixa transitividade.

Verificamos, ademais, cláusulas relativas relacionais atributivas com outros verbos, que não o verbo SER, como a que se exemplifica a seguir:

(96) Embora seja uma obra ficcional, o filme apresenta características **que se assemelham ao atual contexto brasileiro**, pois, assim como na obra, os mecanismos tecnológicos têm

contribuído para alienação dos cidadãos, sujeitando-os aos filtros de informações impostos pela mídia, o que influencia negativamente seus padrões de consumo e sua autonomia intelectual. (E18R06O31)

(97) Atualmente, um importante constituinte do espectro cultural é o cinema, **que**, embora possua um relevante papel social, **encontra-se, no Brasil, muito restrito a parcelas mais privilegiadas da sociedade**, o que é grave. (E19R07O29)

(98) Primordialmente, deve-se pontuar que aqueles **que possuem algum tipo de transtorno psicológico** são, normalmente, os primeiros a reafirmarem um juízo de valor negativo com relação à sua própria saúde. (E20R07O34)

Em (96), o verbo ASSEMBELHAR-SE, inserido na cláusula relativa, tem valor relacional identificativo, o que permite, inclusive, a paráfrase “o filme apresenta características *que são como as do atual contexto brasileiro*”, aferindo o valor circunstancial comparativo. Na cláusula, o pronome relativo QUE retoma “características”, entidade que recebe a identificação, enquanto “ao atual contexto brasileiro”, com viés comparativo, realiza a função de Identificador, sendo, pois, a identidade atribuída ao Identificado. Atendem-se os parâmetros de transitividade a seguir: Dois ou mais participantes, +Afirmativa, +Modo Realis. Como nas demais ocorrências, a baixa transitividade é constatada.

Em (97), o verbo ENCONTRAR-SE é empregado para interligar o Atributo (“muito restrito”) ao Portador (“que”, pronome relativo que retoma “cinema”). Para esse caso, continuamos considerando a não cinese, pois o verbo, em seu contexto de uso, aproxima-se do sentido que se aplica ao verbo “ser”, com vistas a expressar um processo relacional. Observamos, portanto, os seguintes parâmetros de transitividade: Dois ou mais participantes, +Afirmativa, +Modo Realis. Com isso, a baixa transitividade da cláusula é observada.

Em (98), o verbo POSSUIR indica uma relação entre duas entidades, por meio da qual se incorpora o conceito de posse, codificada como um processo. Halliday e Matthiessen (2004, p.256) salientam que “possuir” não realiza apenas sentido de posse, mas pode ser bem mais amplo, considerando, por exemplo, a posse de partes do corpo e outras relações parte-todo, envolvimento, propriedade, integração entre partes ou mesmo abstrações. No caso, o pronome relativo QUE retoma “aqueles”, grupo possuidor de um Atributo (“algum

tipo de transtorno mental) que os diferencia de outras entidades – os que não possuem transtornos mentais. A cláusula é relacional possessiva, apresentando os parâmetros de transitividade: Dois ou mais participantes, +Afirmativa, +Modo Realis. A baixa transitividade da cláusula é, pois, constatada.

Outrossim, é possível localizar, no *corpus* analisado, mais casos de cláusulas relativas relacionais identificadoras. Para esse tipo de cláusula, existem dois participantes: o Identificado e o identificador. Consoante Halliday e Matthiessen (2004, p.215), a diferença básica entre os modos atributivo e identificador reside na propriedade da reversibilidade, segundo a qual as orações do modo identificador são reversíveis, possibilitando aos participantes alternarem entre si suas posições na oração. Esse caráter não se aplica às orações do modo atributivo. Isto posto, segue um exemplo, extraído do *corpus* analisado, de cláusula relativa relacional identificadora:

(99) Isso ocorre porque os entraves para o controle da manipulação, caracterizados pela dificuldade de identificação dos agentes de tal ação, inviabilizam a proteção dos usuários, sobretudo nas redes sociais, **que são o principal elo de ligação das pessoas com as empresas e suas propagandas publicitárias. (E18R08O46)**

Em (99), o verbo SER, empregado na 3ª pessoa do plural do tempo presente do modo indicativo, interliga os participantes Identificado, representado pelo pronome relativo QUE, que retoma “redes sociais”; e Identificador, representado pelo segmento “o principal elo de ligação das pessoas com as empresas e suas propagandas publicitárias”. O critério da reversibilidade se aplica, pois é possível reestruturar a oração de modo a obter “O principal elo de ligação das pessoas com as empresas e suas propagandas publicitárias são as redes sociais”. Evidenciam-se os seguintes parâmetros de transitividade: Dois ou mais participantes, +Afirmativa, +Modo Realis. Detecta-se, portanto, a baixa transitividade da cláusula.

O quadro 9 resume os verbos de processo relacional, atributivos e identificadores, dividindo as ocorrências por ano de aplicação:

Quadro 9: Verbos de processo relacional empregados nas ocorrências analisadas

	2018	2019	2020
Verbos relacionais atributivos	ser, possuir.	estar, encontrar-se, ser.	apresentar-se, fazer-se, ser, ter, possuir, residir.
Verbos relacionais identificadores	ser, assemelhar-se.	-	

--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

5.1.5 Processo Existencial

Consoante Halliday e Matthiessen (2004), as orações existenciais representam o que existe ou o que acontece, e o participante típico é o Existente, que pode representar pessoa, objeto, abstração, ação ou evento. Detectamos, pois, no *corpus* analisado, 12 cláusulas relativas existenciais, sendo 5 em 2018, 6 em 2019 e 1 em 2020, todas elas de baixa transitividade, como as que seguem:

(100) Nessas circunstâncias, deve-se ressaltar a importância econômica da problemática. Em face disso, Adorno traz em seus trabalhos o conceito de Indústria Cultural, **em que há uma objetificação do homem pela mídia**, passando este a seguir os comportamentos ditados pela seara midiática. (E18R10062)

(101) Ademais, o problema existe também em locais **onde há salas de cinema**, uma vez que o custo das sessões é inacessível às classes de renda baixa. (E19R17093)

Nessas ocorrências, encontramos casos prototípicos de processo existencial, realizado pelo verbo HAVER, para o qual, em LP, não existe termo que corresponda ao Sujeito. Em (100), o pronome relativo preposicionado EM QUE indica que a ideia de objetificação do homem pela mídia localiza-se nos trabalhos de Adorno; em (101), o pronome relativo ONDE retoma o termo “locais”, sinalizando à ideia de localização. Quanto à transitividade, consideramos apenas os parâmetros +Afirmativo e +Modo realis. Existe apenas um participante no processo existencial: “uma objetificação do homem pela mídia” é o Existente em (100); “salas de cinema” é o Existente em (101). Por se tratar de verbos estativos, observamos a não cinesidade e, por conseguinte, a não agentividade, a não intencionalidade, o não afetamento do objeto e a não individuação do objeto. O verbo no presente do indicativo corrobora a não perfectividade e a não pontualidade. Esses traços indicam a baixa transitividade das cláusulas.

Além disso, detectamos cláusulas relativas existenciais com outros verbos que, em razão da situação de uso, compartilham traços existenciais, a exemplo de:

(102) Dentro do contexto da internet, o usuário, sem perceber, é induzido a entrar em determinados sites devido a um “bombardeio” de propagandas **que aparece em seu dispositivo conectado** (E18R03012).

(103) Exemplo disso foi a transmissão do filme “Cidade de Deus” na comunidade **onde ocorreram as filmagens**, a fim de oferecer aos próprios atores a possibilidade de assistirem ao longa. **(E19R09O49)**

Em (102), o verbo APARECER, associado a traços circunstanciais de localização, aproxima-se do sentido de “haver” ou “existir”, pois refere-se a propagandas que ocorrem em massa no dispositivo. Os únicos parâmetros de transitividade detectados são +Afirmativo e +Modo Realis. Temos, portanto, uma cláusula de baixa transitividade. O Existente corresponde a “bombardeio de propagandas”, retomado na cláusula relativa pelo pronome “que”. Os demais parâmetros são negativados em razão do caráter estativo do verbo.

No exemplo (103), o verbo OCORRER, no sentido de “acontecer” ou “existir”, também realiza um processo existencial. Os parâmetros de transitividade atribuídos são: +Perfectivo, +Pontual, +Afirmativa, +Modo Realis. Os parâmetros de perfectividade e de pontualidade devem-se ao emprego do tempo pretérito perfeito do modo indicativo. Ainda assim, pelos critérios adotados na pesquisa, verificamos a baixa transitividade.

O quadro 10 apresenta os verbos existenciais encontrados nas ocorrências analisadas, divididos por ano de aplicação:

Quadro 10: Verbos de processo existencial empregados nas ocorrências analisadas

	2018	2019	2020
Verbos existenciais	aparecer, haver, predominar	habitar, haver, ocorrer, viver	Ocorrer

Fonte: Elaborado pelo autor

5.1.6 Cláusulas relativas e os parâmetros de transitividade de Hopper e Thompson (1980)

Considerando, nas cláusulas relativas analisadas, a eficácia com a qual a ação se transfere de um participante a outro e a transitividade como um fenômeno escalar, em *continuum*, conseguimos detectar o maior atendimento a parâmetros relacionados à média e à baixa transitividade, resultando no seguinte levantamento:

- a) Quanto ao parâmetro Participantes: em 290 (90,6%) cláusulas relativas, encontramos dois ou mais participantes e em 30 (9,3%) delas, apenas um participante;
- b) Quanto ao parâmetro Cinese: em 163 (50,9%) cláusulas relativas, encontramos verbos que expressam ação e em 157 (49,06%) delas, verbos que não expressam ação;
- c) Quanto ao parâmetro Aspecto do Verbo: em 20 (6,2%) cláusulas relativas, encontramos verbos de aspecto perfectivo e em 300 (93,7%) delas, verbos de aspecto não perfectivo;
- d) Quanto à Pontualidade do Verbo: em 20 (6,2%) cláusulas relativas, encontramos verbos que expressam ações definitivamente concluídas e em 300 (93,7%) delas, verbos que expressam ações contínuas;
- e) Quanto à Intencionalidade: em 47 (14,6%) cláusulas relativas detectamos Sujeito intencional e em 273 (85,3%), Sujeito não intencional;
- f) Quanto à Polaridade: em 311 (97,1%) cláusulas relativas, detectamos sentenças afirmativas e em 9 (2,8%) delas, sentenças negativas;
- g) Quanto à Modalidade: em 242 (75,6%) cláusulas relativas, observamos o modo Realis e em 78 (24,3%) delas, o modo Irrealis;
- h) Quanto à Agentividade: em 143 (44,6%) cláusulas relativas, encontramos o Sujeito agentivo e em 177 (55,3%) delas, o Sujeito não agentivo;
- i) Quanto ao Afetamento do Objeto: em 86 (26,8%) cláusulas relativas, encontramos o Objeto afetado pela ação e em 234 (73,1%) delas, o Objeto não afetado pela ação;
- j) Quanto à Individuação do Objeto: em 220 (68,7%) cláusulas relativas, encontramos o Objeto individuado e em 100 (31,2%) delas, o objeto não individuado.

Os números levantados corroboram a transitividade média e a baixa predominantes nas cláusulas relativas extraídas do *corpus* analisado. Para tanto, os parâmetros de maior relevo para tanto são: i) Cinese, sobretudo pelo emprego de verbos estativos, de processo mental e de tempos verbais que demarcam a não ação, tais como os tempos do futuro do modo indicativo ou os do modo subjuntivo; ii) Aspecto do

Verbo e Pontualidade do verbo, pois observa-se um número considerável de cláusulas com verbos não perfectivos, indicadores de ação contínua, ou de verbos volitivos; iii) Intencionalidade, já que as cláusulas relativas, em número considerável, contêm Sujeito com traços [-animado, -humano], o que contribui para a não intencionalidade, mas também destacamos as cláusulas com Sujeito passivo e as de Sujeito de verbos de natureza hipotética e volitiva; iv) Agentividade, em face, mormente, da incidência de formas passivas e de cláusulas para as quais atribuímos processos mentais, relacionais e existenciais; v) Afetamento do Objeto, sobretudo pelo destaque às cláusulas relativas de processo mental, verbal, relacional e existencial.

5.2 Cláusula relativa e argumentação

As cláusulas relativas detectadas no *corpus* analisado, em nosso entendimento, concorrem para o entrelaçamento argumentativo, e isso pôde ser observado com base nas instâncias de argumentação propostas por Fiorin (2015), a saber: i) argumentos quase lógicos; ii) argumentos fundados na estrutura do real; iii) argumentos que fundamentam a estrutura do real.

Reforçamos que essas categorias, conquanto não componham o escopo de análise funcionalista, servem aos propósitos desta pesquisa, no sentido de criar um painel comparativo dos tipos de argumentos empregados em relação aos parâmetros de transitividade aferidos.

Acreditamos, ademais, que tal análise se coaduna com o princípio básico da Função Interpessoal (HALLIDAY, 1994), ao se compreender que, no ato da interação, o falante arroga para si um papel discursivo e sinaliza um papel complementar para o interlocutor. Assim, por seu caráter de persuasão do interlocutor, o encaminhamento argumentativo consegue desvelar os papéis e as relações que os interlocutores estabelecem no âmbito das trocas interativas.

5.2.1 Argumentos quase lógicos

Os argumentos quase lógicos, segundo Fiorin (2015), são os que se assemelham à estrutura de um raciocínio lógico, mas suas conclusões não são logicamente necessárias. Dessa forma, trata-se de um argumento aparentemente lógico.

Nas redações analisadas, no que se refere ao emprego de cláusulas relativas, o que se verifica é a predominância de argumentos por definição (ArgDef), na qual, por meio de relações lógicas, estabelecem-se identidades pela relação $A = B$, em que A é o elemento definido e B o definidor. Verifiquemos, pois, as ocorrências que seguem:

(104) Assim, sabendo que a cidadania consiste na luta pelo bem-estar social, caso os sujeitos não possuam um pleno conhecimento da realidade **na qual estão inseridos** e de como seu próximo pode desfrutar do bem comum. (E18R02O05)

(105) Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE, no ano de 2016, apenas 35% dos entrevistados, **que apresentavam idade igual ou superior a 10 anos**, nunca haviam utilizado a internet. (E18R03O09)

Nos exemplos (104) e (105), a cláusula relativa, relacionando-se ao respectivo termo antecedente, expressa uma definição deste, tendo em vista que o modo de definir depende das finalidades argumentativas (Fiorin, 2015, p.118).

Em (104), a cláusula relativa acentua não apenas que a realidade de que se trata é a que o sujeito vivencia, mas transpõe para o discurso o valor de imersão do sujeito nessa mesma realidade, visto o emprego da forma verbal durativa “estão” e do verbo “inserir”. A ideia de que o sujeito está dentro da realidade contribui para o efeito argumentativo gerado pela sugestão de que, caso esses sujeitos não conheçam a realidade de que participam, o conceito de cidadania como luta pelo bem-estar social pode deixar de se aplicar ou de se reconhecer com efetividade.

Em (105), temos uma definição promovida pelo emprego da cláusula relativa, considerando a restrição etária de 35% dos participantes da pesquisa. Para os termos da argumentação, a cláusula relativa vai além do viés restritivo e constrói um vínculo retórico com a ideia de que poucos entrevistados nunca haviam utilizado a internet e esse fato não se dá porque o sujeito não possui idade para utilizá-la. A cláusula, dessa forma, corrobora o efeito argumentativo esperado, complementando o antecedente explicitado.

Além disso, as definições, nas ocorrências analisadas, são em si argumentos para o que se pretende defender. Com isso, citamos as ocorrências a seguir:

(106) Isso porque, mediante a ausência de uma orientação adequada, os indivíduos são expostos, cotidianamente, a conteúdos selecionados por algoritmos **que direcionam os materiais, segundo os gostos pessoais**. (E18R04O16)

(107) Nessa perspectiva, segundo Michel Foucault, filósofo francês, o poder articula-se em uma linguagem **que cria mecanismos de controle e coerção**, os quais aumentam a subordinação. (E19R01O02)

As cláusulas relativas, nesses casos, visam não apenas à expressão de características ou atributos, mas constituem, em si mesmas, a progressão argumentativa, contribuindo para que, por meio da identidade criada com a definição, a argumenção avance.

Em (106) e (107), por exemplo, podemos verificar o caráter assertivo das cláusulas relativas aplicadas, com vistas a um efeito persuasivo.

Na primeira, referindo-se a algoritmos, a cláusula relativa reforça como as informações veiculadas na internet podem ser manipuladas, visto o emprego do verbo “direcionar”, sugerindo que os algoritmos controlam o que os usuários recebem, a depender dos gostos pessoais dos sujeitos.

Na segunda, pelo emprego do verbo “criar”, reforça-se o quanto as articulações de poder estão vinculadas à linguagem e o quanto a linguagem pode ser mobilizada em razão de mecanismos sociais de controle e coerção. Além disso, o ArgDef também se nota nas seguintes ocorrências:

(108) Dessa forma, com a disponibilidade de ir ao cinema mediada pelo preço — **que não leva em consideração a renda regional** —, a democratização torna-se inviável. (E19R01O08)

(109) Assim como na obra cinematográfica abordada, observa-se que, na conjuntura brasileira contemporânea, devido a conceitos preconceituosos perpetuados ao longo da história humana, há um estigma relacionado aos transtornos mentais, uma vez que os indivíduos **que sofrem dessas condições** são marginalizados. (E20R01O02)

Em (108), a cláusula relativa ressalta uma característica associada ao preço dos ingressos do cinema, com base na qual se conclui a inviabilidade da democratização do acesso a esse equipamento cultural.

Em (109), o caráter argumentativo da cláusula relativa reside, sobretudo, no emprego do verbo “sofrer”, que se articula, semanticamente, com as expressões “conceitos preconceituosos”, “estigma”, “transtornos mentais” e “marginalizados”, de forma a compor o painel argumentativo em torno da ideia de exclusão e sofrimento. Convém salientar a carga emocional presente no verbo “sofrer”, o que também pode se enquadrar como parte do caráter

persuasivo da estratégia argumentativa empregada.

Entre as ocorrências de argumentos quase lógicos, verificamos também cláusulas relativas que expressam o argumento por comparação (ArgComp). A saber:

(110) Embora seja uma obra ficcional, o filme apresenta características **que se assemelham ao atual contexto brasileiro**, pois, assim como na obra, os mecanismos tecnológicos têm contribuído para alienação dos cidadãos, sujeitando-os aos filtros de informações impostos pela mídia, o que influencia negativamente seus padrões de consumo e sua autonomia intelectual. (E18R06O31)

(111) Na obra “O Alienista”, o autor Machado de Assis aborda a questão das doenças mentais, já no período do Realismo literário - século XIX, - por meio do personagem Doutor Bacamarte. No enredo, nota-se o empenho do protagonista de aprisionar os diagnosticados na “Casa Verde”, local **que se assemelha aos manicômios**, na tentativa de isolá-los da sociedade. (E20R14O74)

Nos dois exemplos, a comparação é evidenciada pelo emprego do verbo “assemelhar-se” na cláusula relativa, considerando que, nesses casos, “não se toma o objeto em si, expondo suas características ou suas funções, mas se escolhe outro objeto mais conhecido e se fazem aproximações entre eles” (FIORIN, 2015, p.122). Sob essa perspectiva, as comparações são empregadas para fins de avaliação dos elementos apreciados, como ocorre nas ocorrências destacadas.

Por fim, conseguimos detectar, no *corpus* avaliado, o argumento probabilístico (ArgProb), pelo qual a argumentação se fundamenta em uma lógica quantitativa. Segue a ocorrência:

(112) Percebe-se que o conceito abordado materializa-se em apontamentos do IBGE, **os quais expõem que cerca de 85% dos jovens entre 18 e 24 anos de idade utilizaram a ferramenta em 2016**. (E18R11O66)

Nota-se, nessa ocorrência, que a proposição é sustentada a partir da expressão de dados referentes à estatística etária dos jovens que utilizam uma dada ferramenta, destacando, pois, a maioria numérica. Quanto à estrutura da cláusula, cabe ressaltar o processo verbal referido, compreendendo o verbo EXPOR no sentido de “anunciar”, “divulgar”, da ordem do dizer, portanto. Nesse sentido, temos os participantes Dizente e

Verbiagem, sendo este representado na forma oracional, razão pela qual consideramos esse segmento como parte da ocorrência.

Em suma, conseguimos verificar, ao todo, 142 ocorrências de cláusulas relativas empregadas com argumentação fundada em *Argumentos quase lógicos*, das quais 139 estão relacionadas ao ArgDef; 2 expressam o ArgComp; e 1 demarca o ArgProb.

5.2.2 *Argumentos fundados na estrutura do real*

De acordo com Perelman e Tyteca (2005, p.297-393), os argumentos fundados na estrutura da realidade baseiam-se em relações que nosso sistema de significados considera existentes no mundo.

A partir disso, reconhecemos no *corpus* analisados ocorrências de cláusulas relativas associadas a esses tipos de argumentos, com destaque às que se relacionam aos argumentos pragmáticos ou por consequência (ArgPrag), aos argumentos por causalidade (ArgCaus) e aos argumentos de autoridade (ArgAuto).

Quanto aos ArgPrag (ou *argumentum ad consequentiam*), destacamos os seguintes exemplos:

(113) Embora seja uma obra ficcional, o filme apresenta características que se assemelham ao atual contexto brasileiro, pois, assim como na obra, os mecanismos tecnológicos têm contribuído para alienação dos cidadãos, sujeitando-os aos filtros de informações impostos pela mídia, **o que influencia negativamente seus padrões de consumo e sua autonomia intelectual.** (E18R06O32)

(114) Isso ocorre na medida em que, ao ter acesso apenas ao conteúdo previamente selecionado de acordo com seu perfil na internet, o indivíduo perde contato com pontos de vistas que divergem do seu, **o que compromete significativamente a construção de seu senso crítico e de sua capacidade de diálogo.** (E18R06O36)

(115) Dados oficiais do governo indicam que atualmente existem 2200 salas de cinema no país, entretanto, o Brasil possui mais de 200 milhões de habitantes, **o que indica que a democratização do entretenimento cinematográfico é um processo lento e até mesmo utópico.** (E19R05O20)

Nessas ocorrências, as cláusulas relativas apresentam consequências daquilo que é informado anteriormente. Destaca-se, nesse sentido, a estrutura das cláusulas, introduzidas pela forma O QUE + verbo no tempo presente do indicativo. Atribuímos, pois, a esse tipo de ocorrência o ArgPrag.

Em (113) e (114), expressam-se consequências negativas. Na primeira, o assujeitamento aos filtros de informações impostos pela mídia (INFORMAÇÃO ANTECEDENTE) tem por consequência a influência negativa sobre os padrões de consumo e a autonomia intelectual (CLÁUSULA RELATIVA). Na segunda, o fato de o indivíduo perder o contato com pontos de vista divergentes (INFORMAÇÃO ANTECEDENTE) tem como consequência o comprometimento significativo do seu senso crítico (CLÁUSULA RELATIVA).

Em (115), a cláusula relativa é mobilizada em favor de um argumento de natureza avaliativa, com viés consecutivo, de modo a indicar que, em razão do número de habitantes no Brasil (INFORMAÇÃO ANTECEDENTE), a democratização do entretenimento passa a ser visto como um processo lento ou mesmo utópico (CLÁUSULA RELATIVA). Assim como esses, outros casos podem ser destacados, tais como:

(116) A aquisição de novas tecnologias permitiu o desenvolvimento de diversos setores do Brasil, **o que facilita a obtenção de conhecimentos e conteúdos de forma rápida e prática. (E19R12O59)**

(117) Dessa maneira, surge uma massa de internautas alienados e despreocupados em checar a procedência das informações que recebem, **o que torna o ambiente virtual propício à disseminação das chamadas “fake news”. (E18R06O37)**

(118) Nesse aspecto, evidencia-se que, na sociedade brasileira, existe um notório construto de naturalização dos sintomas indicadores de problemas psíquicos, **o que desencoraja a busca por auxílio médico. (E20R07O35)**

Em (116), a cláusula relativa apresenta uma consequência positiva, considerando que um efeito do desenvolvimento de diversos setores no Brasil (INFORMAÇÃO ANTECEDENTE) é a facilitação da obtenção de conhecimentos e conteúdos de forma rápida e prática (CLÁUSULA RELATIVA).

Já em (117) e (118), as cláusulas relativas apontam consequências negativas. Na primeira, a despreocupação em checar a procedência das informações (INFORMAÇÃO

ANTECEDENTE) tem por consequência tornar o ambiente virtual favorável a Fake News (CLÁUSULA RELATIVA). Na segunda, a naturalização dos sintomas de problemas psíquicos (INFORMAÇÃO ANTECEDENTE) tem por consequência o desencorajamento da busca por auxílio (CLÁUSULA RELATIVA).

Ainda sobre ArgPrag, destacamos as ocorrências de cláusulas relativas empregadas nas propostas de intervenção, que se caracteriza, sobretudo, por defender uma dada ação, considerando os efeitos positivos ou negativos que ela produza. Com isso, a título de exemplo, seguem as ocorrências:

(119) Em suma, são necessárias medidas **que atenuem a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.** (E18R01O03)

(120) Sendo assim, cabe ao Governo Federal direcionar recursos para regiões marginalizadas do eixo vanguardista brasileiro, por meio da definição de uma agenda econômica **que democratize o acesso à cultura**, a fim de promover o desenvolvimento sociocultural igualitário dos cidadãos. (E19R05O24)

(121) Além disso, o Ministério da Família deve fomentar a empatia social, utilizando-se de publicidades **que valorizem atitudes altruístas**, visando à redução do individualismo. Quiçá, nessa via, os policarpos modernos não serão segregados. (E20R03O20)

Nessas ocorrências, a cláusula adjetiva é mobilizada em função do ArgPrag. Isso pode ser observado em (119) ao se compreender que as medidas trarão por consequência a possível atenuação da manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet. Por sua vez, em (120), a consequência do direcionamento de recursos para regiões marginalizadas é a possível democratização do acesso à cultura. Em (121), a valorização de atitudes altruístas é uma possível consequência da utilização de publicidades.

No formato proposto pelo Enem, o texto argumentativo elaborado deve, necessariamente, apresentar propostas de intervenção para a situação-problema discutida, sendo isto especificamente avaliado na correção da redação. Isto posto, o argumento pragmático é mobilizado nesse momento da redação, levando em consideração os efeitos que se pretende alcançar com a intervenção sugerida. Detectamos, pois, no *corpus* analisado, casos de cláusulas relativas aplicadas com o objetivo de ressaltar os efeitos das intervenções propostas. Em outro formato, observamos no *corpus* analisado a seguinte cláusula relativa:

(122) No filme estadunidense “Coringa”, o personagem principal, Arthur Fleck, sofre de um transtorno mental que o faz ter episódios de riso exagerado e descontrolado em público, **motivo pelo qual é frequentemente atacado nas ruas. (E20R13O69)**

Nessa ocorrência, a cláusula relativa é introduzida pela forma locutiva “motivo pelo qual”, dando destaque ao argumento por consequência, tendo em vista que o riso descontrolado da personagem (INFORMAÇÃO ANTECEDENTE) gera os ataques frequentes que ela sofre nas ruas (CLÁUSULA RELATIVA).

Destarte, observamos ocorrências de cláusulas relativas vinculadas ao ArgCaus, apresentando o motivo pelo qual o determinado efeito se produz. Nesse caso, a cláusula relativa constitui a causa, enquanto a informação antecedente, retomada pelo pronome relativo, corresponde ao efeito. Vejamos as ocorrências a seguir:

(123) Além disso, conforme pesquisas realizadas no campo da psicanálise, conteúdos midiáticos como filmes são fundamentais para manter a integridade psíquica do cidadão, uma vez que proporcionam satisfações psicológicas aos anseios **que a própria sociedade contemporânea, em função dos incessantes estímulos ao consumismo, naturaliza no indivíduo. (E19R10O53)**

(124) Isso decorre, principalmente, da postura capitalista de grande parte do empresariado desse segmento, que prioriza os ganhos financeiros em detrimento do impacto cultural **que o cinema pode exercer sobre uma comunidade. (E19R14O77)**

Em (123), compreendemos que os incessantes estímulos ao consumo se apresentam como causa para a naturalização dos anseios, informação antecedente retomada pelo pronome relativo. Do mesmo modo, em (124), o impacto cultural sobre a comunidade é um efeito que pode ser causado pelo cinema.

Além do exposto, conseguimos identificar cláusulas relativas mobilizadas em função do ArgAuto, que apela para a chancela de outra voz, notoriamente reconhecida como especialista ou de autoridade intelectual, para dar sustentação ao ponto de vista. As ocorrências a seguir ilustram essa característica:

(125) Isso pode ser explicado pelo teórico Pierre Bourdieu, **o qual afirma que todas as minúcias de um indivíduo constituem simbologias** que são constantemente analisadas pelo corpo social, isto é, o poder de compra, as características pessoais e o acesso a bens e serviços refletem quem é o homem para outrem. **(E18R03O14)**

(126) Dessa forma, sem possuir condições econômicas favoráveis, muitos indivíduos não enxergam o cinema como um meio de entretenimento compatível com suas realidades, programática já denunciada pelo cineasta Alejandro G. Iniarritu, **o qual**, em seu discurso após vencer o Oscar de Melhor Diretor em 2017, **criticou a visão lucrativa e pouco inclusiva das empresas de cinema.** (E19R06O26)

(127) Essa problemática atenta, pois, para o descumprimento de um dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, **o qual trata dos direitos autorais de produções artísticas**, gravemente feridos pela comercialização de filmes reproduzidos ilegalmente. (E19R09O47)

(128) Esse contexto de inoperância das esferas de poder exemplifica a teoria das Instituições Zumbis, do sociólogo Zygmunt Bauman, **que as descreve como presentes na sociedade, mas que não cumprem seu papel com eficácia.** (E20R13O70)

Essas ocorrências aproximam-se por apresentarem cláusulas relativas verbais, da ordem do dizer, com vistas à elaboração de uma paráfrase, e por referirem-se a um antecedente que corresponde à fonte da citação.

O argumento de autoridade em (125), (126) e (128) baseia-se na estratégia de referenciar o discurso de oradores de prestígio como artifício para conferir maior legitimidade à argumentação desenvolvida. Em (127), o mesmo acontece, porém a fonte de prestígio é um documento oficial.

Ao todo, detectamos, no *corpus* analisado, 151 ocorrências de cláusulas relativas ligadas à argumentação com *Argumentos fundados na estrutura do real*, das quais 123 expressam ArgPrag; 5, o ArgCaus; e 23, ArgAuto.

5.2.3 Argumentos que fundamentam a estrutura do real

Entre os argumentos que fundamentam a estrutura do real (o modelo, o exemplo, a ilustração e a analogia) observados, adquirem destaque o argumento pelo exemplo e o argumento por ilustração com o uso de cláusulas relativas. São argumentos indutivos, buscando a generalização a partir de um caso particular.

Os casos a seguir destacam a cláusula relativa relacionada ao argumento pelo exemplo (ArgEx):

(129) No século XIX, os avanços tecnológicos e científicos proporcionaram às

populações novas alternativas de lazer, **dentre as quais se pode citar o cinema.** (E19R19O97)

(130) Isso ocorre devido ao caráter esporádico de campanhas de conscientização a respeito da necessidade do diagnóstico e do tratamento das enfermidades psíquicas, **que se apresentam restritas aos meses de destaque ao combate da depressão e do suicídio, por exemplo.** (E20R14O76)

No exemplo (129), a cláusula relativa é introduzida pela locução “dentre as quais”, particularizando a informação citada anteriormente, que se refere a “novas alternativas de lazer”. Já em (130), expressa-se um exemplo do caráter esporádico das campanhas de conscientização, procurando, com essa particularidade, gerar conclusões acerca do assunto.

Ademais, e com mais frequência, encontramos o argumento por ilustração (ArgIlus) associado ao emprego da cláusula relativa. Seguem alguns exemplos, extraídos do *corpus* analisado:

(131) Black Mirror” é uma série americana **que retrata a influência da tecnologia no cotidiano de uma sociedade futura.** (E18R03O08)

(132) No livro "1984" de George Orwell, é retratado um futuro distópico **em que um Estado totalitário controla e manipula toda forma de registro histórico e contemporâneo**, a fim de moldar a opinião pública a favor dos governantes. (E18R16O99)

(133) Segundo o escritor Gilberto Dimenstein, em sua obra “O Cidadão de Papel”, nem sempre as leis presentes nos documentos oficiais nacionais são cumpridas, desencadeando uma realidade **em que os indivíduos são reconhecidos e amparados pelo Estado apenas no papel.** (E19R16O89)

(134) No filme estadunidense “Coringa”, o personagem principal, Arthur Fleck, sofre de um transtorno mental **que o faz ter episódios de riso exagerado e descontrolado em público**, motivo pelo qual é frequentemente atacado nas ruas. (E20R13O68)

Nesses casos, os argumentos figurativizam a tese para atribuir-lhe mais concretude, tornando-a sensível para aboná-la (Fiorin, 2015, p.188). Nas redações do Enem, em virtude da necessidade de apresentação de repertório sociocultural produtivo, esse tipo de argumento é aplicado, sobretudo, nas referências a dadas obras (filmes, séries, livros etc.),

destacando pontos específicos da narrativa ou de suas personagens que sirvam aos propósitos argumentativos do texto.

Em (131) e (132), as cláusulas relativas não somente delimitam características das obras a que se referem, respectivamente, mas também ilustram aspectos narrativos específicos que auxiliarão na sustentação da tese.

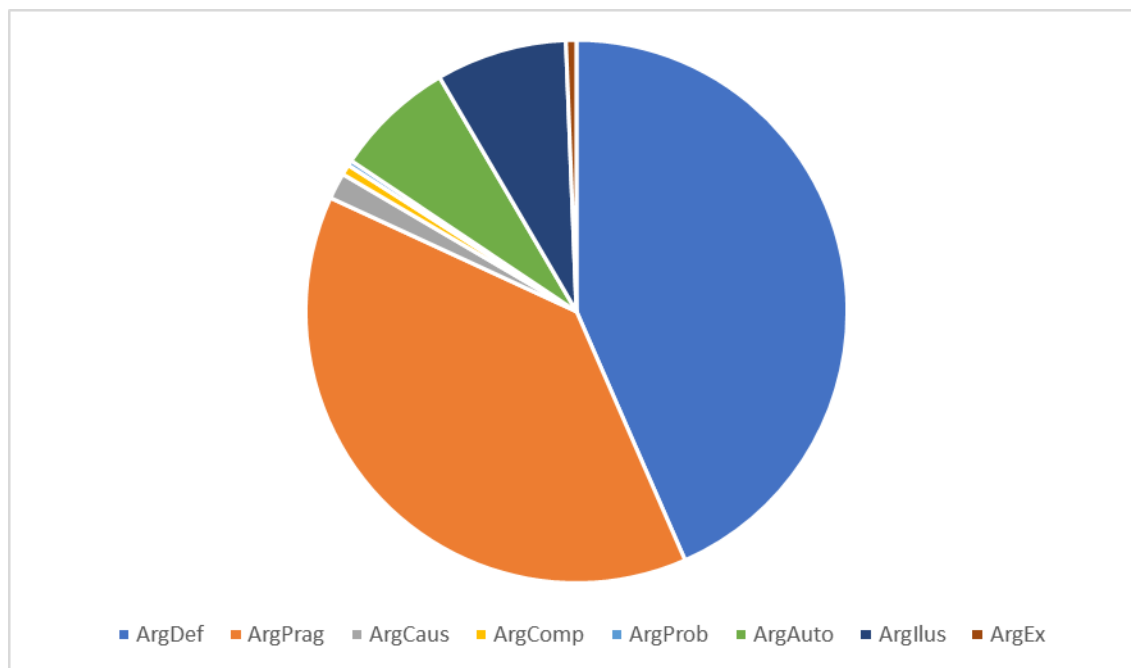
Constituindo parte de uma breve narrativa, similar a uma sinopse, concretiza-se o que é defendido com vistas à comoção como modo argumentativo, o que se constata no emprego das expressões “influência da tecnologia” e “controla e manipula”. O mesmo ocorre em (133), com a cláusula relativa especificando a realidade que se encontra na obra “Cidadão de papel”, reforçando uma realidade preocupante em que o amparo do Estado não se efetiva, pois ocorre “apenas no papel”.

Em (134), a cláusula relativa contribui para a descrição da doença mental da personagem, que tem “episódios de riso exagerado e descontrolado”, encaminhando a uma comoção acerca do que ocorre com a personagem e, por extensão, com sujeitos acometidos de doenças similares.

Em suma, podemos observar, no *corpus* analisado, 27 ocorrências de cláusulas relativas mobilizadas em razão de *Argumentos que fundamentam a estrutura do real*, das quais 25 expõem o ArgIlus e 2 evidenciam o ArgEx.

O gráfico 1 ilustra os tipos de argumentos encontrados no *corpus* analisado.

Gráfico 1 – Tipos de argumentos encontrados no *corpus* analisado



Fonte: Elaborado pelo autor

5.2.4 Relação entre os argumentos, os processos e o grau de transitividade

No cruzamento dos tipos de argumentos empregados nas cláusulas relativas avaliadas, dos processos observados e dos graus de transitividade aferidos, obtivemos os seguintes resultados:

Tabela 4: Cruzamento dos tipos de argumento com os tipos de processo observados e o grau de transitividade (A – alto; M – médio; B – baixo)

	MATER.	MENT.	VERB.	RELAC.	EXIST.
ARGDEF (139)	A (5,7%) M (29,5%) B (14,2%)	A (0) M (0) B (15,7%)	A (0) M(0,7%) B (0,7%)	A (0) M (0) B (24,4%)	A (0) M (0) B (7,8%)
ARGPRAG (123)	A (2,4%) M (39,8%) B (32,5%)	A (0) M (0) B (13,0%)	A (0) M(0) B (10,5%)	A (0) M (0) B (0)	A (0) M (0) B (0)
ARGAUTO (23)	A (0) M (8,7%) B (4,3%)	A (0) M (0) B (0)	A (8,7%) M(56,5%) B (0)	A (0) M (0) B (17,3%)	A (0) M (0) B (4,3%)
ARGILUS (25)	A (24%) M (16%)	A (0) M (0)	A (8%) M(20%)	A (0) M (0)	A (0) M (0)

	B (8%)	B (24%)	B (0)	B (0)	B (0)
ARGCAUS	A (0)	A (0)	A (0)	A (0)	A (0)
(5)	M (40%)	M (0)	M(0)	M (0)	M (0)
	B (40%)	B (20%)	B (0)	B (0)	B (0)
ARGEX	A (0)	A (0)	A (0)	A (0)	A (0)
(2)	M (0)	M (0)	M(0)	M (0)	M (0)
	B (0)	B (0)	B (50%)	B (50%)	B (0)
ARGPROB	A (0)	A (0)	A (0)	A (0)	A (0)
(1)	M (0)	M (0)	M(100%)	M (0)	M (0)
	B (0)	B (0)	B (0)	B (0)	B (0)
ARGCOMP	A (0)	A (0)	A (0)	A (0)	A (0)
(2)	M (0)	M (0)	M(0)	M (0)	M (0)
	B (0)	B (0)	B (0)	B (100%)	B (0)
TOTAL: 320					

Fonte: elaborada pelo autor

As estatísticas demonstram a predominância do ArgDef e do ArgPrag. Em nossa visão, o primeiro adquire relevo no *corpus* porque o texto argumentativo produzido emprega a definição e a redefinição como recursos para o aprofundamento temático e para o direcionamento argumentativo da redação. Nesse caso, o processo material de média transitividade é predominante, seguido do processo mental de baixa transitividade. Porém, como se observa na tabela, todos os processos são mobilizados no que tange ao ArgDef. Já o ArgPrag adquire destaque, sobretudo, nas construções oracionais em que se propõem intervenções, visto que as cláusulas relativas se inserem para apresentar os possíveis efeitos a partir da aplicação de uma dada interferência. Há, nesse caso, a predominância dos processos material e verbal de baixa transitividade, em face do emprego de formas verbais volitivas e hipotéticas na composição de cláusulas relativas inseridas em proposições consecutivas.

Outros tipos de argumento com destaque nas ocorrências avaliadas são o ArgAuto e o ArgIllus. Ambos estão relacionados à apresentação de repertório sociocultural produtivo na composição da redação. Nesses casos, o processo verbal destaca-se, com ocorrências de alta e média transitividade, sendo esta predominante. As cláusulas relativas, nesse caso, inserem-se em paráfrases, menções ou citações, razão pela qual o processo verbal é mobilizado.

5.3 Cláusula relativa e sua relação com a estrutura temática e com a tipologia textual

De acordo com Halliday e Matthiessen (2014, p.112), compreende-se como Tema o ponto de partida da cláusula, uma vez que, por meio dele, o leitor é direcionado à mensagem tida como importante para o conteúdo presente no Rema. Especificamente sobre as cláusulas relativas, os autores asseveram que os conectivos pronominais aplicados exercem, simultaneamente, as funções temáticas de Tema Textual e Tema Tópico.

Estabelecemos, por conseguinte, um cotejo com princípios relacionados à Metafunção Textual (HALLIDAY, 1994), a qual se relaciona diretamente com o sistema de realização léxico-gramatical, considerando que, na lógica de composição do discurso, a estrutura da informação e a estrutura temática compõem a organização da mensagem.

Nesse sentido, no que diz respeito à estrutura temática das cláusulas relativas analisadas, verificamos que são constituídas categoricamente por um conectivo, que aglutina as funções de Tema Textual, retomando anaforicamente o referente, e Tema Tópico, por exercer função experiencial na cláusula relativa.

Com efeito, optamos por não considerar, em nossa análise, as cláusulas relativas reduzidas, uma vez que essas construções carregam em si similaridades semânticas e estruturais com orações adverbiais ou com orações apositivas, o que, embora renda um estudo comparativo interessante, não se aplicaria aos objetivos da nossa pesquisa, que se propõe analisar cláusulas relativas prototípicas.

Assim sendo, consideramos que 100% das cláusulas relativas analisadas constituem-se como Rema, com vistas a desenvolver o conteúdo informacional presente no Tema. Observemos os exemplos a seguir:

Quadro 11: Exemplo 1 de Tema (Textual/Tópico) e Rema

(135) Sendo assim, cabe ao Governo Federal direcionar recursos para regiões marginalizadas do eixo vanguardista brasileiro, por meio da definição de uma agenda econômica	QUE		democratize o acesso à cultura	a fim de promover o desenvolvimento sociocultural igualitário dos cidadãos. (E19R05O24)
	Tema Textual	Tema Tópico	Rema	

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 12: Exemplo 2 de Tema (Textual/Tópico) e Rema

(136) Com essa abordagem, a obra revela a importância da saúde psicológica para um bom convívio social. Hodiernamente, fora da ficção, muitos brasileiros enfrentam situação semelhante	O QUE		colabora para a piora da saúde populacional e para a persistência do estigma relacionado à doença mental. (E20R04O22)
	Tema Textual	Tema Tópico	Rema

Fonte: Elaborado pelo autor

Quadro 13: Exemplo 3 de Tema (Textual/Tópico) e Rema

(137) Exemplo disso foi a transmissão do filme “Cidade de Deus” na comunidade	ONDE		ocorreram as filmagens	a fim de oferecer aos próprios atores a possibilidade de assistirem ao longa. (E19R09O49)
	Tema Textual	Tema Tópico	Rema	

Fonte: Elaborado pelo autor

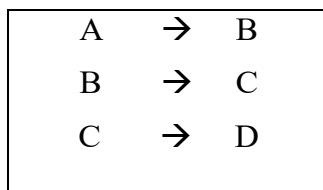
Ao observarmos essas ocorrências, compreendemos que os conectivos pronominais QUE, O QUE e ONDE interligam orações, por meio da referenciação, e assumem a função sintática do termo substituído no interior da cláusula relativa, o que caracteriza, respectivamente, o Tema Textual e o Tema Tópico.

A partir do Tema, tem-se o Rema, parte em que as ideias presentes no Tema são desenvolvidas. Assumimos, pois, que as cláusulas relativas, prototipicamente, atuam na estrutura temática da frase como Rema.

Quanto à progressão temática, identificamos que, em 100% das ocorrências analisadas, estabelece-se um padrão linear, conhecido também como padrão em “zigue-zague” (FUZER; CABRAL, 2014, p.143). Nesse caso, um elemento presente no Rema da oração anterior torna-se Tema na oração seguinte. O conectivo pronominal, ao retomar informações antecedentes e atualizá-las na cláusula relativa, cumpre esse papel.

O esquema representado em seguida representa o padrão linear de progressão.

Figura: ESQUEMA DA PROGRESSÃO TEMÁTICA LINEAR



Fonte: Fuzer; Cabral, 2014.

Nos exemplos a seguir, extraídos do *corpus* analisado, demarcamos em itálico o termo do Rema da oração anterior que se torna Tema (em caixa alta) da cláusula relativa subsequente:

(138) Em suma, são necessárias *medidas* **QUE atenuem a manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na internet.** (E18R01O03)

(139) Em primeiro lugar, a negligência do Estado, no que tange à saúde mental, é um dos fatores que impedem esse processo. Nessa perspectiva, a escassez de *projetos estatais* **QUE visem à assistência psiquiátrica na sociedade** contribui para a precariedade desse setor e para a continuidade do estigma envolvendo essa temática. (E20R04O23)

(140) Destarte, evidencia-se a negligência estatal na democratização do cinema, visto que os referidos projetos são iniciativa de instituições privadas – aspecto abordado por *Axel Honneth*, **O QUAL afirma ser dever do Estado a garantia do acesso às manifestações culturais**, fato não verificado no país. (E19R09O50)

Nas três ocorrências, informações presentes no Rema das orações anteriores são retomadas pelos conectivos relativos na oração sequente, ou seja, passam a atuar como Tema da cláusula relativa. Esse padrão, como já dito, é presente em todas as ocorrências analisadas.

Embora sejam resultados categóricos no que concerne à cláusula relativa, optamos por observar e quantificar essas categorias, com o intuito não apenas de reforçar o caráter coesivo e sequencial da cláusula, mas também de evidenciar que a progressão temática linear e a expansão do conteúdo informacional do Tema agem, para a composição da redação Enem, no desenvolvimento da argumentação, com acréscimo de informações ligadas a tipos diversificados de argumentos (repertório argumentativo), mas também evidenciando um repertório oracional mais complexo e, simultaneamente, um repertório coesivo produtivo por meio do pronome relativo, que atualiza o antecedente na cláusula relativa sem repeti-lo.

Salientamos que, para atingir pontuação máxima nas competências I, III e IV da correção da redação Enem, que tratam, respectivamente, do emprego da modalidade escrita formal, da seleção e organização de argumentos e dos mecanismos linguísticos necessários à construção da argumentação, é necessário constatar que o texto:

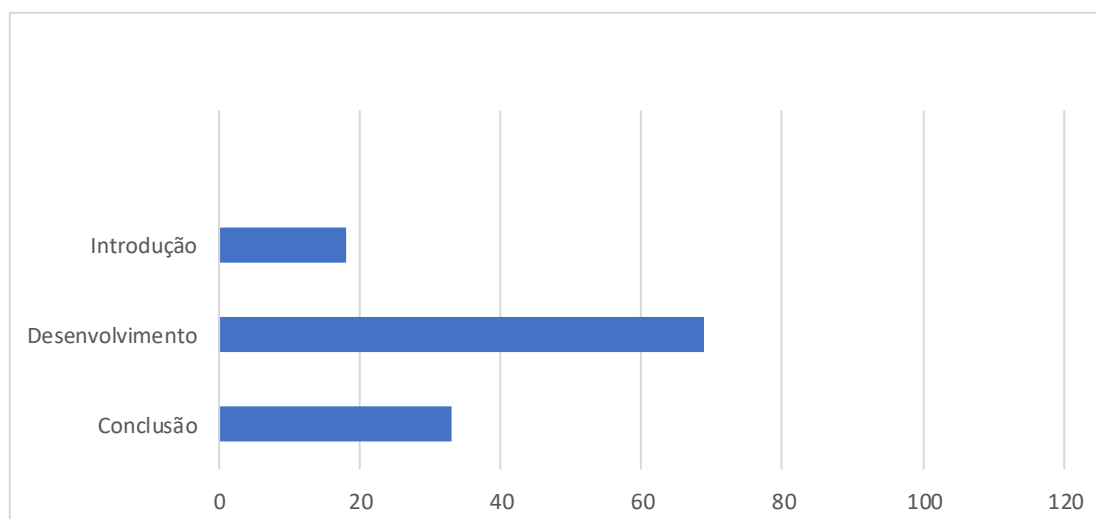
- i) Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizarem reincidência; (INEP, 2020, p.15)
- ii) Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista; (INEP, 2020, p.22)
- iii) Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos. (INEP, 2020, P.25)

No que tange à estrutura oracional, optamos, como mencionado anteriormente, por analisar somente formas oracionais desenvolvidas. As cláusulas relativas reduzidas foram descartadas para efeito de análise, uma vez que apresentavam características semânticas e estruturais que as assemelhavam a outros tipos de oração, como as adverbiais ou as apositivas.

Um dos pontos analisados é o número de ocorrências das cláusulas relativas, considerando a estrutura prototípica da tipologia argumentativa, como introdução, desenvolvimento e conclusão. Para essa realidade, consideramos o parágrafo inicial como introdução; o segundo e o terceiro parágrafos como desenvolvimento; e o último parágrafo como conclusão. Salientamos que, em todas as redações selecionadas para o *corpus* desta pesquisa, a estrutura textual é composta por quatro parágrafos, orientando-se pelo modelo convencionado para os textos argumentativos produzidos no ENEM.

Nesse sentido, detectamos, no *corpus* de 2018, 18 ocorrências de cláusulas relativas no parágrafo de introdução do texto; 69 ocorrem nos parágrafos de desenvolvimento; e 33 ocorrem no parágrafo de conclusão. O gráfico 2 ilustra esses números.

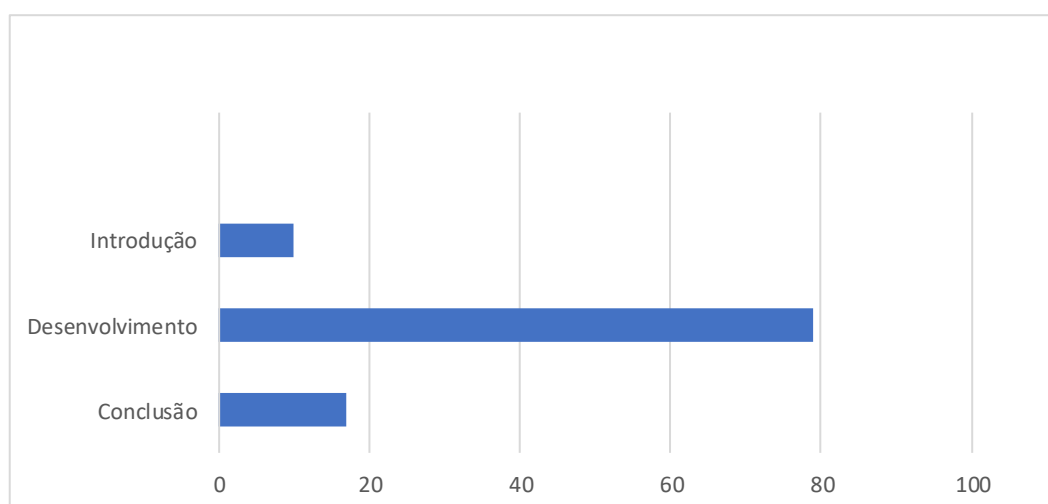
Gráfico 2 - Ocorrências de orações relativas de acordo com a estrutura da tipologia argumentativa no *corpus* 2018



Fonte: Elaborado pelo autor

No *corpus* de 2019, observamos 10 ocorrências de cláusulas relativas no parágrafo de introdução; 78 ocorrem nos parágrafos de desenvolvimento; e 17 ocorrem no parágrafo de conclusão. O gráfico 3 ilustra esses números.

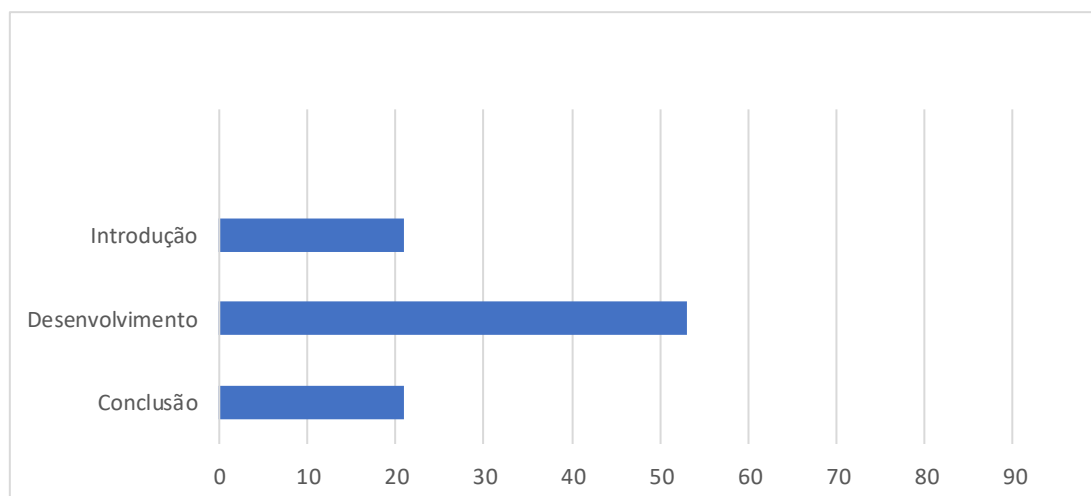
Gráfico 3 - Ocorrências de orações relativas de acordo com a estrutura da tipologia argumentativa no *corpus* 2019



Fonte: Elaborado pelo autor

Já no *corpus* de 2020, verificamos 21 ocorrências de cláusulas relativas no parágrafo de introdução; 53 ocorrem nos parágrafos de desenvolvimento; e 21 ocorrem no parágrafo de conclusão. O gráfico 4 apresenta esses números.

Gráfico 4 - Ocorrências de orações relativas de acordo com a estrutura da tipologia argumentativa no *corpus* 2020



Fonte: Elaborado pelo autor

Em suma, das 320 ocorrências de cláusulas relativas no *corpus* analisado, 49 ocorrem no parágrafo de introdução, correspondendo a 15,2% do total. 200 localizam-se nos parágrafos de desenvolvimento, o que corresponde a 62,5% do total. 71 encontram-se no parágrafo de conclusão, equivalendo a 22,1% do total.

O grande número de cláusulas relativas nos parágrafos referentes ao desenvolvimento não deve ser atribuído, em nosso entendimento, apenas ao volume textual mobilizado (em geral, pelos moldes da redação do Enem, dois parágrafos para o desenvolvimento), mas também ao fato de a cláusula relativa poder contribuir efetivamente para o encaminhamento argumentativo do texto, uma vez que se faz presente na composição retórico-sintática de tipos variados de argumentos. Consideramos, pois, que os levantamentos apresentados, especificando as ocorrências de cláusulas relativas de acordo com as respectivas partes do texto, indiciam a associação entre o emprego da relativa e a composição argumentativa.

6 CONCLUSÃO

Como objetivo da presente pesquisa, procuramos analisar a ocorrência de cláusulas relativas no âmbito do texto argumentativo em redações de nota máxima (1000 pontos) elaboradas por participantes do ENEM nos anos de 2018, 2019 e 2020. Com isso, as ocorrências foram analisadas com base na transitividade na perspectiva da LSF (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), nos parâmetros de transitividade formulados por Hopper e Thompson (1980) e quanto aos tipos de argumentos (FIORIN, 2015) e à estrutura da tipologia textual.

Vinculando-se ao enfoque teórico do paradigma funcionalista, comungamos do entendimento de que o sistema linguístico é dinâmico, com estruturas fluidas, cuja construção e desconstrução são essencialmente motivadas pelo uso. Assim sendo, as análises das estruturas gramaticais da língua devem ser realizadas na medida em que se dá ênfase também à situação comunicativa, que se compõe dos propósitos dos atos de fala, da interação entre os participantes e do contexto discursivo.

Com esse fim, mobilizamos as categorias supracitadas com o objetivo de

verificar o funcionamento das cláusulas relativas priorizando os componentes sintático, semântico e pragmático de seu emprego em redações argumentativas.

Nesse sentido, analisamos 320 ocorrências de cláusulas relativas. No que tange à transitividade na perspectiva da LSF, considerando os processos referentes às cláusulas relativas analisadas, observamos ser o processo material o mais frequente, com 185 ocorrências, perfazendo 57,8% do *corpus*, seguido do processo mental, com 45 ocorrências, correspondendo a 14,0% do total.

Detectamos ainda a ocorrência de 39 cláusulas relativas de processo verbal, equivalendo 12,1% do total. Em número inferior, verificamos as cláusulas relativas relacionais, com 39 ocorrências (12,1%) e as relativas existenciais, com 12 ocorrências (3,7%). Em nossa análise, não identificamos cláusulas relativas comportamentais.

Considerando as cláusulas relativas analisadas, o processo material, que representa ações e eventos no mundo real, relaciona-se, sobretudo, aos argumentos de definição, aos argumentos pragmáticos, aos argumentos por ilustração e aos argumentos de causalidade. O processo mental, que representa experiências internas relacionadas à consciência, divide-se em ocorrências associadas a argumentos de definição, a argumentos pragmáticos, a argumentos por ilustração e a argumentos de causalidade.

O processo verbal é verificado, principalmente, nas cláusulas relativas associadas a argumentos de autoridade e a argumentos por ilustração. No caso das redações que seguem o modelo proposto para o Enem, existe a necessidade de expressar o que se define como repertório sociocultural produtivo, o que se dá, em geral, na forma de citações diretas ou indiretas, ou de menções a obras específicas.

O processo relacional associa-se, principalmente, a argumentos de definição, a argumentos por exemplificação e a argumentos por comparação. Já os processos existenciais estão ligados a argumentos de definição e a argumentos de autoridade. Não detectamos ocorrências relativas ao processo comportamental no *corpus* analisado.

No que concerne aos parâmetros de transitividade, compreendendo que a alta transitividade diz respeito ao propósito comunicativo do falante, permanecendo no plano da figura, e a baixa transitividade relaciona-se ao que é discutido e ampliado nesse propósito e está no plano de fundo, constatamos um maior número de cláusulas relativas de média e baixa transitividade, sendo as de transitividade baixa as de maior incidência. Esse fato, ligado ao repertório argumentativo mobilizado nas redações, demonstra que o falante estrutura a sua informação para atingir de imediato, ou não, seu alvo discursivo, o que

reforça a ideia de que a transitividade é escalar, não categórica. Nessa perspectiva, as cláusulas relativas, que se inserem na construção do arcabouço argumentativo, devem ser observadas não apenas do ponto de vista sintático, mas também é preciso considerar questões semânticas e, principalmente, retóricas e discursivas.

Os dados confirmam que, diferentemente do que se apregoa nas abordagens normativas tradicionais, o escopo semântico das cláusulas relativas é bastante diversificado, servindo a propósitos textual-comunicativos variados, corroborando o emprego dinâmico e variável desse tipo de sentença, tais como: a) auxiliar ativamente na condução argumentativa do texto, pois trata-se de uma cláusula mobilizada em todas as partes do texto, colaborando para a composição de *argumentos por definição*, *argumentos pragmáticos*, *argumentos de autoridade*, *argumentos por ilustração*, *argumentos por exemplificação*, *argumentos de causalidade*, *argumentos por comparação* e *argumentos probabilísticos*; b) diversificar o escopo semântico do texto, pela propriedade da cláusula de se associar a processos diferentes (material, mental, verbal, relacional e existencial), estabelecendo uma relação estreita entre o construto sintático-semântico da cláusula e o tipo de argumentação aplicado; c) contribuir para a heterogeneidade oracional do texto, uma vez que a cláusula relativa, além de sua versatilidade semântica, também se mostra versátil em sua composição estrutural.

Por fim, no que diz respeito aos parâmetros referentes à estrutura textual, observamos que a cláusula relativa, na estrutura da frase, constitui o Rema, com progressão temática linear, em que um termo do Rema da oração anterior se torna Tema da cláusula relativa subsequente. Com relação à composição do texto argumento, verificamos que a cláusula relativa é mais empregada nos parágrafos correspondentes ao desenvolvimento, o que, a nosso ver, constitui mais um indício das possibilidades de inserção da cláusula no processo argumentativo, considerando não apenas o volume textual (em geral, dois parágrafos relativos ao desenvolvimento), mas compreendendo que, no desenvolvimento do texto argumentativo, o repertório de argumentação intensifica-se e diversifica-se.

Nesses termos, concluímos que a cláusula relativa tem papel importante na composição do texto argumentativo, sobretudo em razão de sua versatilidade semântica e retórica, que a permite se empregar em todas as partes do texto não como um termo acessório ou figurativo, mas como parte importante no processo de construção de sentidos e como elemento necessário à composição da argumentação.

Admitimos que a pesquisa aqui apresentada, devidamente alicerçada em tantas

outras sobre o mesmo tema, apenas lança luzes sobre dadas possibilidades sintático-semânticas e discursivas das cláusulas relativas no que diz respeito ao seu emprego no texto argumentativo. Outrossim, embora não seja o objetivo primevo deste trabalho, acreditamos que os dados ora levantados possam colaborar para novas perspectivas de ensino de sintaxe nas escolas, pautada na reflexão sobre o uso linguístico, com vistas ao desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita.

Esperamos, pois, ter contribuído para os estudos de base funcionalista acerca dessas cláusulas e deixado alguns caminhos abertos para novas pesquisas sobre o tema, principalmente no que diz respeito às cláusulas reduzidas, não abordadas nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N.M. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1985.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 22ª ed. São Paulo: Nacional, 1977.
- BERLINCK, R. A.; AUGUSTO, M. R. A.; SCHER, A. P. **Sintaxe**. In: Introdução à Linguística: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2001.
- BISPO, E.B. **Estratégias de relativização no português brasileiro e implicações para o ensino: o caso das cortadoras**. 2009. 162 f. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.
- BISPO, E.B. Orações relativas em perspectiva histórica: interface uso e cognição. **Revista de Estudos Linguísticos Veredas**, v. 18, n. 1, p. 222-235, jan./jul., Juiz de Fora – MG, 2014a.
- BISPO, E.B. Relativa restritiva em perspectiva construcional. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 8, n. esp., p. 28-44, 2018.
- BRAGA, A. P. A. **Relativa livre introduzida por quem: uma interpretação funcionalista**. 2018. 130 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- BRAGA, M. L. Fala, escrita e estratégias de focalização. **Revista SériEncontros** (Descrição do Português: abordagens funcionalistas), ano XVI, n.1, Araraquara, SP: UNESP, 1999, p. 281-298.
- BRASIL. Ministério da Educação. **A redação no ENEM 2013: guia do participante**. Brasília, DF: INEP, 2013.
- BRASIL, Ministério da Educação. **A redação do ENEM 2020: cartilha do participante**. Brasília, DF: INEP, 2020.
- BRITTON, J. **Language and learning**. Harmondsworth. Penguin. 1970.
- BUENO, F.S. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 2ª ed. – Saraiva, São Paulo, 1951.
- BÜHLER, K. **Sparchtheorie: die Darstellungsfunktion der Sprache**. Jena. Fischer. 1934.
- CÂMARA, A. L. **A oração relativa: interfaces descrição e ensino**. 2015. 177 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos), Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), São José do Rio Preto: São Paulo, 2015.
- CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto. 2010.
- CAVALCANTE, M. M.; KOCH, I. G. V. **A acessibilidade de referentes no discurso**. In: CAVALCANTE, M. M. (Org.). **Texto e discurso sob múltiplos olhares: referenciação e outros**

domínios discursivos. Rio de Janeiro: Lucena, 2007. p. 9-39.

CEGALLA, D.P. **Novíssima gramática da língua portuguesa**: com numerosos exercícios. São Paulo: Nacional, 1980.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. **Scripta** (Linguística e Filologia), Belo Horizonte, PUC Minas, v.2, n.4, p. 23-28, 1999.

DECAT, M. B. N. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: aposição rumo ao ‘desgarramento’. **Scripta** (Linguística e Filologia), v.5, n.9, Belo Horizonte: PUC Minas, 2º sem 2001, p. 104-118.

DIAS, N. B.; REIS, A. R. G. As cláusulas relativas reduzidas de gerúndio no português escrito e falado do Brasil. **Veredas**. Rev. Est. Ling., Juiz de Fora, v.8, n.1 e n.2, p.121-135, jan./dez. 2004.

DIK, S. **The Theory of Functional Grammar**. Parte 1: The Structure of the Clause. Dordrecht: Foris Publications – Holland/Providence RI – USA, 1989.

DIK, S. **The Theory of Functional Grammar**. Parte 2: Complex and Derived Constructions. Ed. By Kees Hengeveld. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.

FARACO & MOURA. **Gramática nova**. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1992.

FELPI, L. **Cartilha redação a mil**. Disponível em: <<https://www.lucasfelpi.com.br/redamil>>.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2015.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. **Transitividade e seus contextos de uso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

FURTADO DA CUNHA, M. A. F. **Funcionalismo**. In: MARTELOTTA, M. E. (org.). Manual de linguística. 2. ed., 2ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2013.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; SILVA, J. R.; BISPO, E. B. O pareamento forma-função nas construções: questões teóricas e operacionais. **Revista Linguística**, v. Espec., p. 55-67, 2016.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2014.

GIVÓN, T. **On understanding grammar**. New York: Academic Press, 1979.

GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction** (vol.I). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.

GIVÓN, T. **Syntax: An Introduction I**. John Benjamins Publishing, 2001.

GIVÓN, T. **Syntax: An Introduction II**. John Benjamins Publishing, 2001.

- GOUVEIA, C. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. **Matraga**, v. 16, n. 24, Rio de Janeiro, jan./jun. 2009, pp. 13-47.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London. Edward Arnold. 2nd edition. 1994.
- HALLIDAY, M. A. K. **Explorations in the functions of language**. Londres: Edward Arnold, 1973.
- HALLIDAY, M. A. K. **Spoken and written language**. Geelong, Vic.: Deakin University Press. 1985.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context and text: aspects of language in a socialsemiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.
- HALLIDAY, M. A. K. & MATTHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. 3rd edition. London: Edward Arnold, 2004.
- HENGVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- HOPPER, P.; THOMPSON, S. A. **Transitivity in Grammar and Discourse**. In: *Language*, v. 56, n. 2, 1980.
- INFANTE, U. **Curso de gramática aplicada aos textos**. 3. ed. São Paulo: Scipione, 1996.
- KENEDY, E.; MARTELOTTA, M. **A visão funcionalista da linguagem no século XX**. In: FURTADO da CUNHA, M. et al. (Org.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro, DP&A/FAPERJ. 2003.
- KOCH, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEITÃO, R. J. **Relativas explicativas: aspectos sintático-semânticos e textual discursivos**. 2009. 216 f. Tese de Doutorado, UFC, Fortaleza, 2009.
- MALINOWSKI, B. (1923) **El problema del significado en las lenguas primitivas**. In: Ogden, C. K y Richards. A. I. (eds.). *El significado del significado. Una investigación sobre la influencia del lenguaje en el pensamiento y sobre ciencia simbólica*. Buenos Aires. Paidós, 1964, p. 321-360
- MARTELOTTA, M. E. T. **Os circunstanciadores temporais e sua ordenação: uma visão funcional**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994 (Tese de Doutorado).
- MATEUS, M.H.M. et al. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 1989.
- MELO, G.C. **Gramática fundamental da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica,

1968.

MENDONÇA, M.E.B.V.; TOSTA, A.S. Comportamento do pronome relativo “que” em textos de alunos do ensino fundamental. **Nucleus**: Ituverava, São Paulo, v.4, n.1, set. 2007.

MEYER, C. F. **Apposition in contemporary english**. New York: Cambridge University

MOLLICA, M. C. **O estudo da cópia nas construções relativas em português**. 1977. 95 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1977.

MORRIS, D. **The Naked Ape**. London. Jonathan Cape, 1967.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NICHOLS, J. **Functional theories of grammar**. *Annua Review of Anthropology*, n 43, 1984.

NOGUEIRA, M.T. **A aposição não restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil**. 1999. 240 f. Araraquara – SP. Tese de Doutorado. UNESP, 1999.

NOGUEIRA, M.T. **Considerações sobre o funcionalismo linguístico**: principais vertentes. In: Maria Angélica Furtado da Cunha (Org.). *Linguagem e discurso – Estudos linguísticos e literários*. Teresina: EDUFPI, 2006.

NOGUEIRA, M. T. **Linguística**: Funcionalismo. Material didático para alunos da EAD, UAB-UFC, 2010.

OLIVEIRA, M.R. de. **Orações adjetivas**: uma abordagem funcional. In: PASSEGGI, L.; OLIVEIRA, M. do S. (Org.). *Linguística e educação: gramática, discurso e ensino*. São Paulo: Terceira Margem, 2001, p.77-90.

OLIVEIRA, N. A. **A semântica verbal e o aspecto lexical dos verbos de transferência do tipo locatum**. 2019. 150 f. Monografia (Bacharelado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

PEREIRA, E.C. **Gramática expositiva**. São Paulo, 83ª ed., Nacional, 1952.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a Nova Retórica. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 1996.

PEZATTI, E. G. **O Funcionalismo em Linguística**. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs). *Introdução à Linguística. Fundamentos epistemológicos*, v. 3. São Paulo: Cortez, 2004, p.165-218.4. Press, 1992.

RAPOSO, E. B. P. et al. (coord.). **Gramática do Português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

- RIBEIRO, J.C. **Gramática portuguesa** (curso superior). 9ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910.
- ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- SACCONI, L.A. **Gramática essencial da língua portuguesa**. 7ª ed., Rio de Janeiro: Atual, 1989.
- SAID ALI, M. **Gramática histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.
- SANTOS, N.C.F. **O funcionamento sintático e semântico-discursivo da relativização no português brasileiro: usos na modalidade escrita**. 2018. 189 f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal da Paraíba, 2018.
- SOUZA, E. S. de A. C. de. **A interpretação das cláusulas relativas no português do Brasil: um estudo funcional**. 2009. 260 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- THOMPSON, G. **Voices in the text: Discourses Perspectives on the Language Reports – Applied Linguistics**. Oxford University Press, 1994.
- THOMPSON. **Resonance in text**. In: A. SÁNCHEZ-MACARRO e R. CARTER (eds.) *Linguistic choice across genres: variation in spoken and written English*. Londres: John Benjamins, 1998.
- TRINDADE, Ana Paula S. V. **As orações pseudorrelativas modalizadoras: aspectos formais e funcionais**. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado em Linguística – Área de concentração: Análise e Descrição Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. UFC. Fortaleza, 2009.
- VILELA, M & KOCH, I.V. **Gramática da língua portuguesa**. Coimbra, Almedina, 2001.